

INSTITUTO FEDERAL
ALAGOAS

PDI

Plano de Desenvolvimento Institucional

2014 - 2018



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DILMA ROUSSEFF

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL

REITOR

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

CARLOS HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

ALTEMIR JOÃO SECCO

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

WELLINGTON SPENCER PEIXOTO

PRÓ-REITOR DE ENSINO

LUIZ HENRIQUE DE GOUVÊA LEMOS

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

JOSÉ JONAS DE MELO ALVES
DIRETOR GERAL DO CAMPUS ARAPIRACA
FÁBIO RIBEIRO

DIRETORA GERAL DO CAMPUS MACEIÓ
JEANE MARIA DE MELO

DIRETOR GERAL DO CAMPUS MARAROGI
DÁCIO CAMERINO FILHO

DIRETORA GERAL DO CAMPUS MARECHAL DEODORO
MARÍLIA COSTA GOIS

DIRETORA GERAL DO CAMPUS MURICI
JOCÍLIA RODRIGUES

DIRETOR GERAL DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CARLOS GUEDES LACERDA

DIRETOR GERAL DO CAMPUS PENEDO
CARLSON LAMENHA APOLINÁRIO

DIRETOR GERAL DO CAMPUS PIRANHAS
RICARDO DE ALBUQUERQUE AGUIAR

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SANTANA DO IPANEMA
JOSÉ ACIOLY DE CARVALHO

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
JOSÉ HÉLIO DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SATUBA
ANSELMO LÚCIO AROUCHA SANTOS

COMISSÃO CENTRAL DE ELABORAÇÃO DO PDI 2014-2018

**PRESIDENTE
JOSÉ JONAS DE MELO ALVES**

MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL
ADRIANA CARLA M. V. DE ALENCAR
ANNY ROCHELLY VIEIRA SANTOS
ANSELMO LÚCIO AROUCHA SANTOS
CARLOS GUEDES DE LACERDA
CARLOS FABIANO DA SILVA
HELISABETY BARROS M. DA FONSECA
HERÁCLITO DE ALMEIDA ÁVILA JR
JOEFERSON REIS MARTINS
JOSÉ CARLOS PESSOA DE MELO
LUANA CAROLINA DE M. PAIVA RIBEIRO
MARCOS HENRIQUE LUCENA SERAFIM
MARGARETH NUNES DA SILVA
MARIA VERÔNICA DE MEDEIROS LOPES
MAURÍCIO FERREIRA MENEZES
NADIEGE MARIA DA SILVA DELFINO
OSINEIDE CAVALCANTE SILVA
PAULO APARECIDO CAVALCANTE
RAFAELLA CRISTINA TEIXEIRA PENEDO
RICARDO DE ALBUQUERQUE AGUIAR FILHO
STOÉCIO MALTA FERREIRA MAIA

JÁ PARTICIPARAM DA COMISSÃO CENTRAL: ADELMO LIMA BASTOS, ANDRÉ ATANÁSIO MARANHÃO ALMEIDA, FLÁVIA MARIA MONTEIRO DE LIMA EMILIANO, MARIA DE FÁTIMA BORGES DOS SANTOS CORDEIRO, VÂNIA MARIA GALDINO DA SILVA, GIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS, ÍTAO WESLEY CARDOSO VERÍSSIMO E PEDRO AFONSO MARINHO DE FRANÇA.

COMISSÕES LOCAIS

Campus Arapiraca

JOSÉ LEANDRO DE ALBUQUERQUE M. C. GOMES
ADRIANA NUNES DE SOUZA
JOSÉ ENILDO FREIRE COSTA
CÍCERO FRANCISCO DE BRITO
BRUNO FERREIRA DE LIMA

Campus Maceió

JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR
JAPSON ALMEIDA
VALÉRIA GOIA VASCO TEIXEIRA
JOSÉ MARTINS DOS SANTOS SOBRINHO
ANTENOR FARIAS BARBOSA
MARIA BETÂNIA VILAR DE SOUZA
ALCEU RODRIGUES DE SOUZA

Campus Maragogi

JOSÉ AUGUSTO MONTEIRO DE CASTRO LIMA
SERGIO LANA MORAIS
ROSIANE MARIA PEREIRA ALVES
AUDINEIDE FERREIRA DA SILVA

Campus Marechal Deodoro

JOSÉ GINALDO DA SILVA JÚNIOR
RENATO DE MEI ROMERO
ANDREA MARIA DA ROCHA IZIDORO
GILIARD BISPO DA SILVA

Campus Murici

GERSON MACIEL GUIMARÃES
DAVID GOMES COSTA
DAVID ALVES COSTA
DAVI COUTO VIEIRA
LUCAS GABRIEL ACIOLI FERREIRA

Campus Palmeira dos Índios

SHEILA MÁRCIA DE ASSUNÇÃO SILVA
CÍCERO JULIÃO DA SILVA JÚNIOR
SHEYLA KAROLINA JUSTINO MARQUES
EMANUELLE TEIXEIRA GAIA
LUCAS GOMES SANTOS

Campus Penedo

SELMA THAÍS BRUNO DA SILVA
AGUIMÁRIO PIMENTEL
GUSTAVO BARROS COSTA
WENDEL MAGALHÃES

Já participou desta comissão local:
FABIANA COSTA

Campus Piranhas

ANTÔNIO IATANILTON DAMASCENO DE FRANÇA
FABRÍCIO JÚNIOR DE OLIVEIRA AVELINO
FERNANDO ANTÔNIO DE ANDRADE MORAIS
RENATA MARIA WANDERLEY DA ROCHA
MÁRCIO ERIC
ALCIMARA AUXILIADORA ANDRADE DE PAULA

Campus Santana do Ipanema

ANGELINE SANTOS CASTRO
TAIZA LIMA DA CUNHA
WASHINGTON LUIZ SILVA LAGO
FLÁVIO CAVALCANTE VEIGA
FERNANDA BARBOSA DA SILVA FARIA

Já participaram desta comissão local:
DENIS GOMES TORRES PINTO
VALDEMIR LINO CHAVES FILHO

Campus São Miguel

RENALVO CAVALCANTE SILVA
ADELAYDE RODRIGUES ALCÂNTARA DE
OLIVEIRA
TALITA MARIA GOMES
JOSÉ LINS DE OLIVEIRA
JOSÉ BALBINO DE OLIVEIRA

Campus Satuba

MILENA FERRO AMORIM
EDUARDO CARDOSO MORAES
GILBERTO TENÓRIO DA SILVA FILHO
UILLIANE FAUSTINO DE LIMA
JOSÉ ROBÉRIO FERREIRA DA SILVA

Já participou desta comissão local:
ELIZABETE PATRIOTA

PARTICIPANTES DE GRUPOS TEMÁTICOS

ADRIANA CARLA M. VALENÇA DE ALENCAR
ADRIANA NUNES DE SOUZA
ADRIANA PAULA Q. SANTOS
ALONSO PEREIRA FARIAS
ALTEMIR JOÃO SECCO
ANA CRISTINA NASCIMENTO CAVALCANTE VIEIRA
ANA QUITÉRIA MENEZES DE O. SILVA
ANDERSON RODRIGUES GOMES
ÂNGELA DE GUADALUPE SILVA CORREA
ANGELINE SANTOS CASTRO
ANNY ROCHELLY VIEIRA SANTOS
ANSELMO LÚCIO A. DOS SANTOS
ANTÔNIO CARLOS LIMA DOS SANTOS
ANTÔNIO IATANILTON D. DE FRANÇA
AUDINEIDE F. DA SILVA
BRENO JACINTO DUARTE DA COSTA
CARLOS FABIANO DA SILVA
CARLOS GUEDES LACERDA
CARLOS HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES
CARLSON LAMENHA APOLINÁRIO
CÍCERO FRANCISCO DE BRITO
CRISTIANE SIMÕES SANTOS
CRISTIANO LESSA DE OLIVIERA
DÁCIO CAMERINO
DANIEL MAGALHÃES DE ARAÚJO
DANIELE GOMES DE LYRA
DAVI COUTO VIEIRA
DAVID GOMES COSTA
EDISON CAMILO DE MORAES JÚNIOR
EDUARDO CARDOSO MORAES
ELAINE CRISTINA RAPOSO DOS SANTOS
ELTON BARROS DO NASCIMENTO
EMANUELLE TEIXEIRA GAIA
ERISVALDO RAMALHO
FÁBIO HENRIQUE SALES DE LIMA LAU
FÁBIO RIBEIRO

FABRÍCIO JÚNIOR OLIVEIRA AVELINO
FELIPE ARAÚJO SOUZA
FERNANDA BARBOSA DA SILVA FARIAS
FRANCINE LOPES MIRANDA DE OLIVEIRA
FRANCISCO RAFAEL DA SILVA
GERSON MACIEL GUIMARÃES
GILIARDE BISPO DA SILVA
GUSTAVO BARROS COSTA
HELISABETY BARROS MENDES DA FONSECA
HERÁCLITO DE ALMEIDA ÁVILA JÚNIOR
IARA BARROS VALENTIM
JACKSON JOSÉ SOUTO DE MORAES
JADILSON MACEDO
JAPSON MACEDO DE ALMEIDA FILHO
JAQUELINE LIMA DA SILVA
JASLETE MARIA DA SILVA PEREIRA
JEANE MARIA DE MELO
JOCÍLIA DE OLIVEIRA RODRIGUES
JOEFERSON REIS MARTINS
JONISON ALVES DA SILVA
JORGE FERREIRA DA S. FILHO
JOSÉ ACIOLY DE CARVALHO
JOSÉ AUGUSTO M. DE CASTRO LIMA
JOSÉ CARLOS PESSÔA DE MELO
JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR
JOSÉ ENILDO FREIRE COSTA
JOSÉ GINALDO DA SILVA JÚNIOR
JOSÉ HÉLIO DOS SANTOS
JOSÉ JONAS MELO ALVES
JOSÉ LEANDRO DE A. M. COSTA GOMES
JOSÉ LINS DE OLIVEIRA
JOSÉ MARTINS DOS SANTOS SOBRINHO
JOSÉ MAURICIO PEREIRA PINTO
JOSÉ RIBEIRO DA SILVA
JULIANA CARLA DA SILVA GOIS
KARYNE DA SILVA SANTOS
LUANA CAROLINA DE MEDEIROS PAIVA RIBEIRO
LUIZ HENRIQUE DE GOUVÊA LEMOS
MAGNO JOSÉ GOMES DA SILVA
MARCOS HENRIQUE LUCENA SERAFIM
MARGARETH NUNES DA SILVA
MARIA APARECIDA DA SILVA
MARIA VERÔNICA DE MEDEIROS LOPES
MARÍLIA GÓIS NETTO
MAURÍCIO FERREIRA MENEZES
MÔNICA COSTA SANTOS
NADIEGE MARIA DA SILVA DELFINO
NATÁLIA JÚLIA BATISTA
NEUMA GOMES DE OLIVEIRA
OSINEIDE CAVALCANTE SILVA
PAULO APARECIDO CAVALCANTE

PAULO FELISBERTO
PEDRO AFONSO MARINHO DE FRANÇA
PETRÚCIO ALEXANDRE FONSECA RIOS
RAFAELLA CRISTINA TEIXEIRA PENEDO
RENALVO CAVALCANTE SILVA
RENATA PIRES DE OLIVEIRA
RENATO DE MEI ROMERO
RICARDO DE ALBUQUERQUE AGUIAR
RICARDO DE ALBUQUERQUE AGUIAR FILHO
RICARDO R. G. NUNES FILHO
SEBASTIÃO DA SILVA JÚNIOR
SELMA THÁIS BRUNO DA SILVA
SÉRGIO CIRÍACO DE FREITAS

SHEILA MÁRCIA DE ASSUNÇÃO SILVA
SHEYLA KAROLINA JUSTINO MARQUES
SHIRLEY DIAS GONÇALVES
STOÉCIO MALTA FERREIRA MAIA
TAIZA LIMA DA CUNHA
TALITA MARIA GOMES DE MORAIS
UILLIANE FAUSTINO DE L. GONÇALVES
ULISSES LIMA
VALÉRIA GOIA VASCO TEIXEIRA
VANDA FIGUEREDO CARDOSO
WALTER CALHEIROS
WASHINGTON LUIZ SILVA LAGO
WELLINGTON SPENCER PEIXOTO

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO PARA O PERÍODO 2016/2018

ALVARO JOSÉ DE OLIVEIRA
CARLOS FABIANO DA SILVA
MARIA CLEDILMA F. DA SILVA COSTA
MARGARETH NUNES DA SILVA
STELLA LIMA DE ALBUQUERQUE
MARIA VERÔNICA DE MEDEIROS LOPES
MARGAREZ RODRIGUES DA SILVA
MÁRCIO LINS DA ROCHA
NATÁLIA JÚLIA BATISTA DÓRIA SILVEIRA
MAURÍCIO FERREIRA MENEZES
ANA CRISTINA NASCIMENTO C. VIEIRA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos Campi do IFAL.	18
Figura 2: Divisão territorial do Estado de Alagoas, com municípios de maior influência urbana.	24
Figura 3: População do Estado de Alagoas entre 1992 e 2012.	25
Figura 4: - Distribuição Populacional do Estado de Alagoas.	26
Figura 5: Alagoas - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – 2010.	28
Figura 6: Alagoas - A variável “Escolaridade” no IDHM, 2010.	29
Figura 7: Mapa de atividades econômicas do Estado de Alagoas.	31
Figura 8: Produção agrícola no Estado de Alagoas.	32
Figura 9: Biomas e Unidades de Conservação Ambiental no Estado de Alagoas.	33
Figura 10: Mapa Estratégico IFAL 2014-2018.	42
Figura 11: Organograma da estrutura dos Campi de Arapiraca, Maragogi, Piranhas, Penedo, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, dezembro de 2013.	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cursos ofertados pelo IFAL, dezembro de 2013.	80
Quadro 2. Relação de cursos Técnicos (integrado e subsequente) a serem implantados por Campus/IFAL, dezembro de 2013.	85
Quadro 3. Relação de cursos Superiores a serem implantados por Campus/IFAL, dezembro de 2013.	89
Quadro 4: Objetivos e indicadores estratégicos do IFAL 2014-2018	174
Quadro 5: Plano de carreira dos servidores docentes	196
Quadro 6: Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação	203
Quadro 7: Ações específicas dos Campi	278

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Titulação do Corpo docente	194
Tabela 2: Distribuição dos servidores docentes por Campus situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2013.	197
Tabela 3: Formação do corpo técnico-administrativo, dezembro de 2013.	200
Tabela 4: Distribuição dos servidores técnicos-administrativos por Campus situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2013.	202
Tabela 5: Espaços da Reitoria, prédio principal	240
Tabela 6: Caracterização da estrutura física – Campus Arapiraca – sede provisória	244
Tabela 7: Caracterização da estrutura física – Campus Maceió – sede própria	245
Tabela 8. Caracterização da estrutura física – Campus Maragogi – sede provisória	252
Tabela 9: Caracterização da estrutura física – Campus Marechal Deodoro – sede própria	253
Tabela 10. Caracterização da estrutura física – Campus Murici – sede provisória	254
Tabela 11. Caracterização da estrutura física – Campus Palmeira dos Índios – sede própria	255
Tabela 12: Caracterização da estrutura física – Campus Penedo – sede própria	258
Tabela 13. Caracterização da estrutura física – Campus Piranhas – sede própria	259
Tabela 14. Caracterização da estrutura física – Campus Santana do Ipanema – sede provisória	260

Tabela 15: Caracterização da estrutura física – Campus São Miguel dos Campos – sede provisória	261
Tabela 16. Caracterização da estrutura física – Campus Satuba – sede própria	262
Tabela 17. Caracterização da estrutura física – Campus Padrão	264
Tabela 18: Levantamento de acervo de livros dos Campi em funcionamento, dezembro de 2013	299
Tabela 19: Quantidade de bibliotecas por Campus	301
Tabela 20: Distribuição dos laboratórios por Campus	303
Tabela 21: Descrição dos laboratórios de informática por Campus	304
Tabela 22: Distribuição de redes de internet do IFAL, dezembro de 2013.	306
Tabela 23. Lei Orçamentária Anual – LOA 2013 - Recursos do Tesouro Nacional	309
Tabela 24: Projeção orçamentária, 2012 a 2018, por unidades do Ifal	314
Tabela 25: Projeção do orçamento destinado para as políticas institucionais – matriz CONIF, por unidades do IFAL	315
Tabela 26: Projeção do orçamento destinado para reestruturação e expansão – Matriz CONIF	315

SUMÁRIO

I. PERFIL INSTITUCIONAL	15
1.1 Breve histórico	15
1.2 Inserção regional	23
1.3 Contextualização regional versus localização dos Campi	33
1.4 Diagnóstico estratégico	39
1.5 Objetivos estratégicos e indicadores	43
II. POLÍTICAS DE ENSINO	51
2.1 Fundamentos pedagógicos da ação educativa	51
2.2 Finalidades da educação profissional e tecnológica	55
2.3 Perfil requerido para o profissional	58
2.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	60
2.5 Organização curricular	63
2.6 Práticas pedagógicas	66
2.7 Articulação entre níveis e modalidades de ensino	70
2.8 Flexibilização curricular	72
2.9 Integralização curricular	74
2.10 Implantação e descontinuidade de programas e cursos	76
2.11 Cursos existentes e cronograma de implantação de novos cursos	79
III. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	94
3.1 Fundamentos da pesquisa e inovação	94
3.2 Fundamentos da pós-graduação	98
3.3 Priorização de linhas e projetos de pesquisa	101
3.4 Intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa	104
3.5 Articulação da pesquisa com o setor produtivo	107
3.6 Incentivo à produção científica e à inovação tecnológica	109

3.7 Incentivo à divulgação científica e tecnológica	111
IV. POLÍTICAS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	113
4.1 Fundamentos da extensão	113
4.2 Apoio a programas, projetos, cursos e eventos de extensão	117
4.3 Priorização das atividades de extensão	119
4.4 Articulação das atividades de extensão ao mundo do trabalho	120
4.5 Parcerias com a comunidade e com o setor produtivo	122
4.6 Incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e ao empreendedorismo	126
4.7 Articulação das atividades de extensão às demandas sociais	128
V. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	131
5.1 Fundamentos da assistência estudantil	131
5.2 Programas e serviços da assistência estudantil	134
5.3 Educação inclusiva	139
5.4 Organização estudantil	143
VI. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO	146
6.1 Autoavaliação institucional	146
6.2 Avaliação de cursos	152
6.3 Avaliação da aprendizagem	154
6.4 Avaliação de servidores docentes	159
6.5 Avaliação de servidores técnico-administrativos	161
6.6 Avaliação das atividades de pesquisa, inovação e da divulgação científica	164
6.7 Avaliação das atividades de extensão	165
6.8 Avaliação da assistência estudantil	167
6.9 Avaliação e acompanhamento de egressos	169

6.10 Avaliação do PDI	170
-----------------------	-----

VII. POLÍTICAS DE GESTÃO 173

7.1 Planejamento estratégico	173
7.2 Autonomia do IFAL	192
7.3 Corpo docente	193
7.4 Corpo técnico-administrativo	199
7.5 Capacitação	205
7.6 Qualificação	208
7.7 Tutoria EAD	211
7.8 Estrutura administrativa do Ifal	212
7.9 Gestão democrática	226
7.10 Parcerias com a comunidade, instituições e empresas	235
7.11 Gestão da infraestrutura	238
7.12 Infraestrutura acadêmica	297
7.13 Gestão financeira	308

Anexo – Projeto Político Pedagógico Institucional – atualizado

I. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. BREVE HISTÓRICO

1.1.1. Sobre este PDI

A história do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), de sua origem aos dias atuais, é singular no cenário das instituições educacionais alagoanas. Essa história se inicia em 1909, com o ensino de ofícios elementares a alunos da classe econômica menos favorecida e, ao longo de um século, consolida-se, acentuando a importância desta Instituição no Estado de Alagoas, principalmente nas regiões marcadas por baixos índices de desenvolvimento.

Com a recente criação da rede de Institutos Federais, densos investimentos estão sendo feitos em infraestrutura e na organização de quadros de servidores. No entanto, isso não é suficiente. A oferta de educação pública de qualidade exige criterioso planejamento, para que possam ser atendidas as demandas da sociedade.

Na gestão de qualquer instituição, o planejamento é uma poderosa ferramenta, pois oportuniza um momento de reflexão sobre o que vem sendo feito e sobre o que ainda deve ser realizado. Na gestão de uma Instituição de educação pública, estruturada em onze Campus – como o IFAL – essa ferramenta é indispensável. Desta consciência nasceu este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Não se trata, pois, do cumprimento de uma formalidade demandada pelo Ministério da Educação. Este PDI representa um intenso movimento de reflexão e de autoavaliação de toda a comunidade do IFAL, em busca de respostas a duas questões essenciais: *o que desejamos para a nossa Instituição nos próximos cinco anos? De que maneira podemos alcançar este futuro pretendido?*

A resposta a essas questões teve, inicialmente, como alicerce, a *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008 – que institui a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, e dá a base para a criação de seus Institutos – a partir da qual se define a identidade do IFAL. Em segundo lugar, destaca-se a expansão do Instituto, que hoje conta com onze Campi no Estado de Alagoas e terá, até 2015, mais quatro unidades.

A presença e a gestão desses Campi, em todas as regiões do Estado, exigiram um planejamento complexo, já que foi construído, em conjunto, com toda a comunidade acadêmica, num processo de comprometimento e aprendizagem constantes. Mais de 600 servidores e 15 mil alunos engajados na construção do Instituto – na construção de um PDI para o período de 2014-2018.

A coordenação desse processo democrático ficou a cargo de uma Comissão Central, composta por 20 servidores de diversos Campi e reitoria. A primeira etapa do trabalho consistiu em ouvir a comunidade, colhendo elementos que permitiram construir uma versão inicial, embrionária, do PDI. Essa versão inicial foi encaminhada às onze Comissões Locais que representaram cada um dos Campi do Instituto. Nessa segunda fase, as Comissões Locais coordenaram os trabalhos no interior de seus Campus, partindo da versão inicial do PDI. Nesse processo, foram colhidas sugestões que, por sua vez, foram encaminhadas à Comissão Central. Na terceira fase do processo, o material recebido foi consolidado, dando origem à versão final deste PDI, a qual foi encaminhada, por fim, ao Conselho Superior que aprovou.

Este PDI não se constitui, portanto, um documento finalizado. Como expressão do planejamento institucional, reflete, em termos de objetivos, metas e ações, as grandes linhas traçadas para o desenvolvimento institucional do IFAL. No entanto, nesse processo não há como negligenciar atualizações e revisões periódicas dos caminhos aqui traçados, de modo a atender as expectativas da sociedade e a cumprir a missão social do Instituto.

1.1.2. Criação do Instituto Federal de Alagoas

A criação do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) se deu por meio de uma particular integração entre duas autarquias, hoje extintas: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba.

Essas instituições já haviam passado por muitas outras mudanças: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas recebeu esse nome em 1994, tendo sido, inicialmente, Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909), Liceu Industrial de Maceió (1937), Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1961), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967). A Escola Agrotécnica Federal de Satuba, por sua vez, ao ser criada recebeu o nome de Patronato Agrícola de Alagoas (1911), e, a seguir, passou a denominar-se Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939), Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947), Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957), Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964) e, por fim, Escola Agrotécnica Federal de Satuba (1979).

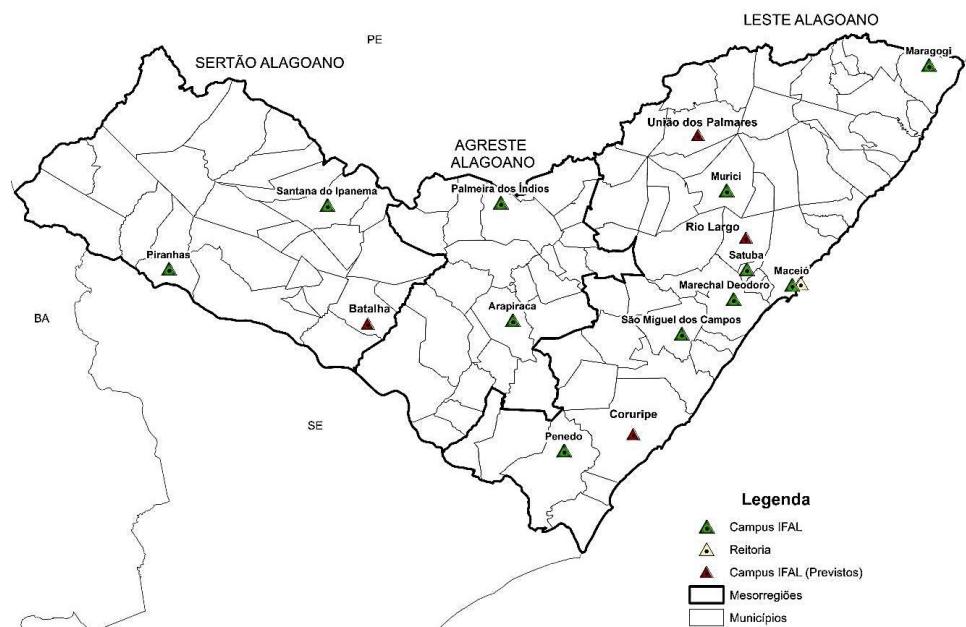
Com esses históricos distintos, buscamos a construção de uma nova realidade educacional em nosso Estado. Conforme pontuado anteriormente, através do Decreto 5224/2004, a antiga Escola Técnica Federal de Alagoas transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou a oferta de cursos superiores. A partir de 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892, com a fusão do CEFET e a Agrotécnica de Satuba foi constituído o IFAL, com todas as prerrogativas de uma instituição de ensino superior, destacando-se na oferta de ensino técnico e tecnológico no Estado de Alagoas.

A Reitoria do IFAL funcionou, até início de 2012, nas instalações do Campus Maceió, quando foi transferida, juntamente com as Pró-reitorias e os setores administrativos, para sua sede própria, no bairro Jatiúca.

1.1.3. Campi e áreas de atuação do IFAL

Hoje, os Campi do IFAL (**Figura 1**) encontram-se assim distribuídos no Estado de Alagoas:

Figura 1: Localização dos Campi do IFAL



Elaboração: FGV.

a. Campus Arapiraca

Localizado no Agreste, o Campus Arapiraca iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Informática e Eletroeletrônica, além de pós-graduação em Linguagem e Práticas Sociais, com foco na área de serviços e tecnologia. Na modalidade a distância, a unidade oferta cursos de ensino médio subsequente de Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar, além de licenciatura em Ciências Biológicas e Letras/Português, e do curso superior de tecnologia em Hotelaria.

b. Campus Maceió

Localizado na capital, o Campus Maceió iniciou suas atividades em 1968, na Escola Técnica Federal de Alagoas, e hoje está instalado em sua sede definitiva. Atualmente, oferece cursos médios integrados de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estradas, Informática, Mecânica e Química. Os cursos técnicos subsequentes oferecidos são Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química e Segurança do Trabalho. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é oferecido o curso de Artesanato. Esse Campus também oferece cursos superiores de tecnologia (Alimentos, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Gestão de Turismo e Hotelaria); bacharelado (Sistema de Informação); e licenciaturas (Ciências Biológicas, Letras, Matemática e Química). A distância, o campus oferece os cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, os cursos superiores de Ciências Biológicas, Letras/Português e Administração Pública. Em nível de pós-graduação, são oferecidos os cursos *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos, e em Química Tecnológica.

c. Campus Maragogi

Localizado no litoral norte, o Campus Maragogi iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Hospedagem e Agroecologia e o técnico concomitante em Eventos, com foco na área de Turismo. Na modalidade a distância, a unidade oferta curso de ensino médio subsequente de Secretaria Escolar, além de licenciaturas em Ciências Biológicas e Letras/Português, e do curso superior tecnológico em Hotelaria. O IFAL Maragogi ainda disponibiliza para a comunidade um bacharelado em Administração Pública e uma pós-graduação em Gestão Municipal.

d. Campus Marechal Deodoro

Localizado no litoral, o Campus Marechal Deodoro iniciou suas atividades no segundo semestre de 1995, com sede própria. Atualmente, oferta para o PROEJA os cursos médios integrados de Cozinha, Guia de Turismo e Hospedagem, assim como o de Meio Ambiente. O Campus também oferece o curso superior de tecnologia em Gestão Ambiental e a pós-graduação *lato sensu* em Educação e Meio Ambiente, com foco nas áreas de Turismo e Meio Ambiente.

e. Campus Murici

Localizado na Zona da Mata, o Campus Murici iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Agroecologia e Agroindústria, com foco nas áreas de Meio Ambiente e Indústria.

f. Campus Palmeira dos Índios

Localizado na Região do Agreste, o Campus Palmeira dos Índios iniciou suas atividades em 1993, com sede própria. Atualmente, oferta os cursos técnicos de nível médio, na forma integrada, em Edificações, Eletrotécnica e Informática. Na forma subsequente, o Campus oferece os cursos de Eletrotécnica, Redes de Computadores e Segurança do Trabalho. Como técnicos concomitantes são ofertados os cursos de Eletrotécnica, Redes de Computadores e Segurança do Trabalho. No âmbito do PROEJA, é oferecido o curso de Eletrotécnica. O Campus oferta, ainda, cursos superiores de tecnologia em Sistemas Elétricos e em Construção de Edifícios, além de um bacharelado em Engenharia Civil. A distância, oferta o curso técnico subsequente em Infraestrutura Escolar, as licenciaturas em Ciências Biológicas e em Letras/Português, bem como o bacharelado em Administração Pública. O Campus

Palmeira dos Índios oferta também curso de pós-graduação em Gestão Municipal.

g. Campus Penedo

Localizado na Região do Baixo São Francisco, o Campus Penedo iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando em sede própria. Atualmente, oferta os cursos médios integrados de Açúcar e Álcool, e de Meio Ambiente, com foco nas áreas de Meio Ambiente e Indústrias. A distância, oferece cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, bem como licenciaturas, em Ciências Biológicas e Letras/Português; um bacharelado, em Administração Pública; e uma pós-graduação *lato sensu*, em Gestão Municipal, com foco nas áreas de Indústria e de Educação.

h. Campus Piranhas

Localizado no alto Sertão, o Campus Piranhas iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando em sede própria. Atualmente, oferta os cursos técnicos integrados de Agrotecnologia e Agroecologia, com foco nas áreas de Meio Ambiente e Indústria.

i. Campus Santana do Ipanema

Localizado no sertão de Alagoas, o Campus Santana do Ipanema iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente na Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Atualmente, oferta o curso técnico, integrado e subsequente, em Agropecuária. Na modalidade a distância, oferta os cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, além de bacharelado em Administração Pública e licenciatura em Letras/Português.

j. Campus São Miguel dos Campos

Localizado na Zona da Mata, o Campus São Miguel iniciou as suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferta o curso técnico subsequente de Segurança do Trabalho.

k. Campus Satuba

Localizado na região metropolitana de Maceió, o Campus Satuba, juntamente com o de Maceió, deu início ao ensino profissionalizante no Estado. Situado em sede própria, oferta os cursos técnicos integrados de Agroindústria e Agropecuária, além do subsequente de Agropecuária. O Campus também oferta o curso superior de tecnologia em Laticínios. A distância, oferece os cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar.

I. Polo de São José da Laje

Localizado Zona da Mata de Alagoas e com funcionamento de cursos somente na modalidade a distância, este polo oferta licenciaturas em Ciências Biológicas e em Letras/Português, além de bacharelado em Administração Pública.

m. Polo de Mata de São João

Localizado no litoral norte da Bahia e com funcionamento de cursos somente na modalidade a distância, este polo forma profissionais de Hotelaria.

1.2. INSERÇÃO REGIONAL

1.2.1. Caracterização territorial do Estado de Alagoas

A formação territorial de Alagoas remonta ao período colonial, quando pertencia à capitania de Pernambuco. Em 1711, inicia-se o processo de emancipação, com sua transformação em comarca. Posteriormente, em 1817, a Comarca se separa da capitania de Pernambuco, transformando-se em capitania autônoma. Com a independência do Brasil, em 1822, foi convertido em província.

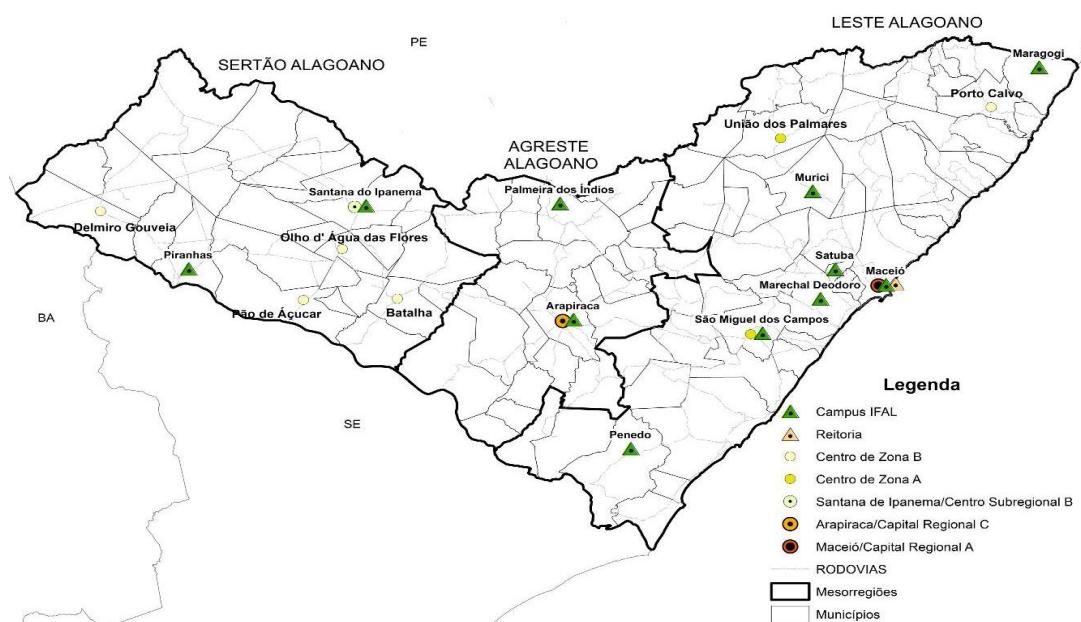
O IFAL está localizado em terras alagoanas, onde o sol brilha o ano todo e é filtrado pela imensidão de coqueiros à beira-mar, revela-se uma das mais fascinantes paisagens do Nordeste, contando com uma natureza quase intocada, junto à qual são preservados importantes conjuntos arquitetônicos e históricos. Nesse território é possível desbravar as cidades seculares, como Penedo e Marechal Deodoro, e recordar o passado através dos casarões coloniais e igrejas barrocas. Visitar essas cidades é voltar ao tempo do Brasil Colonial.

Atualmente o Estado de Alagoas está localizado na Região Nordeste, que é composta por nove Estados, que ocupam, com 1.554.291,61 km², 18% do território brasileiro. A área territorial do Estado de Alagoas é de 27.778,51 km², equivalente a 1,8% da Região Nordeste, tendo como limites os Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Sua divisão político-administrativa é composta por 102 municípios, subdivididos em três mesorregiões: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, ao longo desta seção será esta a divisão regional de referência¹.

¹ A escolha desta divisão se dá em função das metas estipuladas pelo Governo Federal, que na Fase de Expansão III (2013/2014), da Rede Federal, que tem como um dos critérios de medição de atendimento a presença de campus por município e mesorregiões. Esta informação está disponível no Relatório do TCU 026.062/2011-9, que apresenta o trabalho de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional.

No Estado foram identificadas as cidades dentro da divisão hierárquica proposta pelo IBGE (2007). A **Figura 2** apresenta a localização dos municípios para as duas maiores categorias definidas para Alagoas.

Figura 2: Divisão territorial do Estado de Alagoas, com municípios de maior influência urbana



Fonte: IBGE 2007; 2010. Elaboração: FGV

A descrição das categorias e municípios associados estão a seguir:

- Maceió está classificada como Capital Regional² A³;

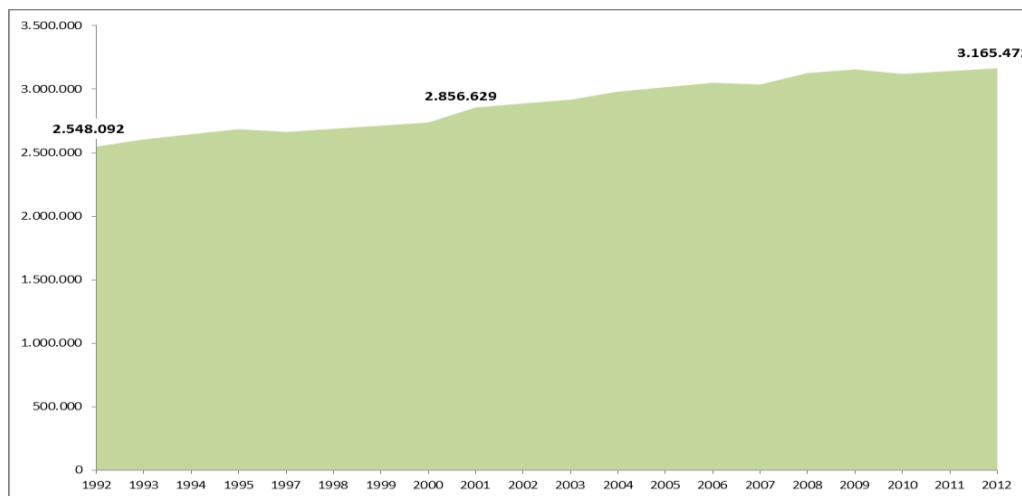
² O IBGE (2007) define que a Capital Regional se relaciona com o estrato superior da rede urbana (metrópole). Integram este nível 70 centros, com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios que se relacionam com este nível hierárquico. O número de relacionamentos é calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino. Este nível tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.

- Arapiraca está classificada com Capital Regional C⁴;
- Outras cidades são classificadas como Centro de Zona⁵, a saber:
 - Centro de Zona A – São Miguel dos Campos e União dos Palmares;
 - Centro de Zona B – Batalha, Delmiro Gouveia, Olho d’água das Flores, Pão de Açúcar e Porto Calvo.

1.2.2. Dimensão socioeconômica do Estado de Alagoas

Nos últimos 20 anos, o Estado teve um acréscimo populacional de 24% (**Figura 3**). Na primeira década, de 1992 a 2001, este acréscimo foi de 308.537 pessoas. Nos dez anos seguintes, de 2002 a 2012, o aumento da população do Estado correspondeu a 277.937 pessoas. Pela última estimativa populacional do IBGE, em 2012, o Estado chegou a uma população de 3.165.472 habitantes, o que corresponde a 6% do total da população da Região Nordeste, estimada em 53.081.950 de habitantes.

Figura 3: População do Estado de Alagoas entre 1992 e 2012



Fonte: Estimativas Populacionais – DATASUS/IBGE, 1992-2012. Elaboração: FGV

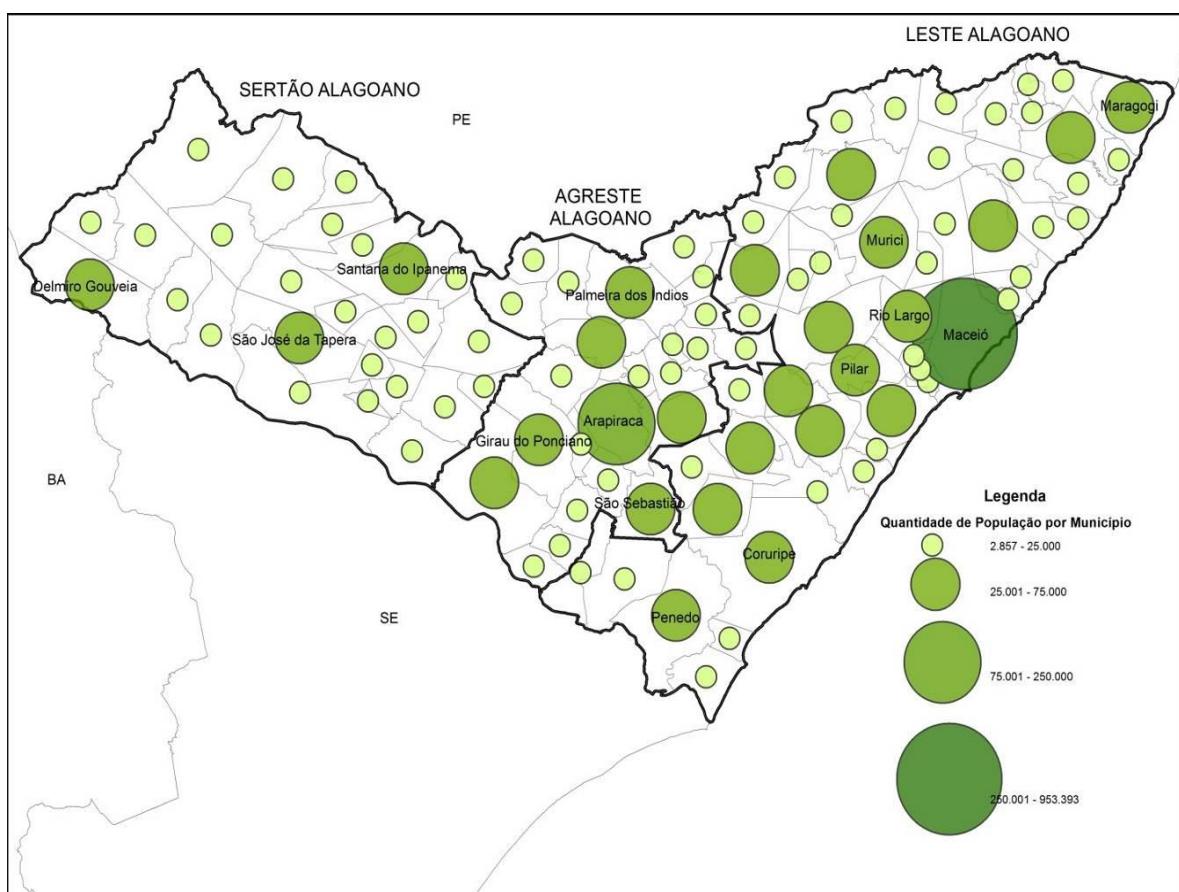
³ Capital regional A – constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.

⁴ Capital regional C – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

⁵ Centro de zona – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em dois níveis A e B.

Analisando a distribuição populacional do Estado entre as três mesorregiões – Agreste Alagoano, Leste Alagoano e Sertão Alagoano –, percebe-se que a região Leste Alagoana possui 66% da população total do Estado. Nela está localizada a capital Maceió, com 953.393 habitantes, o que equivale a 31% da população total do Estado, e a 46% da mesorregião. O Agreste Alagoano corresponde a 14% da população de Alagoas, estando em seu território o município de Arapiraca, com população de 218.140 habitantes. A mesorregião do Sertão Alagoano tem 14% da população total do Estado, sendo o município de Delmiro Gouveia o mais populoso, com 48.876 habitantes (**Figura 4**).

Figura 4: - Distribuição Populacional do Estado de Alagoas.



Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaboração: FGV

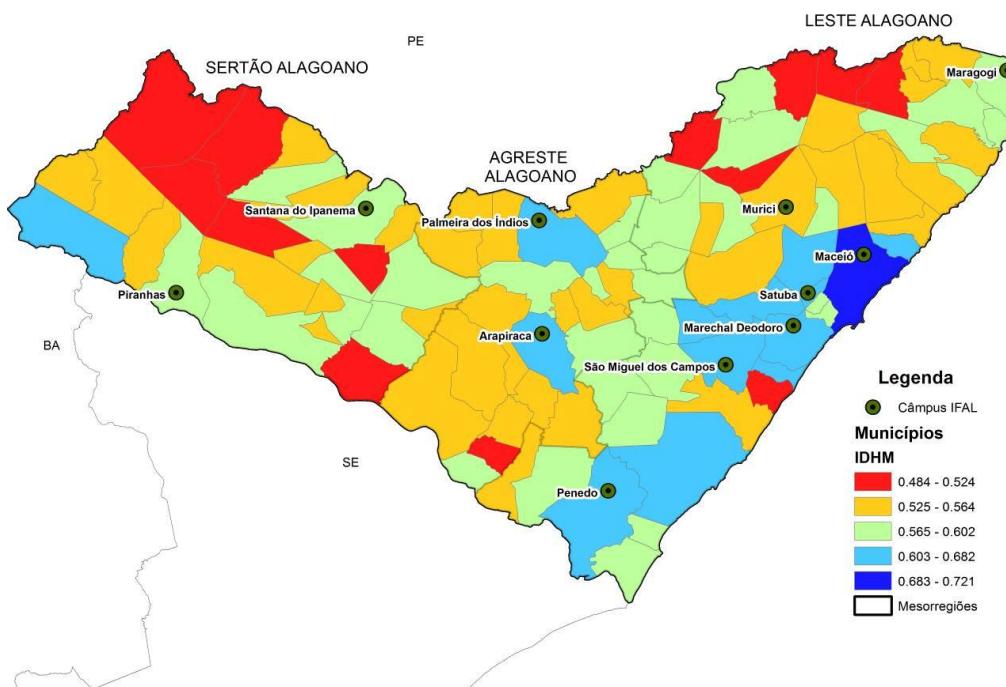
A distribuição etária da população do Estado de Alagoas revela três aspectos importantes: inicialmente, que a base da pirâmide está diminuindo, o que já pode ser reflexo da redução da taxa de fecundidade no Estado; depois, que 65% da população têm entre 15 e 65 anos, indicando que há grande parte da população em idade economicamente ativa (PEA); e, por fim, que os dois aspectos anteriores podem ser igualmente verificados nas três mesorregiões do Estado.

De acordo com dados divulgados em 2012 pelo PNUD, o Brasil apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,730, ocupando, atualmente, o 85º lugar no ranking mundial; e, dentre todos os estados brasileiros, Alagoas apresenta o pior IDH: 0,631.

A análise a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁶ revela que apenas dois municípios alagoanos se situam acima da média nacional (0,659): Satuba (0,660) e Maceió (0,721), como indica a **Figura 5**. A média do Estado (0,564) também é considerada baixa.

⁶ Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, elaborado pelo PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto por uma média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. O índice está dividido em 5 faixas de valores: Muito Baixo (0,00-0,499); Baixo (0,500-0,599); Médio (0,600-0,699); Alto (0,700-0,799); e Muito Alto (0,800-1,000).

Figura 5: Alagoas - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – 2010



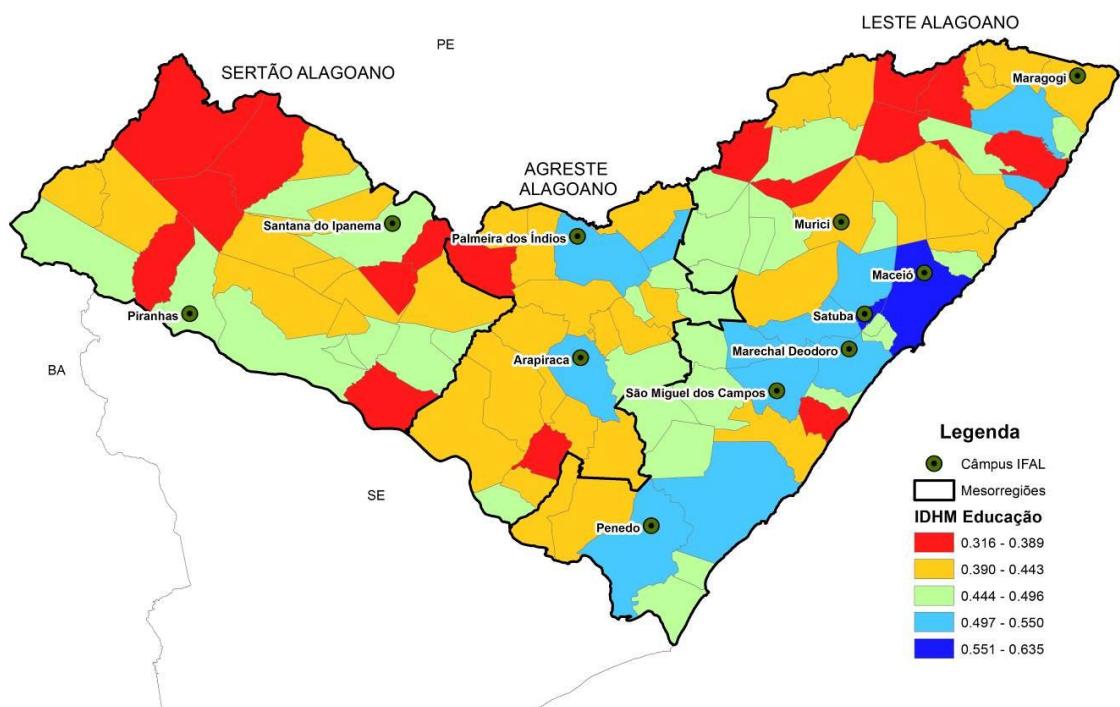
Fonte: PNUD/Atlas IDHM, 2013. Elaboração: FGV

Entre as variáveis que compõe o IDHM⁷, a educação serve como parâmetro para o IFAL compreender o ambiente educacional que os Campi estão inseridos. A **Figura 6** apresenta a situação dos municípios alagoanos nessa variável, com as localizações dos Campi do IFAL. A média nacional da variável educação é de 0,443. Constatase, portanto, que os municípios em que estão localizados os Campi possuem, com exceção de Murici (0,395), índices superiores à média nacional.

⁷

- O IDH é composto por três variáveis ou dimensões: Educação, Renda e Longevidade.

Figura 6: Alagoas - A variável “Escolaridade” no IDHM, 2010



Fonte: PNUD/Atlas IDHM, 2013. Elaboração: FGV

Segundo os dados do IBGE, as contas regionais o PIB do Estado totalizou R\$ 24,575 bilhões em 2010, compreendendo 0,7% do PIB brasileiro. A variação anual do PIB alagoano entre 2009 e 2010 foi de 6,8%. Dentre os estados da região Nordeste, Alagoas ocupa a 7^a posição no ranking do PIB estadual, à frente apenas dos estados de Sergipe e Piauí.

Alagoas, embora ainda preserve as características econômicas e sociais do passado colonial, mantendo uma economia agrícola da Zona da Mata e do Agreste, vem desenvolvendo seu setor industrial, com investimentos na exploração de petróleo e do sal-gema, bem como em outras indústrias, de médio e pequeno porte. Mas Alagoas, sendo o maior produtor de cana do Nordeste, ainda depende das grandes plantações de cana-de-açúcar, que se estendem do litoral à Zona da Mata: mais de 90% da exportação do Estado sai

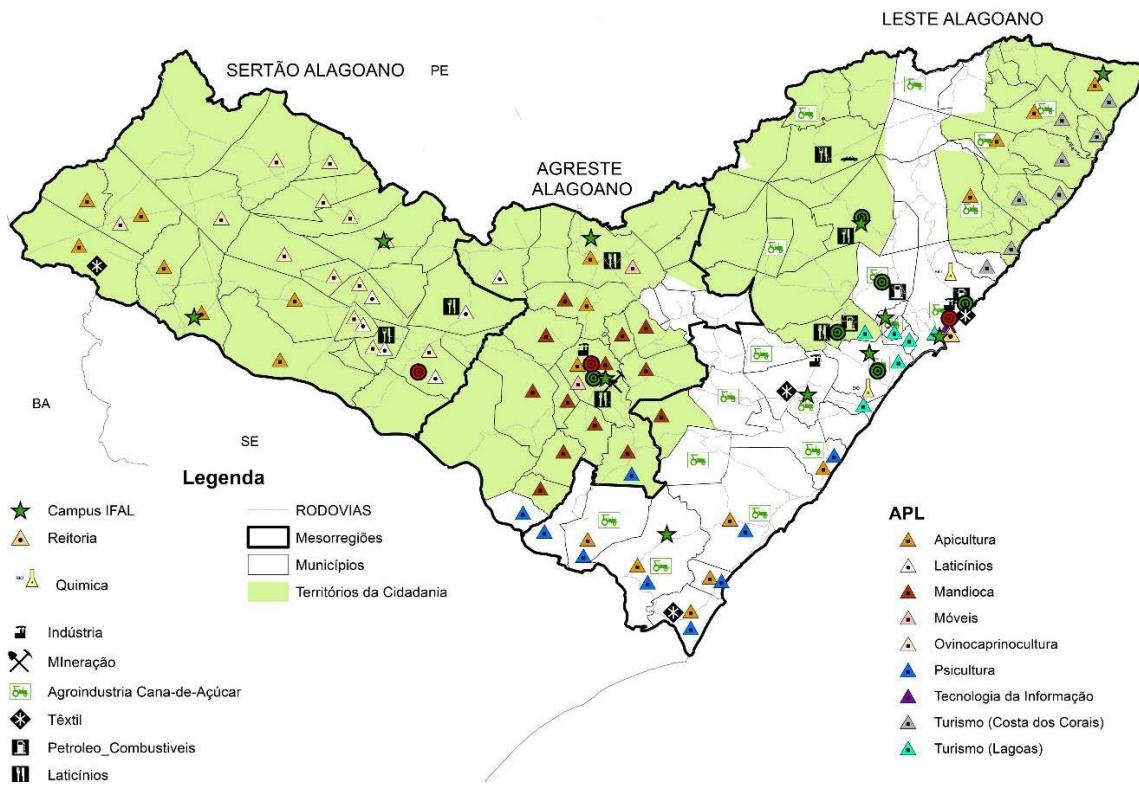
dos canaviais, sendo 75% em açúcar, 17% em álcool. Além da cana, outros produtos, como algodão, fumo, mandioca, milho e coco, também têm importância econômica para o Estado.

Na última década, a atividade do turismo obteve um crescimento, em função da construção de hotéis e pousadas, e do desenvolvimento de planos e programas de incentivo a essa atividade. Além de Maceió, principal destino dos turistas em Alagoas, outras cidades também têm sido alvo de procura: Maragogi, Piranhas, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Paripueira, Marechal Deodoro e o histórico município de Penedo.

Embora o Estado conte com polos econômicos em apenas dois municípios, Arapiraca e Maceió, novas diretrizes políticas vêm destinando investimentos na construção de polos industriais e tecnológicos, criando a perspectiva de interiorização do desenvolvimento econômico. Outro elemento econômico com alto potencial de desenvolvimento são os Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são associações de pequenos e médios produtores ou pequenas e médias empresas que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa⁸. Estes APLs estão espalhadas pelo Estado e demonstram a potencialidade de diversificação produtiva do Estado. A atividade produtiva com maior presença em Alagoas é a da cadeia produtiva da cana-de-açúcar (**Figura 7**).

⁸ Definição retirada do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>.

Figura 7: Mapa de atividades econômicas do Estado de Alagoas.

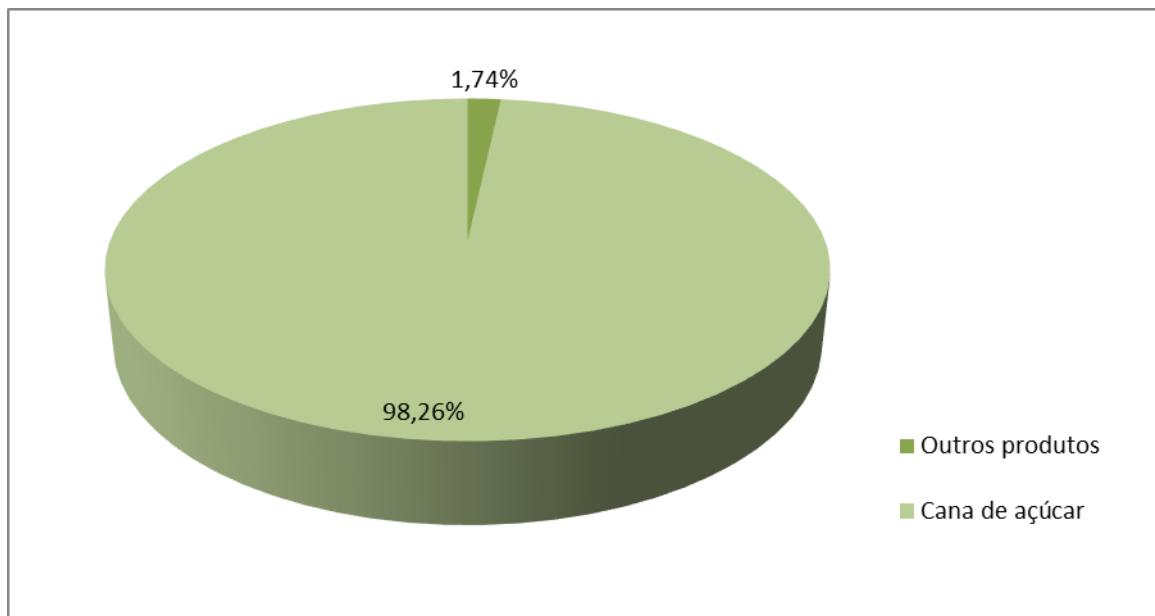


Fonte: FGV, 2013

Como principal produto, a cana-de-açúcar representa, segundo os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006⁹), 98,26% do total da produção da lavoura alagoana (**Figura 8**), estando concentrada na mesorregião do Leste Alagoano, nos baixos platôs costeiros, também chamados de tabuleiros alagoanos. Em virtude desta predominante produção, desenvolveu-se a agroindústria da cana com atividades de produção de açúcar e álcool.

⁹ IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em nov. 2013.

Figura 8: Produção agrícola no Estado de Alagoas.

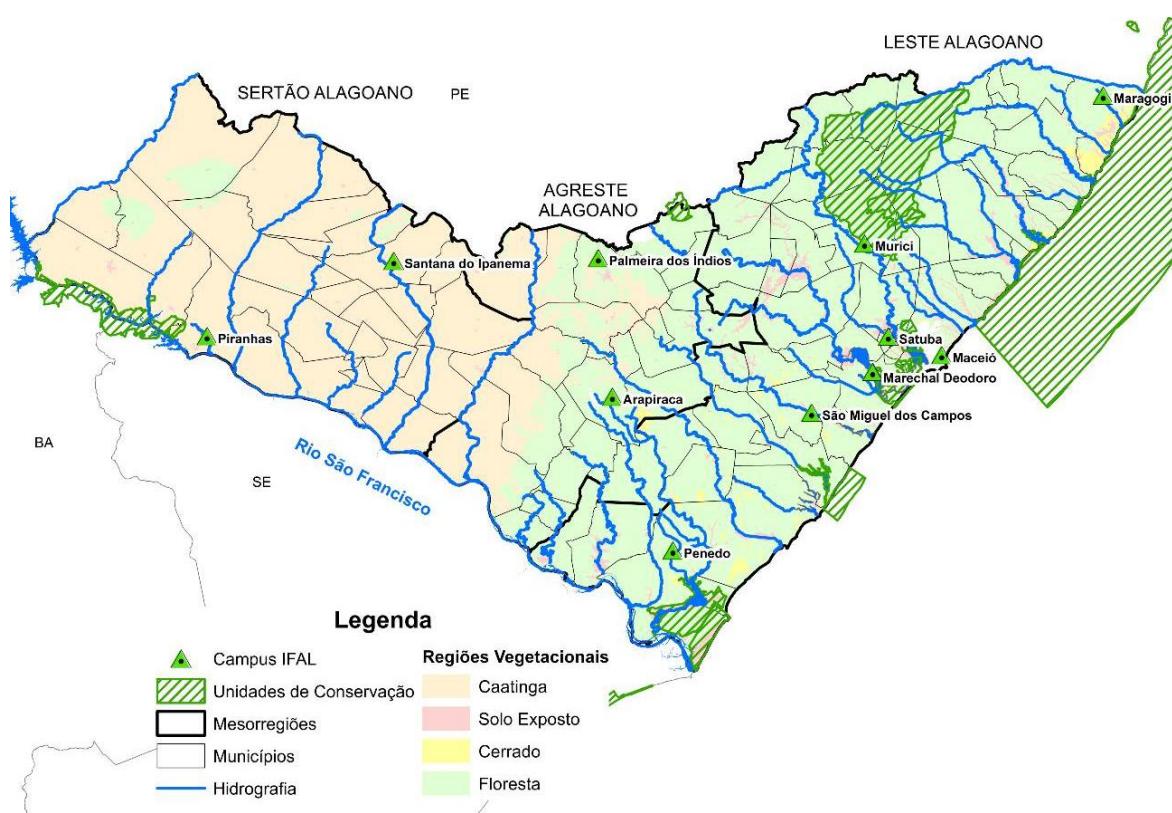


Fonte: Censo Agrícola, IBGE (2006). Elaboração: FGV

1.2.3. Caracterização ambiental

Os dois principais biomas alagoanos – a Mata Atlântica e a Caatinga – compõem características regionais muito bem definidas, que são utilizadas como base para a definição político-administrativas das mesorregiões e como identificação social de localização dentro do Estado. O Leste Alagoano é conhecido com Zona da Mata, em referência ao Bioma Mata Atlântica; o Agreste Alagoano é a área de transição entre a Zona da Mata e a Caatinga; e o Sertão Alagoano é recoberto pela Caatinga. A **Figura 9** permite observar a falta de valorização deste bioma, pela pequena presença de áreas de conservação.

Figura 9: Biomas e unidades de conservação ambiental no Estado de Alagoas.



Fonte: IMA; IBGE. Elaboração: FGV

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL VERSUS LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI

O IFAL conta, atualmente, com 11 Campi distribuídos pelas três Mesorregiões do Estado: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano.

1.3.1. Mesorregião Leste Alagoano

Na Mesorregião Leste Alagoano, a mais populosa do Estado e a que mais recebe investimentos, se concentram 72% da força do IFAL. Essa região abriga a produção canavieira, sendo formada, majoritariamente, por grandes

propriedades. O surgimento dos assentamentos da reforma agrária tem promovido uma pequena mudança no perfil fundiário da região.

a. Campus Maceió

Com densidade demográfica de 1.854,12 hab/Km², possui área territorial de 503,072 Km². Considerando a amostra do Censo 2010 do IBGE, Maceió possui 27,31% de sua população – 932.748 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 254.720 residentes com idade entre 15 a 24 anos. O setor de serviços de Maceió, segundo dados do IBGE (2010), foi o que impulsionou a economia, correspondendo a 78,20% do Produto Interno Bruto – PIB (valor adicionado) municipal, e a 63,42% do PIB estadual. O setor industrial representa 21,51% do PIB municipal e o setor agropecuário 0,29%. O PIB de Maceió representa 81,11% do PIB estadual. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 41.287, segundo o IBGE.

b. Campus Penedo

Com densidade demográfica de 87,61 hab/Km², possui área territorial de 689,160 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 29,40% de sua população – 60.378 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 17.739 residentes com idade entre 15 a 24 anos. Neste município, os setores de agropecuária e indústria contribuem de modo equitativo com a economia: 12,84% e 14,32%, respectivamente. Sobressai o setor de serviços, com participação de 72,84% na composição do PIB municipal, o que representa 1,90% do PIB estadual. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 3.534.

c. Campus Satuba

Com densidade demográfica de 342,57 hab/Km², possui área territorial de 42,628 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 29,78% de sua população – 14.603 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 4.349 residentes com idade entre 15 a 24 anos. Assim como nos

outros municípios, Satuba possui no setor de serviços o ponto forte de sua contribuição na economia alagoana, com 75,79% de participação no PIB municipal, seguido do setor industrial, com 20,42%, e da agropecuária, com 3,76% de participação. O PIB municipal de Satuba representa 0,47% da produção estadual total de bens e serviços. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 766.

d. Campus Murici

Com densidade demográfica de 62,58 hab/Km², possui área territorial de 426,818 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 31,31% de sua população – 26.710 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 8.362 residentes com idade entre 15 a 24 anos. A produção do setor de Serviços corresponde a 64,58% do PIB municipal, seguido pelo setor Agropecuário, com 18,93%, e pela Indústria, com 16,49% de participação. O PIB municipal de Murici representa 0,92% do PIB estadual. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 923 alunos.

e. Campus Marechal Deodoro

Com densidade demográfica de 138,62 hab/Km², possui área territorial de 331,682 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 29,02% de sua população – 45.977 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 13.341 residentes com idade entre 15 a 24 anos. Na composição do PIB municipal, o setor de maior relevância é o industrial, com participação de 59,31%, seguido do de serviços, com 34,65% de participação, e do setor de Agropecuária, com apenas 6,04%. O número de matrículas no ensino médio, no ano de 2010, foi de 1.823.

f. Campus Maragogi

Com densidade demográfica de 86,06 hab/Km², possui área territorial de 334,044 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 31,64% de sua população – 28.749 residentes – em idade de frequentar o Campus,

ou seja, 9.095 residentes com idade entre 15 a 24 anos. O PIB de Maragogi é composto majoritariamente pelo setor de serviços, com participação de 73,16%, seguido pela agropecuária, com 15,67%, e pelo setor Indústria, com 11,17%. Grande parte pode ser explicada pelo fato de a cidade ser conhecida pela sua beleza natural, servindo de destino turístico no Estado. Em 2010, contava com 914 estudantes matriculados no ensino médio.

g. Campus São Miguel dos Campos

Com densidade demográfica de 151,27 hab/Km², possui área territorial de 360,793 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 29,84% de sua população – 54.577 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 16.286 residentes com idade entre 15 a 24 anos. Um certo equilíbrio pode ser observado neste município, uma vez que a participação do setor de serviços representa 47,31%, muito próximo dos 42,34% de participação do setor Industrial na composição do PIB municipal, por fim o setor de agropecuária, com participação de 10,35%. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 3.386, segundo o IBGE.

1.3.2. Mesorregião Agreste Alagoano

Na Mesorregião Agreste Alagoano encontram-se os Campi de Arapiraca e de Palmeira dos Índios. Por estar localizada na área central, entre o Sertão e a Mata Atlântica, esta região apresenta características dessas duas regiões do Estado.

Dentre as culturas de feijão, fumo, amendoim, mandioca, milho, caju, algodão e cana-de-açúcar, a que mais se destaca é a do fumo, concentrada na cidade-polo de Arapiraca. Nessa mesorregião, são encontrados minerais como amianto, argila, calcário e ferro. No Agreste, estão concentradas as pequenas propriedades de tipo familiar que, com uma qualidade de vida superior à do

sertão, em função da melhor precipitação e da qualidade dos solos, permite uma produção mais diversificada.

a. Campus Arapiraca

Com densidade demográfica de 600,84 hab/Km², possui área territorial de 356,181 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 29,46% de sua população – 214.006 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 63.053 residentes com idade entre 15 a 24 anos. Assim como ocorre em Maceió, o Campus Arapiraca está inserido numa localidade em que o setor de serviços corresponde a 80,20% do PIB municipal e a 10,34% do estadual. A participação do setor industrial é de 16,61%, e o agropecuário responde por apenas 3,2% do PIB. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 11.362.

b. Campus Palmeira dos Índios

Com densidade demográfica de 155,44 hab/Km², possui área territorial de 452,706 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 27,47% de sua população – 70.368 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 19.333 residentes com idade entre 15 a 24 anos. A participação do setor de serviços representa 74,71% da composição do PIB municipal, seguido pelo setor industrial, com 19,53%, e, por fim, pelo setor de agropecuária, com 5,76%. As matrículas no ensino médio, em 2010, somavam 4.968.

1.3.3. Mesorregião Sertão Alagoano

Dentro da Mesorregião Sertão Alagoano encontram-se 19% da força do IFAL, com os Campi Santana do Ipanema e Piranhas. A economia dessa mesorregião está baseada no comércio e na agricultura, com o desenvolvimento da criação de caprinos e bovinos. Nos últimos anos, vem recebendo investimentos para pequenas represas, de modo a conter a água da chuva, ajudando no consumo e nas plantações familiares.

Os principais produtos dessa mesorregião são o feijão e a mandioca. A região do Sertão abriga a principal bacia leiteira do Estado, envolvendo um contingente de 2.500 propriedades, irradiando-se a partir do município de Batalha. Há uma preocupação com os custos de produção, que são mais altos que os da zona litorânea.

a. Campus Santana do Ipanema

Com densidade demográfica de 102,61 hab/Km², possui área territorial de 437,877 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 30,34% de sua população – 44.932 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 13.632 residentes com idade entre 15 a 24 anos. Possui no setor de serviços a força motriz de sua economia, representando 84,71% da produção total final do município, seguido do setor industrial, com 10,11%, e do setor agropecuário, com 5,18%. O município contribui com 1,59% na composição do PIB estadual. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 2.649.

b. Campus Piranhas

Com densidade demográfica de 56,47 hab/Km², possui área territorial de 408,107 Km². De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), possui 31,54% de sua população – 23.045 residentes – em idade de frequentar o Campus, ou seja, 7.268 residentes com idade entre 15 a 24 anos. A composição do Produto Interno Bruto dá-se da seguinte forma: setor de Serviços, com 82,93% de representatividade na economia, seguido pelo setor industrial, com 10,84%, e, por fim, pelo setor agropecuário, com participação de 6,23%. O município possui representação no PIB estadual na ordem de 0,60%. O número de matrículas no ensino médio, em 2010, foi de 1.049.

1.3.4. Demandas educacionais

Em Alagoas, continua sendo necessário investir na alfabetização nos anos iniciais, nas turmas de correção de fluxo escolar e nas classes de jovens e adultos. Considerada a alta prioridade no processo de formação, faz-se necessária a qualificação dos profissionais capazes de enfrentar os desafios educacionais colocados para o Estado.

O governo do Estado tem procurado resolver problemas como a falta de infraestrutura, a inexistência de um referencial curricular, a desarticulação e desagregação do trabalho educacional, assim como a falta de um planejamento institucional efetivo diante das necessidades e prioridades de aprendizagem dos alunos e da formação dos professores, fatores determinantes da ineficiência do modelo aplicado e da ineficácia de seus resultados, como demonstram os indicadores educacionais das escolas da rede pública estadual.

Por seu turno, o IFAL tem atuado na rede estadual de ensino e, entre as diversas iniciativas e modalidades de formação continuada, vem atuando com a formação de grupos de estudos realizados nas próprias escolas, que se debruçam sobre as necessidades locais diagnosticadas, buscando o aprimoramento dos profissionais e a construção de propostas para a resolução dos problemas enfrentados.

1.4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

1.4.1. Autoavaliação institucional

O diagnóstico estratégico é um processo de autoavaliação que expressa a análise dos ambientes interno e externo ao IFAL, realizada por seus servidores, a partir do qual é modelado um cenário que dá sustentação à revisão da missão, visão, valores e da proposta de valor da Instituição e,

consequentemente, à definição de objetivos e metas, cerne de seu planejamento e gestão para o período de 2014-2018.

1.4.2. Direcionadores estratégicos

a. Missão

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

b. Visão

Consolidar-se como uma instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, pautada na cultura e na inovação, em consonância com a sociedade.

c. Valores

- *Ética;*
- *Compromisso social e institucional;*
- *Gestão democrática;*
- *Transparéncia;*
- *Busca pela excelência; e*
- *Compromisso com a sustentabilidade.*

d. Proposta de valor

O IFAL, presente em diversas regiões de Alagoas, oferece educação profissional e tecnológica, do nível médio à pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, além de cursos de formação inicial e continuada, visando ao desenvolvimento integral do ser e à inovação tecnológica aplicada às necessidades da sociedade, diferenciando-se

também pela qualificação dos servidores, políticas de assistência estudantil e incentivo à pesquisa e à extensão.

e. Mapa estratégico

MAPA ESTRATÉGICO IFAL 2014-2018

MISSÃO

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Consolidar-se como uma instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, pautada na cultura e na inovação, em consonância com a sociedade.

PROPOSTA DE VALOR

O IFAL, presente em diversas regiões de Alagoas, oferece educação profissional e tecnológica, do nível médio à pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, além de cursos de formação inicial e continuada, visando ao desenvolvimento integral do ser e à inovação tecnológica aplicada às necessidades da sociedade, diferenciando-se também pela qualificação e capacitação dos servidores, políticas de assistência estudantil e incentivo à pesquisa e à extensão.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Incrementar o número de vagas nos cursos oferecidos pelo IFAL, sendo parte das novas vagas destinadas a Pessoas com Necessidades Específicas.

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.

Criar condições para atender as demandas das Pessoas com Necessidades Específicas.

Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.

PROCESSOS INTERNOS

Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo.

Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo.

SUSTENTABILIDADE

Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade.

INTERAÇÃO COM AS DEMANDAS DA SOCIEDADE

Ampliar a rede de relacionamento com comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais.

Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público.

RECURSOS

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Promover a formação continuada dos servidores para o alcance dos resultados institucionais.

TICs

Implementar sistema integrado de gestão institucional.

INFRAESTRUTURA

Adequar a infraestrutura dos Câmpus para uma oferta apropriada dos cursos.

Consolidar a expansão do IFAL para ampliar a oferta de seus serviços.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Aumentar a captação de recursos próprios

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos expressos no Mapa Estratégico.

Instituir e consolidar as instâncias colegiadas.

1.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES

A partir do mapa estratégico do IFAL, foram traçados seus objetivos estratégicos, os quais, em essência, devem concretizar as oportunidades ou criar uma rede de proteção contra as ameaças ao IFAL.

Os objetivos estratégicos, traçados pelos servidores do Instituto,

- a. definem o que o IFAL quer atingir, considerando todos os insumos analisados;
- b. expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território;
- c. representam o alvo ou ponto quantificado que a Instituição pretende alcançar por meio de esforço extra, com definição do prazo de realização e o responsável pela consecução;
- d. focalizam a atenção em desafios pontuais, dirigindo os esforços de toda Instituição para os resultados efetivamente de interesse;
- e. são desafiadores, asseguram um sentimento de superação, mas são propostos em base realista, considerados para isso o tempo, recursos e retorno econômico-financeiro ou social.

Os indicadores e sua forma de cálculo foram elaborados pelos servidores do IFAL, tanto para mensurar determinado aspecto dos objetivos estratégicos, quanto para otimizar sua avaliação

1.5.1. Objetivos estratégicos traçados

Os objetivos estratégicos traçados pelos servidores do IFAL – descritos, seguidos das áreas impactadas por eles e por seus indicadores – são:

1. Aumentar a captação de recursos próprios

Recursos extra orçamentários: obtidos além dos determinados na Lei Orçamentária Anual. Isto ocorre através de descentralizações de crédito e recursos diretamente arrecadados.

Áreas de impacto	Políticas de Pesquisa Políticas de Extensão Políticas de Gestão
Indicador	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Captação de recursos.

2. Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação do alcance destes.

Implementar as ações decorrentes do mapa estratégico por meio de planos de ação táticos e operacionais nos Campi. Difundir as escolhas estratégicas e aperfeiçoar os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, assegurando continuidade e efetividade às ações do PDI 2014-2018.

Áreas de impacto	Políticas de Avaliação Políticas de Gestão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de objetivos estratégicos alcançados

3. Instituir e/ou consolidar as instâncias colegiadas.

Ampliar a participação da comunidade acadêmica e da sociedade na gestão do Instituto.

Área de impacto	Políticas de Gestão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ coeficiente de instâncias colegiadas instituídas ▪ coeficiente de atividade das instâncias colegiadas

- proporção de implementação das recomendações propostas pelas instâncias colegiadas.

4. Implementar sistema integrado de gestão institucional.

Garantir a integração, o funcionamento e a confiabilidade do sistema de apoio acadêmico e de gestão, bem como a disponibilização de dados.

Área de impacto	Políticas de Gestão
Indicador	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ índice de satisfação dos usuários com o sistema integrado

5. Consolidar a expansão do IFAL para ampliar a oferta de seus serviços.

Ampliar a presença em outras regiões do Estado e o acesso da população à educação presencial, garantindo a oferta de seus serviços.

Área de impacto	Políticas de Gestão
Indicador	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de vagas em cursos presenciais e EAD ofertadas em novos Campi.

6. Adequar a infraestrutura dos Campi para uma oferta apropriada dos cursos.

Adequar as instalações físicas – salas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas, áreas de convivência, etc – dos Campi para garantir a adequada execução das ações pedagógicas e as condições de acessibilidade dos alunos e servidores.

Área de impacto	Políticas de Gestão
Indicadores	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ realização das demandas previstas no PDI

7. Promover a formação continuada dos servidores para o alcance dos resultados institucionais.

Garantir as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.

Área de impacto	Políticas de Gestão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de execução do investimento em capacitação e qualificação ▪ proporção de servidores que participaram de cursos de capacitação ▪ proporção de servidores que participaram de cursos de qualificação

8. Ampliar a rede de relacionamento com comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com atores das áreas social e cultural.

Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) da rede. ▪ nível de satisfação dos beneficiados em cada evento/projeto/ ação.

9. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com o setor produtivo.

Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações da rede. ▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede.

10. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público, com vistas ao intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com o setor público.

Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede. ▪ número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações da rede.

11. Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo.

Estimular a prática do associativismo, como iniciativa para a superação de dificuldades e geração de benefícios para os seus associados, e do empreendedorismo como fator promotor do desenvolvimento individual, econômico e social.

Áreas de impacto	Políticas de Pesquisa
Indicadores	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de empreendimentos incubados graduados. ▪ número de empresas juniores em funcionamento. ▪ número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.

12. Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade.

Adotar práticas socioambientais responsáveis e disseminar a cultura da sustentabilidade para a comunidade acadêmica e sociedade.

Área de impacto	Políticas de Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de insumos sustentáveis adquiridos
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de práticas com responsabilidade socioambiental adotadas pelo IFAL ▪ número de ações para disseminação das práticas socioambientais responsáveis adotadas.

13. Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a Instituição e a sociedade.

Área de impacto	Políticas de Ensino
	Políticas de Pesquisa
	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão e vice-versa.

14. Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.

Garantir a efetividade das ações do IFAL e o cumprimento de sua missão institucional. Inclui, por exemplo, a oferta de reforço escolar para alunos com rendimento insuficiente, a correção de fluxo – acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado – e estudos de recuperação.

Área de impacto	Políticas de Ensino Políticas de Assistência Estudantil
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de concluintes ▪ proporção de retenção

15. Criar condições para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas.

Criar condições físicas e pedagógicas para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas, entendidas como pessoas com deficiências, superdotados / altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento.

Área de impacto	Políticas de Ensino Políticas de Assistência Estudantil
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de matrículas de PNE ▪ proporção de concluintes PNE

16. Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.

Garantir a oferta de cursos na modalidade a distância

Área de impacto	Políticas de Ensino
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de cursos ofertados na modalidade a distância.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância.

17. Incrementar o número de vagas nos cursos oferecidos pelo IFAL, sendo parte das novas vagas destinadas a pessoas com necessidades específicas.

Oferecer à sociedade a garantia de acesso à educação em condições que possibilitem o êxito escolar no tempo esperado para a sua obtenção.

Área de impacto	Políticas de Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ taxa de crescimento do número de vagas.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de vagas ofertadas para PNE

II. POLÍTICAS DE ENSINO

2.1. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA AÇÃO EDUCATIVA

2.1.1. Concepção

A educação praticada no IFAL, na perspectiva do que apontam os princípios que fundamentam a educação nacional consagrados na *Constituição da República* e na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, deve ter caráter plural e visar, precípuamente, à formação de um cidadão inteiro, capaz de se reconhecer sujeito de direitos e deveres, capaz de identificar-se como produtor de ideias e conhecimento nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, o qual, sob nenhuma hipótese, venha a tornar-se mera peça na complexa engrenagem do processo produtivo.

A educação no IFAL há de ter, em sua *feitura*, natureza que albergue a elaboração teórica que sirva de lastro àquilo que se apresentar durante a vida, seja em seu caráter mais prático, característico do processo produtivo, seja em seu caráter subjetivo, mais próprio do conhecimento teórico.

2.1.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de educação que o IFAL desenhou, com foco no século XXI, para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Educação como transformação da realidade

É na dialética da educação, compreendida na perspectiva da formação do cidadão, tornando-o produtor de conhecimentos – em nível teórico ou prático – que o IFAL se constitui, ou pode constituir-se, instrumento concreto de superação dos índices que inserem Alagoas como um dos Estados mais pobres do país. Os conflitos e as contradições geradas pelo quadro sócio-histórico-econômico, que parecem expressar uma visão apocalíptica da sociedade, numa perspectiva dialética, são fatores

que apontam para a possibilidade de um salto qualitativo na transformação da realidade.

b. Superação das desigualdades sociais

Superar o atual estágio de desigualdades sociais é o desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais o objetivo deve ser a promoção do desenvolvimento, de forma a resgatar a capacidade dos sujeitos de projetarem um outro horizonte, como espaço de convivência social que supere as atuais condições de existência. Dentre os diversos campos de constituição das políticas sociais, a educação é chamada, também, a responder a esses desafios.

c. Preparação para a vida cidadã

Aliada às demais práticas sociais, a função precípua da educação é, sobretudo, resgatar o conceito formativo presente em todos os domínios da atividade humana, propiciando o alargamento dos horizontes dos indivíduos, ultrapassando as dimensões do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

d. Inserção social participativa

A educação deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando assim a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania. Nesse sentido, é papel da educação, fundamentada numa perspectiva humanista, formar cidadãos trabalhadores e convededores de seus direitos e obrigações que, a partir da apreensão do conhecimento, da instrumentalização e da compreensão crítica da sociedade, sejam capazes de empreender uma inserção participativa, em condições de atuar qualitativamente no processo de desenvolvimento socioeconômico e de transformação da realidade.

e. Integração entre formação geral e profissional

A integração entre formação geral e profissional faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos trabalhadores, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas. A educação, tendo a escola como lócus de sua operacionalização, não pode se eximir do seu papel de mediadora e deve buscar, no âmbito de suas atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o tácito, bem como a articulação entre parte e totalidade. Assim, deve ser superada a dualidade que opõe a formação propedêutica à formação profissional, ainda muito demarcada pelas práticas educacionais.

f. Formação crítica, humanizada e emancipadora

O papel da educação deve estar pautado em uma formação crítica, humanizada e emancipadora, numa perspectiva que proporcione o despertar do senso crítico, elevando o sujeito a patamares de compreensão que ampliem seu nível de participação nas esferas sociais e no mundo do trabalho. A educação não pode negligenciar a relação do homem com as questões de socialização, com as novas tecnologias, com as questões ambientais e com a totalidade do complexo mundo do trabalho.

2.1.3. Regulamentação

Projeto Político Pedagógico do IFAL.

2.1.4. Ações

As ações que devem viabilizar os fundamentos da educação profissional no IFAL são:

1. Atualizar a normatização do ensino.
2. Reformular a organização pedagógica dos cursos, para favorecer o desenvolvimento de currículos integrados e articulados.

3. Elaborar planejamento para definição de ofertas do ensino, contratação e formação de servidores, como também da infraestrutura necessária, tomando como base os dados e as informações disponibilizadas pelo Observatório Socioeconômico e Educacional.
4. Aperfeiçoar o processo de avaliação do ensino na instituição.
5. Criar os órgãos colegiados dos cursos técnicos e de pós-graduação, fortalecendo, também, a atuação dos órgãos colegiados existentes.
6. Uniformizar os calendários acadêmicos dos Campi, a partir de um calendário de referência construído com base em diretrizes comuns.
7. Implantar o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica.
8. Realizar articulação com as instituições públicas para definição de ofertas de cursos técnicos e superiores.
9. Garantir a adoção de ações afirmativas nos processos seletivos.
10. Criar uma política de formação para professores que atuam ou irão atuar na educação de jovens e adultos.
11. Consolidar as políticas de educação a distância.
12. Investir em infraestrutura tecnológica, administrativa e de pessoal especializado, em todos os Campi, para atuação na educação a distância.
13. Proporcionar formação continuada aos professores e técnicos administrativos para atuação na educação a distância.
14. Criar comitê para realizar acreditação e certificação de conhecimentos e competências em uma área ou eixo tecnológico consolidada na Instituição.
15. Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico.
16. Ampliar e aperfeiçoar os serviços das bibliotecas.
17. Modernizar e ampliar a infraestrutura de laboratórios, parque gráfico e multimeios.
18. Assegurar mecanismos para participação de alunos nas olimpíadas das diversas áreas de conhecimento.

19. Consolidar e ampliar o sistema de monitoria de disciplinas e de laboratórios.
20. Assegurar atividades de intercâmbios interCampus e interinstitucionais, de alunos e professores, nas diversas áreas de formação acadêmica.
21. Desenvolver programas de incentivo de atividades artístico-culturais e desportivas.

2.2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2.2.1. Concepção

A formação para o trabalho requer níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados, não podendo ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas. Exige a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. A educação profissional não pode ser concebida apenas como uma modalidade de ensino com terminalidade definida, mas, sim, constituir-se em um processo de Educação continuada, que perpassa a vida do trabalhador.

2.2.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de educação tecnológica e profissional que o IFAL almeja para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Superação das desigualdades educacionais

Para a superação das desigualdades educacionais, é preciso o compromisso com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. Nesse sentido, o IFAL conta com projetos, programas e ações afirmativas, atendendo às necessidades e características dos alunos de diversos contextos sociais e culturais, e com diferentes capacidades e interesses.

b. Formação para o trabalho

A articulação entre trabalho, educação e desenvolvimento sustentável implica avançar nas concepções e nas políticas setoriais e intersetoriais, visando formar profissionais capazes de atuar, crítica e autonomamente, no enfrentamento das desigualdades sociais, das diferentes formas de exclusão, do trabalho precário, da destruição do meio ambiente e da baixa qualidade de vida da população.

c. Promoção da sustentabilidade socioambiental

Visando à promoção da sustentabilidade socioambiental, o IFAL incentiva a participação individual e coletiva, permanente e responsável, em ações ambientalmente corretas, comprometidas com o uso racional dos recursos naturais, com a melhoria da qualidade de vida, com a destinação adequada de resíduos e com o emprego de materiais recicláveis. Tais ações são desenvolvidas, no Instituto, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, perpassando transversalmente o currículo.

d. Formação humanística, científica e tecnológica

Em um contexto de rotatividade de empregos e ameaça de desemprego, a formação integral – humanística, científica e tecnológica -- deve permitir que o trabalhador se apodere de diferentes tecnologias e de possibilidades variadas de trabalho, alargando seus horizontes sobre o mundo do trabalho e preparando-se para a totalidade da vida social.

e. Autonomia

Para realizar a tarefa de educar, é imperativa a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial do IFAL, visando à garantia da liberdade de pensamento, da livre manifestação de ideias, no sentido de promover condições de igualdade, do respeito à diversidade, proporcionando espaços democráticos de deliberação coletiva, considerados os níveis de ensino, as etapas e as modalidades

educativas.

f. Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve estar alicerçada nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no IFAL, de modo a deflagrar um processo de formação emancipatória, com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social da Instituição.

2.2.3. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da educação tecnológica e profissional que o IFAL almeja para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Melhorar os resultados da aprendizagem, reduzindo as desigualdades educacionais no interior da Instituição;
2. Reduzir o índice de retenção e de evasão escolar;
3. Sanar as desigualdades nas condições de acesso dos discentes aos cursos do IFAL;
4. Viabilizar a integração efetiva da comunidade ao cotidiano escolar;
5. Constituir espaço de atuação dos discentes e seus responsáveis, para que a escola seja, de fato, local de exercício da cidadania;
6. Adotar uma cultura de avaliação permanente para monitoramento interno da qualidade da educação;
7. Adequar espaços e tempos escolares às necessidades dos portadores de deficiência;
8. Adotar alternativas metodológicas diversificadas para o trato das questões pedagógicas, com foco na aprendizagem do aluno;
9. Estabelecer uma agenda permanente de formação continuada para os profissionais da Instituição;
10. Consolidar a pesquisa e a extensão como práticas permanentes e fonte de retroalimentação curricular;

11. Garantir a aplicação do normativo que regulamenta a distribuição de carga-horária docente, de forma a possibilitar o desenvolvimento de ações de ensino e educação a distância, pesquisa, extensão e gestão.

2.3. PERFIL REQUERIDO PARA O PROFISSIONAL

2.3.1. Concepção

O perfil do profissional que o IFAL deseja formar está inserido em uma nova concepção de mundo, advinda da revolução tecnológica impulsionada pela informática, pela automação e pela microeletrônica. Tal revolução tem provocado mudanças significativas no cotidiano das pessoas, afetando diretamente as formas de produção, as condições de trabalho, o perfil do emprego, a qualificação de trabalhadores e as metodologias de propagação e de aquisição de conhecimentos.

A utilização de novos artefatos tecnológicos vem modificando também as formas de compreensão da realidade, cujos fundamentos provêm de categorias de aprendizagem lineares e estruturais. Tais formas têm passado por ininterruptas mudanças, porque os saberes da atualidade são provocações em fluxos contínuos de estímulos, nos quais a racionalidade e as emoções se misturam, convergindo para múltiplas percepções e intuições da realidade. As novas tecnologias relativizam o conceito de tempo e espaço. O que é concebido como fixo e previsível se desloca para o virtual, para o efêmero e fluido.

Essa reconfiguração do mundo atual apresenta às estratégias de aprender e de estudar novos instrumentos e novas possibilidades que inevitavelmente devem redimensionar as concepções didático-pedagógicas, os espaços de aprendizagem e as relações entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de um processo revolucionário que deve instrumentalizar os indivíduos para uma transposição de valores, pois os sistemas de produção, a economia, a política

e a educação expressam a forma como as tecnologias são utilizadas em cada época. Hoje, as novas configurações do conhecimento se redefinem em direção à estética, ao lazer, ao design, à moda, à comunicação, à robótica, à neurociência, à biotecnologia, à ecologia, ao aproveitamento de resíduos, às fontes de energia renováveis, à geriatria, à engenharia genética etc. Certamente, essa multiplicidade de novos saberes influencia a configuração dos sistemas de formação profissional.

Assim, o aluno-profissional egresso dos cursos do IFAL deve ser competente para:

1. Atuar no mundo do trabalho utilizando-se das novas concepções de sociedade, impulsionadas pela evolução dos sistemas de informação, da automação e da microeletrônica.
2. Interagir nas estruturas das organizações, no sentido de desenvolver e aprimorar processos de gestão de tecnologias e de novos saberes correlatos.
3. Desenvolver formas e sistemas de produção que se fundamentem em um modelo de sociedade sustentável.
4. Agir com senso crítico na organização de processos produtivos.
5. Atuar no mundo do trabalho de forma eficiente, ética e comprometida com os novos valores sociais, tais como as diferenças de gêneros, as mudanças nos estratos sociais e econômicos, as peculiaridades regionais e linguísticas.

2.3.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção do perfil requerido do profissional a ser formado pelo IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Gestão das informações

Desenvolvimento de competências para gerir e selecionar informações, a partir de uma visão crítica de mundo e de uma intervenção cidadã

sobre a realidade que permita aos egressos intermediar sua capacidade intelectual com autonomia, criatividade, inovação e valorização das atividades colaborativas.

b. Formação ampla e omnilateral

Constituição de uma base de saberes científicos, tecnológicos e sociais que permita aos egressos se apropriarem da dinamicidade dos processos de produção e da flexibilidade das carreiras.

c. Posse de saberes interdisciplinares

Assimilação de saberes interdisciplinares para o alcance global da realidade que permita aos egressos interpretar, assimilar, questionar e construir novas concepções sobre a realidade.

2.4. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

2.4.1. Concepção

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem papel fundamental no processo ensino-aprendizagem, influenciando na proposta de formação do aluno cidadão, devendo assim estar alicerçada nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no IFAL. Pressupõe-se que, dessa forma, essas três dimensões possam revelar, a partir de sua constituição em bases sólidas indissociáveis, um processo de formação emancipatória com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social da Instituição.

2.4.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão almejada pelo IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Articulação das dimensões fundadoras

Ao tomar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio articulador da formação omnilateral do sujeito, é preciso compreender que essas dimensões não se sobreponem uma a outra, mas pela própria natureza de sua concepção, imbricam-se em níveis de igual importância.

b. Planejamento integrado

Todos os processos de planejamento inerentes ao ensino, pesquisa e extensão devem se estabelecer de forma indissociável, objetivando a formação integral dos alunos, nos aspectos relacionados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e à cultura.

c. Socialização do conhecimento

A busca pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve ter sempre como objetivo fazer com que os conhecimentos construídos nos processos de ensino e aprendizagem sejam acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

2.4.3. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, é:

13. Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a instituição e a sociedade.

Área de impacto

Políticas de Ensino
Políticas de Pesquisa

Indicadores	Políticas de Extensão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão. ▪ proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão e vice-versa.

2.4.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que o IFAL almeja para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Consolidar a pesquisa e extensão como práticas permanentes e fontes de retroalimentação acadêmica;
2. Organizar o currículo a partir de uma perspectiva interdisciplinar;
3. Promover intercâmbios sistemáticos entre as áreas de conhecimento e as temáticas do cotidiano, conectando aspectos da formação humana, social e profissional;
4. Assegurar o planejamento coletivo, envolvendo disciplinas, programas e projetos que, em conjunto, compõem as matrizes curriculares dos cursos;
5. Assegurar ações permanentes voltadas para a formação continuada para atender às especificidades pedagógicas, no sentido de materializar a aproximação das áreas e as dimensões acadêmicas, verificando as necessidades presentes na realidade da qual os alunos fazem parte;
6. Vincular as atividades de ensino, pesquisa e extensão às necessidades do contexto no qual a Instituição está inserida;
7. Incentivar a presença de projetos de pesquisa e extensão no interior dos componentes curriculares, envolvendo práticas pedagógicas inovadoras;
8. Privilegiar o financiamento de projetos de pesquisa e de extensão que apresentem ações integradoras de pesquisa, ensino e de extensão, com participação discente;

9. Criar mecanismos de financiamento de projetos de ensino que apresentem ações integradoras de pesquisa e extensão, com participação discente.

2.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.5.1. Concepção

O currículo é um processo socialmente construído, historicamente situado e culturalmente determinado, no qual convivem lado a lado fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais, tais como rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidade de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça e gênero, o que possibilita sua interface entre a sociedade e a Instituição de ensino.

O currículo do IFAL deve estar assentado em teorias críticas e ser orientado pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento científico, na perspectiva de uma formação cidadã, constituindo-se, dessa forma, como um dos elementos balizadores da efetiva participação crítica na sociedade.

2.5.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de currículo desenhada pelo IFAL para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Formação integral

A estrutura curricular dos cursos deve tomar o trabalho como princípio geral da ação educativa, bem como a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, no sentido de responder a uma formação integral, potencializando o ser humano como cidadão pleno, desenvolvendo suas dimensões individual e social.

b. Permanência com êxito

A estrutura curricular dos cursos deve propiciar condições de permanência com êxito, sem desconsiderar os princípios curriculares da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, delineando perfis de formação que respondam às exigências da atual conjuntura.

c. Integração das atividades

A estrutura curricular dos cursos deve favorecer a organização de atividades integradas e articuladas, a partir da síntese entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

d. Formação cidadã

A estrutura curricular dos cursos deve adotar conteúdo politécnico que vislumbre a superação entre trabalho manual e intelectual, entre instrução profissional e geral, e que pressuponha um perfil amplo de trabalhador cidadão, consciente, capaz de atuar criticamente em atividades criativas e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu constante e progressivo aperfeiçoamento.

2.5.3. Regulamentação

Portaria 880/GR, de 16 de junho de 2011.

Portaria 1238/GR, de 24 de agosto de 2011.

2.5.4. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado à organização curricular, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, é:

14. Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.

Garantir a efetividade das ações do IFAL e o cumprimento de sua missão institucional. Inclui, por exemplo, a oferta de reforço escolar para alunos com rendimento insuficiente, a correção de fluxo – acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado – e estudos de recuperação.

Área de impacto

Políticas de Ensino

Políticas de Assistência Estudantil	
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de concluintes ▪ proporção de retenção

2.5.5. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores do currículo desenhado pelo IFAL para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Promover a articulação entre conhecimento básico e específico, a partir do processo do trabalho como princípio educativo, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, culturais e sócio-históricos;
2. Articular e integrar as dimensões do currículo, para atender aos princípios da educação continuada e à verticalização da carreira de formação profissional e tecnológica;
3. Mobilizar os conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, articulando os saberes curriculares aos do mundo do trabalho e aos das relações sociais;
4. Organizar o desenho curricular com base em eixos tecnológicos, o que significa estruturá-lo por áreas de conhecimento e de atuação profissional;
5. Adotar o formato curricular – modularização ou seriação – que melhor resguarde a identidade de cada modalidade de oferta;
6. Estabelecer o núcleo epistemológico do curso, de modo a favorecer a mobilidade discente no interior do Instituto;
7. Estabelecer as bases para aproveitamento de estudos realizados, por intercâmbio ou convênio, fora da Instituição;
8. Organizar os conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, contextualizada e transdisciplinar;
9. Articular os conteúdos curriculares ao desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, aos arranjos produtivos locais, aos dados coletados e indicadores oficiais, às aspirações e interesses da comunidade detectados;

10. Integrar os conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva de articulação entre saberes específicos, considerando a pesquisa e a extensão como eixos norteadores da prática pedagógica;
11. Atualizar permanentemente cursos e currículos, estruturando-os em consonância com a identidade dos perfis de conclusão de curso e da realidade local e regional;
12. Garantir a flexibilidade estrutural e pedagógica dos currículos, bem como a autonomia didática do professor, preservando o respeito às diretrizes gerais do Instituto;
13. Oferecer reforço escolar para alunos com rendimento insuficiente, o que inclui correção de fluxo – acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado – e estudos de recuperação;
14. Ampliar e fortalecer disciplinas com foco em associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, com intuito de despertar o espírito empreendedor dos alunos, dando subsídios para a criação de startups.

2.6. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

2.6.1. Concepção

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou construção. Nesse sentido, a tarefa do professor, além de promover mediação, deve causar “espanto” nos alunos – espanto no sentido de provocar o querer saber. Cabe assim a ele propor metodologias inovadoras de ensino, que atendam à complexidade do ato de ensinar, que levem em conta o pluralismo de ideias, culturas, experiências trazidas pelos alunos, bem como suas diversas formas de aprender.

Nessa perspectiva, é importante que o IFAL faça uso de metodologias de ensino, que promovam no aluno uma atuação ativa, interessada e comprometida no processo de aprender, que incluam não só conhecimentos, mas, também, sua contextualização, experimentação, vivências e convivência

em tempo e espaços escolares e extra- escolares, mediante aulas e situações diversas, inclusive nos campos da cultura, do esporte e do lazer.

2.6.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de práticas pedagógicas inovadoras almejadas pelo IFAL, para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Aprendizagem ativa e colaborativa

É na interação entre os diversos atores que atuam no processo de ensino e aprendizagem que se dá a construção coletiva do conhecimento. Sob essa ótica, os envolvidos nesse processo trocam experiência e dividem saberes adquiridos necessários ao desenvolvimento da autonomia da aprendizagem.

b. Respeito ao conhecimento prévio e às diferenças

O plano de trabalho, o plano de disciplina e o plano de aula devem partir do diagnóstico dos grupos de alunos, de suas experiências de vida e de suas individualidades. Trata-se, então, de uma prática pedagógica que respeita o conhecimento prévio e as diferenças, independentemente de idade, gênero, etnia, ou condição econômica, social, física e cognitiva.

c. Formação política

Formação política entendida como superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, significando a compreensão de como os conhecimentos se produzem, se elaboram e se transformam, bem como a compreensão teórico-prática das bases científicas, dos princípios tecnológicos, da organização e da gestão do trabalho.

d. Práticas pedagógicas inovadoras

O incentivo à adoção de práticas pedagógicas inovadoras deve ser dado por meio da reorganização dos cursos, com base em currículos com conteúdos e atividades integrados, bem como com a (re)estruturação

dos espaços, dos tempos e dos recursos escolares, os quais devem favorecer a continuidade dos estudos iniciados em sala de aula.

e. Mediação do professor

A participação do professor é fundamental no processo educativo. Ao mesmo tempo em que o aluno precisa reconhecer sua própria autoria no estudo, ele também precisa sentir a presença do professor que o ouve, questiona e orienta, propiciando sua construção de conhecimento. Essa mediação implica a criação de situações de aprendizagem que permitam ao professor interceder como mediador, visando à sistematização dos conteúdos.

f. Flexibilidade de espaços e tempos escolares

Incluir significa reconhecer a necessidade de adaptar o processo educativo à realidade de todos os sujeitos que compõem a diversidade da sociedade brasileira. Diante dessa concepção de educação, o IFAL tem de desenvolver suas atividades curriculares e extracurriculares de forma menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os alunos, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e cartesiano. Nesse sentido, é fundamental que o IFAL se empenhe não apenas no aparelhamento físico de seus Campus, mas no aproveitamento de recursos tecnológicos, na busca de alternativas metodológicas e na flexibilização da regulação cotidiana de tempos e espaços, de modo a viabilizar a efetiva inclusão e a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade social, econômica e cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos.

2.6.3. Regulamentação

Projeto Político Pedagógico do IFAL.

2.6.4. Objetivos estratégicos e indicadores

Os objetivos estratégicos relacionados às práticas pedagógicas, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, são:

13. Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a Instituição e a sociedade.

Área de impacto	Políticas de Ensino
	Políticas de Pesquisa
	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão. ▪ proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão e vice-versa.

15. Criar condições para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas.

Criar condições físicas e pedagógicas para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas, entendidas como pessoas com deficiências, superdotados / altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento.

Área de impacto	Políticas de Ensino
	Políticas de Assistência Estudantil
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de matrículas de PNE ▪ proporção de concluintes PNE

2.6.5. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores das práticas pedagógicas almejadas pelo IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Incentivar a formação de grupos de pesquisas para estudo, criação e desenvolvimento de novas metodologias e ferramentas educacionais.
2. Adquirir ferramentas pedagógicas inovadoras.
3. Utilizar novas tecnologias de ensino.
4. Estimular o professor a realizar atividades que envolvam trabalho colaborativo.
5. Elaborar material didático considerando as possibilidades de interatividade em ambientes presenciais ou virtual de aprendizagem.
6. Utilizar a pesquisa e a extensão como estratégias de ensino.
7. Articular as instâncias teórica e prática, vinculando-as à experiência profissional dos alunos.
8. Incentivar a comunicação entre pares, o gerenciamento do confronto de ideias, o aprendizado horizontal, a criatividade, o desenvolvimento de competências interpessoais e a aprendizagem colaborativa.
9. Favorecer o desenvolvimento da capacidade de comunicação escrita, interpretação e análise textos.
10. Sensibilizar e capacitar o corpo docente para produção de cursos e disciplinas a distância, utilizando mídias diferenciadas em diálogo.
11. Capacitar os servidores do IFAL para o adequado atendimento de alunos com necessidades específicas.
12. Incorporar tecnologias assistivas ao cotidiano do fazer pedagógico, como forma de incluir alunos com necessidades específicas.

2.7. ARTICULAÇÃO ENTRE NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

2.7.1. Concepção

Articular níveis e modalidades de ensino, no itinerário formativo dos alunos, é

premissa essencial da educação profissional, a qual deve ser organizada de forma intencional e sistemática, estruturando ofertas educacionais que possibilitem uma formação coesa e contínua.

Nessa perspectiva, quando possível, o IFAL deve estruturar seus cursos de modo a possibilitar a integração de conteúdos, garantindo a integralidade dos conhecimentos científicos, como também conhecimentos da área de atuação profissional, numa perspectiva de integração e articulação entre diversos níveis e modalidades de ensino.

2.7.2. Princípios

Os princípios norteadores da articulação entre níveis e modalidades de ensino almejada pelo IFAL são:

a. Integração e verticalização do conhecimento

A articulação entre níveis e modalidades de ensino exige, como estratégia de estruturação curricular, a integração e a verticalização do conhecimento.

b. Equalização de bases curriculares

O IFAL busca equalizar a base curricular em cursos similares, nas modalidades presencial e à distância, entre polos, intra e interCampus, de modo a promover a mobilidade entre eles.

c. Verticalização do conteúdo entre níveis de ensino

O IFAL busca organizar a base curricular de seus cursos, de modo a evitar tanto a duplicação quanto a existência de lacunas de conteúdo entre cursos dentro do mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento.

2.7.3. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da articulação almejada pelo IFAL entre todos os níveis de ensino, etapas e modalidades

educativas são:

1. Identificar os fundamentos científicos comuns a cada grupo de cursos da mesma área de conhecimento ou eixo tecnológico.
2. Alterar as matrizes curriculares de modo a atender aos princípios da verticalização e equalização.
3. Definir as bases tecnológicas que devem compor o núcleo politécnico dos eixos e áreas do conhecimento.

2.8. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

2.8.1. Concepção

A flexibilização curricular supera o modelo curricular segmentado, tradicionalmente dividido em disciplinas que não se relacionam ao longo do aprendizado, modelando uma estrutura que possibilita nexos e permite uma convergência entre os diversos campos do saber, instituindo itinerários formativos num diálogo constante entre os vários níveis e modalidades de ensino.

A flexibilização curricular representa, em essência, a quebra da hierarquização dos saberes, corroborando para o tratamento condizente com a natureza dos conhecimentos científicos, tecnológicos, socioculturais que se apresentam multi, pluri e interdisciplinarmente. Dessa forma, o currículo flexível permite correções de rumo e adaptações às exigências do mundo contemporâneo, dando condições aos alunos de construir itinerários diversificados, segundo seus interesses e possibilidades, com vistas à educação continuada, realizada simultânea ou alternadamente com seu exercício profissional, viabilizando seu constante aprimoramento profissional.

2.8.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de flexibilização curricular almejada pelo IFAL para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Diversidade de contextos

A flexibilização curricular pressupõe diversidade de contextos, proporcionando um currículo cada vez mais acessível, ampliando o universo de conhecimentos a serem adquiridos pelo aluno, permitindo-lhe, ainda, extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.

b. Responsabilidade compartilhada

A flexibilização curricular não pode ser entendida apenas como acréscimo de algumas atividades diferenciadas ou complementares, ou mudanças na estrutura curricular. Dela há a exigência que esteja em consonância com os princípios e diretrizes apontadas neste PDI e que envolva toda a comunidade acadêmica.

2.8.3. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da flexibilização curricular almejada pelo IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Priorizar um trabalho pedagógico que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares entre os diversos currículos e programas, dos diversos níveis e modalidades de ofertas de ensino existentes.
2. Organizar a estrutura curricular dos cursos, contemplando um núcleo que caracterize sua identidade, estabelecendo, porém, alternativas que possibilitem o aproveitamento de outros espaços e formas de aprendizagem.
3. Garantir a formação profissional de todos os alunos, mesmo daqueles que apresentem algum tipo de limitação física ou cognitiva, por meio de modelo curricular que atenda a essas diversidades.
4. Desenvolver o processo pedagógico, considerando a diversidade de saberes, respeitando, porém, os objetivos fundamentais e os conteúdos mínimos essenciais, aos quais os alunos devem ter

acesso para obter êxito em sua trajetória acadêmica e profissional.

5. Incorporar o aproveitamento curricular de outras formas de aprendizagem, como a educação a distância, a prática profissional, disciplinas avulsas, o intercâmbio estudantil, as atividades de pesquisa e extensão, os projetos integradores, entre outras possibilidades.
6. Definir e regulamentar formas de certificação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem.
7. Permitir maior mobilidade estudantil entre os Campi do Instituto, bem como com outras instituições do país e do exterior.

2.9. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

2.9.1. Concepção

A integralização curricular diz respeito à finalização de todas as atividades acadêmico-científicas estipuladas para curso, tais como disciplinas, prática profissional, estágio, atividades complementares, de pesquisa e de extensão, quando previstas no fluxograma do curso, além de situação regular, no que toca à documentação e às obrigações junto ao ENADE. Após a integralização curricular, o aluno está apto a colar grau e, em seguida, solicitar o diploma.

Quando prevista no Projeto do Curso, a integralização curricular parcial pode ensejar a emissão de certificados específicos, desde que atendidos os requisitos de terminalidade.

A fixação de carga horária para as diferentes atividades acadêmicas possibilita incrementar a flexibilidade curricular, mas garante que todos os alunos estejam sendo formados em igualdade de condições, frente a um conjunto de parâmetros fixados. É a fixação das cargas correspondentes aos períodos letivos, além de seus conteúdos, que garante e promove a mobilidade dos alunos, permitindo, igualmente, a integralização curricular, mesmo que não em uma única Instituição.

2.9.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de integralização curricular almejada pelo IFAL para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Adequação do planejamento ao tempo escolar

A escola é o espaço representativo da síntese entre a cultura experienciada (o que acontece no nosso cotidiano) e a cultura formal (domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento). Dessa forma, o adequado planejamento da utilização do tempo escolar é um dos elementos basilares para a consecução de objetivos educacionais e para a realização dos projetos educativos.

b. Adaptação do tempo escolar às demandas educacionais

O tempo escolar sofre influências de diversos fatores que vão, desde as determinações externas até as diversas atividades incluídas no currículo. Estando sua organização predeterminada legalmente, no IFAL, há de se ter o cuidado de planejar o tempo escolar, considerando, também, as exigências advindas da realidade e as atividades previstas nos calendários escolares.

c. Conclusão de estudos

Os fatores que proporcionam desvios que dificultam o cumprimento dos objetivos da Instituição e a conclusão de estudos – taxa elevada de evasão, ocupação de vagas ociosas, retenção dos alunos e desnívelamento de desempenho no ingresso – devem ser avaliados, de modo a serem devidamente enfrentados e corrigidos.

2.9.3. Regulamentação

Portaria Nº 424/GR, de 15 de abril de 2010.

2.9.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da integralização curricular almejada pelo IFAL para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Criar mecanismos para reduzir a evasão escolar.
2. Criar mecanismos para reduzir a taxa de ociosidade de vagas.
3. Criar mecanismos para garantir que o aluno integralize seu curso.
4. Criar mecanismos para buscar o nivelamento de desempenho escolar dos alunos.

2.10. IMPLANTAÇÃO E DESCONTINUIDADE DE PROGRAMAS E CURSOS

2.10.1. Concepção

A proposta de novos programas e cursos deve estar justificada pelo debate com a comunidade, pela demanda dos arranjos produtivos, culturais e sociais, pelo mapeamento da realidade da região e pelo levantamento de dados, conforme os procedimentos estabelecidos para a criação e adequação de cursos nos Campi do IFAL.

A descontinuidade ou suspensão de cursos deve se dar após dois ciclos avaliativos com nota insuficiente na avaliação do INEP, ou por falta de demanda, a qual pode ser referendada por meio de estudo e pesquisa do setor produtivo, das aspirações e interesses da comunidade, e da coleta de dados sobre o contexto socioeconômico e cultural da região.

2.10.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de abertura de novos cursos pelo IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Estudo da demanda

O indicativo da oferta do curso dar-se-á mediante estudo e pesquisa no setor produtivo, ouvida a comunidade em suas aspirações e interesses,

além da coleta de dados e indicadores oficiais acerca do contexto socioeconômico e cultural, para detectar possíveis demandas, em fontes oficiais de pesquisa – Arranjos Produtivos Locais, IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretarias Estaduais e Municipais e outros órgãos de pesquisa.

b. Condições de exequibilidade

As demandas devem estar identificadas com a vocação da Instituição/Campus e as suas reais condições de exequibilidade – recursos humanos, infraestrutura física e orçamentária – assim como o que foi proposto neste PDI e no *Acordo de Metas e Compromissos* firmado com o MEC.

c. Disponibilidade de infraestrutura

Constatada a necessidade de criação de um novo curso ou de adequação no plano de um curso existente, deve-se considerar a disponibilidade e a previsão de instalações e equipamentos suficientes para atender a tal necessidade, resguardando-se a existência das instalações básicas dispostas nos *Catálogos Nacionais dos Cursos* e no *Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores*, publicados pelo MEC.

2.10.3. Critérios

São critérios de implantação de cursos:

1. Alinhamento com o PDI com as áreas de atuação, a vocação e a missão do IFAL.
2. Atendimento às demandas da sociedade, relacionadas às temáticas dos cursos e à vocação da região territorial.
3. Existência de viabilidade orçamentária e de recursos humanos
4. Atendimento ao Acordo de Metas assinado com o MEC.
5. Alinhamento com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020.
6. Atendimento ao estabelecido como missão na Lei de Criação dos Institutos (Lei 11.892/2008).

7. Adequação do PPC aos normativos do MEC.
8. Cumprimento da legislação interna pertinente.

A descontinuidade dos cursos, enquanto não houver normatização específica, deve ser aprovada pelas instâncias colegiadas pertinentes, a partir de processo justificável por:

1. Falta de alinhamento do PPC com o PDI.
2. Falta de demanda da sociedade.
3. Falta de infraestrutura e de recursos humanos.
4. Não atendimento ao Acordo de Metas com o MEC.
5. Não alinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020.
6. Não atendimento ao estabelecido como missão na lei que cria os Institutos (Lei 11.892/2008).
7. Não adequação do PPC aos Catálogos Nacionais dos Cursos Técnicos e Tecnológicos do MEC e as DCN.
8. Relação inadequada entre o número de ingressantes e de concluintes
9. Avaliação do curso inapropriada (CPC dos cursos superiores).

2.10.4. Regulamentação

Instituição Normativa nº 02/2011 - Pró- Reitoria de Ensino, de 07 de novembro de 2011.

2.10.5. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado às práticas pedagógicas, com os respectivos indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, está expresso a seguir.

16. Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.

Garantir a oferta de cursos na modalidade a distância

Área de impacto	Políticas de Ensino
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">▪ proporção de cursos ofertados na modalidade

	a distância.
	<ul style="list-style-type: none">▪ taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância.

2.10.6. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da implantação e descontinuidade de programas e cursos no IFAL são:

1. Criar norma específica para descontinuidade de cursos.
2. Ampliar a oferta de licenciaturas e de programas especiais de formação pedagógica.
3. Ampliar a oferta de cursos e vagas na educação a distância nos diversos níveis de ensino.

2.11. CURSOS EXISTENTES E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS

2.11.1. Cursos existentes

Compreendendo seu papel e sua importância estratégica, o IFAL vem envidando esforços no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da educação do Estado de Alagoas, o que se reflete na gama de cursos – já implementados e na quantidade de Campus em que são oferecidos, conforme **Quadro 1**.

Quadro 1. Cursos ofertados pelo IFAL, dezembro de 2013.

Campus	Curso	Nível	Tipo	Modalidade	Eixos tecnológicos
Arapiraca	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Hotelaria	Superior	Tecnológico	EaD	Hospitalidade e Lazer
	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Eletroeletrônica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Informática	Técnico	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação
	Linguagens e Práticas Sociais	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-
Maceió Centro	Administração Pública	Superior	Bacharelado	EaD	-
	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Eletrotécnica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Mecânica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Química	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Eletrônica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais

	Eletrotécnica	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Mecânica	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Química	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Edificações	Técnico	Integrado	Presencial	Infraestrutura
	Estradas	Técnico	Integrado	Presencial	Infraestrutura
	Informática	Técnico	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação
	Construção de Edifícios	Superior	Tecnológico	Presencial	Infraestrutura
	Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente	Presencial	Segurança
	Artesanato	Técnico	PROEJA Integrado	Presencial	Produção Cultural e Design
	Design de Interiores	Superior	Tecnologia	Presencial	Produção Cultural e Design
	Gestão de Turismo	Superior	Tecnologia	Presencial	Hospitalidade e Lazer
	Hotelaria	Superior	Tecnologia	Presencial	Hospitalidade e Lazer
	Alimentos	Superior	Tecnologia	Presencial	Produção Alimentícia
	Sistema de Informação	Superior	Bacharelado	Presencial	-
	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	Presencial	-
	Química	Superior	Licenciatura	Presencial	-
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	Presencial	-
	Matemática	Superior	Licenciatura	Presencial	-
	Química Tecnológica	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-
Maragogi	Administração Pública	Superior	Bacharelado	EaD	-
	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Gestão Municipal	Pós-graduação	Lato Sensu	EaD	-

	Hotelaria	Superior	Tecnológico	EaD	Hospitalidade e Lazer
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Agroecologia	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais
	Hospedagem	Técnico	Integrado	Presencial	Turismo, hospedagem e lazer
Marechal Deodoro	Guia de Turismo	Técnico	Integrado	Presencial	Turismo, hospedagem e lazer
	Meio Ambiente	Técnico	Integrado	Presencial	Ambiente, Saúde e Segurança
	Hospedagem	Técnico	PROEJA Integrado	Presencial	Turismo, hospedagem e lazer
	Cozinha	Técnico	PROEJA Integrado	Presencial	Turismo, hospedagem e lazer
	Gestão Ambiental	Superior	Tecnologia	Presencial	Ambiente e Saúde
	Educação e Meio Ambiente	Pós-graduação	Lato sensu	Presencial	-
Murici	Agroecologia	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais
	Agroindústria	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia
Palmeira dos Índios	Administração Pública	Superior	Bacharelado	EaD	-
	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Gestão Municipal	Pós-graduação	Lato sensu	EaD	-
	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Edificações	Técnico	Integrado	Presencial	Infraestrutura

	Eletrotécnica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Informática	Técnico	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação
	Eletrotécnica	Técnico	PROEJA Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Eletrotécnica	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Redes de Computadores	Técnico	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação
	Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente	Presencial	Segurança
	Construção de Edifícios	Superior	Tecnologia	Presencial	Infraestrutura
	Sistemas Elétricos	Superior	Tecnologia	Presencial	Controle e Processos Industriais
	Engenharia Civil	Superior	Bacharelado	Presencial	-
	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	EaD	-
Penedo	Gestão Municipal	Pós-graduação	Lato Sensu	EaD	-
	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Açúcar e Álcool	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Industrial
	Meio Ambiente	Técnico	Integrado	Presencial	Ambiente, Saúde e Segurança
	Agroecologia	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais
Piranhas	Agroindústria	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia
	Administração Pública	Superior	Bacharelado	EaD	-
	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social

	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Agropecuária	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais
	Agropecuária	Técnico	Subsequente	Presencial	Recursos Naturais
São Miguel dos Campos	Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente	Presencial	Segurança
Satuba	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social
	Agroindústria	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia
	Agropecuária	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais
	Informática	Técnico	PROEJA/FIC	Presencial	Informação e Comunicação
	Processamento de Alimentos	Técnico	PROEJA/FIC	Presencial	Produção Alimentícia
	Agropecuária	Ensino Médio	Subsequente	Presencial	Recursos Naturais
	Laticínios	Superior	Tecnologia	Presencial	Produção Alimentícia
Mata de São João	Hotelaria	Superior	Tecnológico	EaD	-
São José da Laje	Administração Pública	Superior	Bacharelado	EaD	-
	Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	EaD	-
	Letras/Português	Superior	Licenciatura	EaD	-

Elaboração: IFAL

2.11.2. Previsão de implantação de cursos novos

Além dos cursos atualmente ofertados pelo IFAL, para atender a sua missão e objetivos estratégicos, está prevista a implantação dos seguintes cursos técnicos (**Quadro 2**) e superiores (**Quadro 3**).

Quadro 2. Relação de cursos Técnicos (integrado e subsequente) a serem implantados por Campus/IFAL, dezembro de 2013.

Campus	Curso	Nível	Tipo	Modalidade	Eixos tecnológicos	Abertura
Arapiraca	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Eletroeletrônica	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	2015.1
	Informática	Técnico	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	2015.1
	Recursos Humanos	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2016.1
	Mecatrônica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	2016.1
	Administração	Técnico	Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2016.1
Maceió	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EAD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.1
	Alimentos	Técnico	Subsequente	EAD	Produção Alimentícia	2014.2
	Refrigeração e Climatização	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	2016.1
Maragogi	Edificações	Técnico	Integrado	Presencial	Infraestrutura	2015.1
	Restaurante e Bar	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Turismo, Hospedagem e Lazer	2015.1
Murici	Agroecologia	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Recursos Naturais	2018.1
	Agroindústria	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	2018.1
Palmeira dos Índios	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.1

Palmeira dos Índios	Edificações	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Infraestrutura	2014.2
	Alimentos	Técnico	Subsequente	EaD	Produção Alimentícia	2014.2
	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	2016.1
Penedo	Aquicultura	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	2015.1
	Processamento de pescados	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	2015.1
	Açúcar e Álcool	Técnico	Subsequente	Presencial	Produção Industrial	2015.1
Piranhas	Processamento de Pescados	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	2014.2
	Aquicultura	Técnico	Subsequente	Presencial	Recursos Naturais	2016.1
Santana do Ipanema	Cooperativismo	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2014.2
	Administração	Técnico	Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2016.1
	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	-	2014.2
	Administração	Técnico	Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	2016.1
São Miguel dos Campos	Química	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	2015.1
	Química	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	2015.1
	Petróleo e Gás	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Industrial	2016.1
	Segurança do Trabalho	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Segurança	2016.1
Satuba	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
Coruripe	Soldagem	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	2014.2

Coruripe	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Alimentos	Técnico	Subsequente	EaD	Produção Alimentícia	2014.2
	Soldagem	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	2015.1
	Fabricação Mecânica	Técnico	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	2016.1
	Edificações	Técnico	Subsequente	Presencial	Infraestrutura	2016.1
	Edificações	Técnico	Integrado	Presencial	Infraestrutura	2016.1
Viçosa	Informática	Técnico	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	2014.2
	Administração	Técnico	Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	2014.2
	Agroindústria	Técnico	Subsequente	Presencial	Produção Alimentícia	2017.1
Batalha	Agroindústria	Técnico	Subsequente	Presencial	Produção Alimentícia	2014.2
	Agropecuária	Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	2016.1
	Agroindústria	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	2016.1
	Agropecuária	Técnico	PROEJA/Integrado	Presencial	Recursos Naturais	2016.1
Rio Largo	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	2014.2
	Informática	Técnico	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	2015.1
	Química	Técnico	Integrado	Presencial	Produção Industrial	2017.1
	Plásticos	Técnico	Subsequente	Presencial	Produção Industrial	2017.1
	Sistema de Energia Renovável	Técnico	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	2018.1
Benedito Bentes	Logística	Técnico	Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	2015.2

Benedito Bentes	Enfermagem	Técnico	Subsequente	Presencial	Ambiente, Saúde e Segurança	2016.1
União dos Palmares	Administração	Técnico	Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	2015.2
	Informática	Técnico	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	2016.1
	Administração	Técnico	Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2016.1
Paripueira	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Alimentos	Técnico	Subsequente	EaD	Produção Alimentícia	
Major Izidoro	Infraestrutura Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Secretaria Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	2014.2
	Alimentação Escolar	Técnico	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	-
	Alimentos	Técnico	Subsequente	EaD	Produção Alimentícia	-

Quadro 3. Relação de cursos Superiores a serem implantados por Campus/IFAL, dezembro de 2013.

Campus	Curso	Nível	Tipo	Modalidade	Eixos tecnológicos	Ano de Abertura	Turno	Nº de vagas	Período	Carga Horária total	Periodicidade da integralização
Arapiraca	Logística	Superior	Tecnologia	Presencial	Gestão e Negócios	2017	Noturno	40	4	1600	semestral
	Mecatrônica	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2017	Noturno	40	8	3600	semestral
	Física	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2017	Noturno	40	8	2800	semestral
	Ensino das Ciências e Matemática	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-	2014	Sábados (manhã e tarde)	40	3	420	anual
	Licenciatura em Letras/LIBRAS	Superior	Licenciatura	EaD	-	2015	Integral	50	8	3240	semestral
	Educação a Distancia	Pós-graduação	Lato Sensu	EaD	-	2016	Integral	50	3	600	semestral
	Letras	Pós-graduação	Stricto Sensu	Presencial	-	2016	Integral	20	6	620	anual
Maceió	Engenharia Mecânica	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2015	Matutino	40	10	3600	semestral
	Estradas	Superior	Tecnologia	Presencial	Infraestrutura	2016	Noturno	40	6	2400	semestral

Maceió	Segurança do Trabalho	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-	2014	Sextas (tarde e noite) e Sábado (manhã e tarde)	25	4	640	semestral
Maceió	Engenharia Rodoviária e Vias Urbanas	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-	2016	Manhã	30	5	620	semestral
	Informática	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-	2015	Noturno	30	3	360	semestral
	Licenciatura em Letras/LIBRAS	Superior	Licenciatura	EAD	-	2014	Integral	50	8	3240	semestral
	Design com ênfase em Produto	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2016	Noturno	40	4	2400	semestral
	Educação a Distancia	Pós-graduação	Lato Sensu	EAD	-	2016	Integral	50	3	600	semestral
	Educação de Jovens e Adultos	Pós-graduação	Lato Sensu	EAD	-	2014	Integral	50	3	600	semestral
	Docência da Educação Profissional	Pós-graduação	Lato Sensu	EAD	-	2014	Integral	50	3	620	semestral

Maceió	Química	Pós-graduação	Stricto Sensu	Presencial	-	2015	Integral	15	6	620	Anual
	Informática	Pós-graduação	Stricto Sensu	Presencial	-	2016	Integral	20	6	620	Anual
	Design	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-	2016	Noturno	30	4	420	Anual
Marechal Deodoro	Gastronomia	Superior	Tecnologia	Presencial	Hospitalidade e Lazer	2017	Vespertino	60	4	1600	Semestral
Palmeira dos Índios	Rede de Computadores	Superior	Tecnologia	Presencial	Informação e Comunicação	2015	Noturno	30	5	2000	Semestral
	Engenharia Elétrica	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2015	Vespertino	30	10	3600	Semestral
	Docência da Educação Profissional	Pós-graduação	Lato Sensu	EaD	-	2014	Integral	50	3	620	Semestral
	Química	Superior	Licenciatura	EaD	-	2015	Integral	35	8	2800	Semestral

Penedo	Engenharia Ambiental e Sanitária	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2017	Matutino	40	10	3600	Semestral
	Licenciatura em Letras/LIBRAS	Superior	Licenciatura	EaD	-	2014	Integral	50	8	3240	Semestral
Piranhas	Agronomia	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2014	Matutino	40	10	3600	Semestral
	Alimentos	Superior	Tecnologia	Presencial	Produção Alimentícia	2015	Vespertino	30	6	2400	Semestral
Santana do Ipanema	Irrigação e Drenagem	Superior	Tecnologia	Presencial	-	2016	Vespertino	30	6	2400	Semestral
	Educação a Distancia	Pós-graduação	Lato Sensu	EaD	-	2016	Integral	50	3	600	Semestral
	Gestão Pública	superior	Tecnologia	Presencial	Gestão e Negócios	2017	Noturno	40	4	1600	semestral
São Miguel dos Campos	Química	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2018	Noturno	80	8	2800	semestral

Satuba	Ciências Naturais	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2016	Matutino	30	8	3400	semestral
	Ciências Naturais	Superior	Licenciatura	EaD	-	2015	Integral	35	8	3400	semestral
	Química	Superior	Licenciatura	EaD	-	2017	Integral	35	8	3400	semestral
	Manejo Sustentável de Agroecossistemas	Pós-graduação	Lato Sensu	Presencial	-	2015	Sábados (manhã e tarde)	30	3	420	Semestral
	Ciências Agrárias	Pós-graduação	Stricto Sensu	Presencial	-	2015	Integral	12	6	620	anual
São José da Laje	Química	Superior	Licenciatura	EaD	-	2015	Integral	35	8	3400	semestral

III. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

3.1. FUNDAMENTOS DA PESQUISA E INOVAÇÃO

3.1.1. Concepção

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, base estruturante da formação científico-tecnológica, transforma as instituições em elementos deflagradores do processo de desenvolvimento do país, na medida em que as leva a ultrapassar suas funções iniciais de formação de quadros profissionais, fazendo assumirem-se, também, como núcleos deflagradores do processo de desenvolvimento, por meio da geração de conhecimento.

Nesse sentido, a educação profissional oferecida em ambientes de pesquisa tecnológica ultrapassa a mera preparação que habilite o trabalhador somente para a replicação de tarefas; ao contrário, forma um trabalhador dotado de pensamento científico, de saber tecnológico, de compromisso ambiental e de consciência cidadã, capaz de identificar problemas e de buscar soluções inovadoras, transformando-se ele próprio em elemento capaz de modificar a realidade de seu entorno.

Assim, em observância às finalidades, às características e aos objetivos dos Institutos Federais, instituídos pela Lei 11.892/2008, o IFAL incentiva e apoia as atividades de pesquisa e de inovação, a fim de suscitar o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas que contribuam para o enfrentamento dos problemas que afetam a nossa sociedade.

3.1.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de pesquisa proposta pelo IFAL são:

a. Articulação com o ensino e a extensão

A pesquisa se desenvolve de forma articulada com o ensino e a extensão, estando baseada no compromisso com a ética e tendo como foco o desenvolvimento sustentável.

b. Sintonia com interesses regionais e nacionais

A pesquisa, preferencialmente aplicada, está focada em soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais, em sintonia tanto com os interesses regionais e nacionais, quanto com os avanços mundiais.

c. Atendimento às demandas sociais

A pesquisa busca a proximidade com o setor produtivo e deve estar coadunada às demandas da sociedade, valorizando o compromisso social do pesquisador e a responsabilidade social da Instituição. Nesse sentido, a pesquisa deve estar articulada, ainda, às demandas provenientes dos setores públicos de Alagoas, como forma de atendimento à sociedade na qual se insere.

d. Incentivo à inovação

Devem ser incentivadas a produção científica e a inovação tecnológica, que tenham por objetivo a geração de produtos e processos passíveis de proteção intelectual, que possam resultar em transferência de tecnologia.

e. Desenvolvimento da pós-graduação

A pesquisa se alinha, organicamente, à política institucional de criação e desenvolvimento da pós-graduação, buscando a integração e a consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa inter e intraCampus.

f. Retroalimentação do ensino

No IFAL, as atividades de pesquisa não se esgotam em si mesmas. Juntamente com as de extensão, são objeto de constante

retroalimentação do ensino, sob o ponto de vista tanto do conhecimento produzido, quanto da incorporação de práticas e procedimentos metodológicos.

3.1.3. Regulamentação

A Resolução nº 18/CS, de 28 de março de 2012, regulamenta as atividades de Pesquisa no IFAL.

A Resolução nº 55/CS, de 17 de dezembro de 2012, institui o Comitê de Pesquisa e Pós-Graduação, órgão de assessoramento da administração, para subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa científica e tecnológica, assim como da política de pós-graduação no âmbito do IFAL. O CPPG está subordinado diretamente à estrutura organizacional da PRPI, atuando de forma consultiva em assuntos relacionados à pesquisa e pós-graduação emanados do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) ou do Conselho Superior (CS) do IFAL.

3.1.4. Objetivos estratégicos e indicadores

Os objetivos estratégicos relacionados aos Fundamentos da Pesquisa e Inovação, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, são:

9. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações de colaboração.	
Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">▪ número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações da rede.▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede.

13. Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a Instituição e a sociedade.

Área de impacto	Políticas de Ensino Políticas de Pesquisa Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão. ▪ proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão e vice-versa.

3.1.5. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da pesquisa e inovação no IFAL são:

1. Realizar reuniões periódicas com as Pró-reitorias de Ensino e Extensão com o intuito de fortalecer a articulação entre as três dimensões acadêmicas.
2. Avaliar anualmente os indicadores e relatórios gerados nas Pró-reitorias de Ensino e Extensão.
3. Buscar mecanismos que possibilitem o direcionamento de editais institucionais de pesquisa, inovação e pós-graduação para questões de interesses regional ou nacional, bem como para o atendimento de demandas sociais específicas.
4. Ampliar a divulgação sobre inovação tecnológica no âmbito do Instituto,

5. Incentivar e subsidiar o desenvolvimento de produtos ou processos passíveis de proteção, por meio da atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).
6. Fortalecer o intercâmbio de docentes com IES consolidadas, objetivando a melhoria da produção acadêmica e a implantação de programas de pós-graduação.
7. Implantar catálogo expositivo de que constem as expertises dos pesquisadores do IFAL, assim como se associar ao observatório do IFAL, a fim de obter diagnóstico das demandas do setor produtivo.
8. Apresentar anualmente à comunidade do IFAL, por meio de oficinas temáticas, os resultados das pesquisas dos orientandos, objetivando evidenciar o crescimento do conhecimento resultante de sua inserção na iniciação científica e interação com os demais alunos.

3.2. FUNDAMENTOS DA PÓS-GRADUAÇÃO

Concepção

A *Lei 11.892/2008*, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, aponta a verticalização do ensino como uma das finalidades dos Institutos Federais. Esta verticalização, por sua vez, deve-se pautar na indissociabilidade entre pós-graduação, pesquisa e ensino, principal pilar que norteia as ações da pós-graduação no âmbito do Instituto Federal de Alagoas. Nesse sentido, a pós-graduação configura-se como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento científico da Instituição.

Oferecida em ambientes tecnológicos de ensino e pesquisa, a pós-graduação, *lato e stricto sensu*, deve estar voltada para a formação de pesquisadores atentos não só ao desenvolvimento do pensamento científico, mas também ao saber tecnológico, ao compromisso ambiental e à consciência cidadã. É importante, pois, que esses cursos apresentem-se como respostas aos anseios e necessidades das comunidades onde se situam, a fim de mudar suas realidades.

3.2.1. Princípios

Os princípios norteadores da pós-graduação proposta pelo IFAL são:

a. Verticalização do ensino

Imprescindível para o aprofundamento e oportunidade de formação profissional; deve-se estimular o pensar e as reflexões sobre a sociedade, promovendo uma educação profissional que esteja vinculada à formação do indivíduo, fortalecendo a científicidade e relacionando teoria e prática.

b. Integração com os demais níveis ensino, com a pesquisa e a extensão

A pós-graduação deve estar articulada com as políticas definidas para os demais níveis de ensino, bem como para a pesquisa e extensão, promovendo o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, para geração e inovação tecnológica.

c. Fortalecimento da pesquisa e inovação

O desenvolvimento da pós-graduação deve buscar a integração e a consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa no IFAL. Além de incentivar a produção científica, também se faz necessário fomentar a inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento de produtos e processos.

d. Consolidação da política de publicação

A consolidação das políticas de publicação é imprescindível para o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, uma vez que é necessária a circulação das pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa e pelos programas de pós-graduação para fomentar o intercâmbio entre pesquisadores e instituições.

e. Desenvolvimento local e regional

As ações no âmbito da pós-graduação devem estar em sintonia com os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos da região em que o IFAL está inserido, do mesmo modo que devem estar focadas no interesse local e regional, e aliadas aos avanços e pesquisas desenvolvidas no âmbito internacional.

f. Compromisso socioambiental

O compromisso socioambiental é um dos pilares que fundamenta a pesquisa e a pós-graduação no Instituto Federal de Alagoas, uma vez que a Instituição tem, por aptidão, suas ações voltadas para o desenvolvimento e a mudança da realidade na qual se insere, considerando seus aspectos sociais e ambientais.

3.2.2. Regulamentação

Resolução nº 18/CS, de 28 de março de 2012, que regulamenta as atividades de Pesquisa e Pós-graduação.

Resolução nº 55/CS, de 17 de dezembro de 2012, que cria o Comitê de Pesquisa e Pós-graduação (CPPG).

3.2.3. Ações

As ações que devem viabilizar o desenvolvimento da pós-graduação, dentro dos princípios expostos, são:

1. Criar programas de pós-graduação *stricto sensu*.
2. Consolidar os programas de pós-graduação existentes.
3. Estimular a transformação dos cursos de especialização existentes em mestrados profissionais ou acadêmicos.
4. Capacitar servidores.
5. Ampliar a interação institucional.
6. Ampliar a interação e da verticalização da pós-graduação com os níveis de ensino médio, técnico, tecnológico e cursos de aprimoramento e extensão.

7. Estimular a implantação de estruturas curriculares temáticas que permitam a formação de profissionais para atuar em áreas estratégicas multidisciplinares.
8. Flexibilizar as etapas e os critérios para a formação profissional em nível de graduação e pós-graduação.
9. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, de avaliação continuada e de assessoria aos programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.
10. Aumentar a produção acadêmica qualificada e sua divulgação.
11. Ampliar a divulgação interna e externa dos programas de pós-graduação;
12. Apoiar eventos científicos.
13. Apoiar a edição de textos científicos, por meio do Conselho Editorial do IFAL.
14. Incentivar a participação dos programas nas ações de colaboração solidária interinstitucional, apoiadas pelas agências de fomento.
15. Fortalecer atividades e posturas para ampliação e melhoria do espaço físico e da infraestrutura.

3.3. PRIORIZAÇÃO DE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

3.3.1. Concepção

O crescimento substancial e contínuo da pesquisa no âmbito do IFAL exige a definição de princípios para priorização de linhas e projetos de pesquisa, de modo a permitir que o investimento realizado se reverta em benefício, para a Instituição e a sociedade, de acordo com os princípios norteadores da pesquisa e da inovação no Instituto.

3.3.2. Princípios

Os princípios norteadores da priorização de linhas e de projetos de pesquisa no IFAL são:

a. Projetos tecnológicos sustentáveis

Devem ser priorizadas iniciativas que envolvam a participação de pesquisadores em linhas e projetos tecnológicos sustentáveis e que mantenham relação com arranjos produtivos sociais e culturais locais.

b. Financiamento externo

A aprovação de projetos de pesquisa em agências de fomento e com financiamento externo é sinônimo de amadurecimento da comunidade científica, tornando-se uma importante sinalização de linhas e projetos de pesquisa a terem prioridade na Instituição.

c. Projetos multidisciplinares

Devem ser priorizados linhas e projetos que incentivem a multidisciplinaridade, transitando entre diferentes áreas do conhecimento, que se dediquem à área de educação profissional e tecnológica e que promovam a integração entre alunos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

d. Foco na área dos cursos

Tendo como objetivo uma contribuição mais efetiva da pesquisa para a formação técnica e profissional do corpo discente, devem ser priorizados linhas e projetos que estejam cientificamente relacionados com a área técnica / tecnológica de cada curso.

e. Contribuição para a pós-graduação

O IFAL deve privilegiar o apoio a linhas e projetos de pesquisa que tenham relação direta com as áreas do conhecimento de maior potencial para implantação e sustentação acadêmica de cursos e programas de pós-graduação, em especial os *stricto sensu*, de acordo com as prioridades institucionais.

3.3.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Pesquisa e inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por Campus, que reúna, preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os campi, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social.

3.3.4. Regulamentação

Resolução nº 18/CS, de 28 de março de 2012, que regulamenta as atividades de pesquisa.

Resolução nº 55/CS, de 17 de dezembro de 2012, que cria o Comitê de Pesquisa e Pós-Graduação.

3.3.5. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado à priorização de projetos e linhas de pesquisa, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, está expresso a seguir.

1. Aumentar a captação de recursos próprios	
Áreas de impacto	Políticas de Pesquisa
	Políticas de Gestão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">▪ taxa de crescimento da captação de recursos próprios▪ razão de recursos próprios em relação à matriz CONIF

- proporção de recursos próprios executados.

3.3.6. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da priorização de linhas e de projetos de pesquisa do IFAL são:

1. Referendar a ênfase da pesquisa em inovação tecnológica.
2. Verificar o potencial da pesquisa de criação de empresas incubadas.
3. Analisar os resultados da pesquisa sobre arranjos produtivos locais e seus correlatos.
4. Verificar a contribuição da pesquisa para a formação, integração ou consolidação de grupos de pesquisa no IFAL, e em parceria com outras instituições.
5. Verificar o alinhamento da pesquisa com a pós-graduação da Instituição.
6. Utilizar como critério classificatório para produtividade em pesquisa do IFAL a aprovação de projetos financiados por instâncias externas.

3.4. INTERCÂMBIO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

3.4.1. Concepção

O desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa que possibilitem a interação entre os Campi do IFAL, assim como a interação de programas interinstitucionais do IFAL com Instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa é uma necessidade atual, tratada no *Termo de Acordo de Metas e Compromissos entre Ministério da Educação e os Institutos Federais*, em sua subcláusula 17.

3.4.2. Princípios

Os princípios norteadores do intercâmbio do IFAL com Instituições de ensino e pesquisa são:

a. Implementação de acordos

O intercâmbio com Instituições de ensino e pesquisa deve apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural, preferencialmente envolvendo docentes e alunos.

b. Intercâmbio de alunos e servidores

Parcerias com Instituições de ensino e pesquisa devem viabilizar o intercâmbio de alunos e servidores, assim como acolher alunos e professores, de instituições nacionais e estrangeiras, beneficiárias desses acordos.

c. Atração de pesquisadores

Parcerias com Instituições de ensino e pesquisa devem atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou elaborar projetos com os pesquisadores do IFAL.

3.4.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Programas de ensino, pesquisa e extensão intercampi e interinstitucionais

Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Campi do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais;

3.4.4. Regulamentação

A Resolução sobre carga horária docente, em que se trata da possibilidade de colaboração de docentes do IFAL em programas de pós-graduação *stricto sensu* de outras IES está na fase de audiências públicas nos Campi, para então ser apresentada ao Conselho Superior.

3.4.5. Ações

Em consonância com o *Termo de Acordo de Metas e Compromissos* do Ministério da Educação com o IFAL, as seguintes ações devem ser implementadas pela Instituição:

1. Discutir e aprovar as diretrizes para uma política institucional na área de cooperação nacional e internacional.
2. Divulgar as atividades do IFAL em outros países e outras instituições brasileiras, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão.
3. Divulgar as informações referentes a programas de cooperação nacional e internacional existentes.
4. Receber e apoiar a demanda externa de propostas de cooperação nacional e internacional em suas diversas modalidades.
5. Divulgar e promover a conscientização da importância das atividades de cooperação nacional e internacional para o IFAL na comunidade acadêmica local, bem como a importância de uma experiência de intercâmbio para alunos, professores e técnico-administrativos em educação.
6. Buscar intercâmbio com instituições e agências de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural no exterior.
7. Apoiar o encaminhamento de projetos aos órgãos de fomento nacionais e internacionais, com o intuito de obter apoio financeiro.
8. Apoiar eventos internacionais em conjunto com os Campi.
9. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à área.
10. Assessorar os Campi em assuntos internacionais relacionados à pesquisa, à inovação ou à pós-graduação.

3.5. ARTICULAÇÃO DA PESQUISA COM O SETOR PRODUTIVO

3.5.1. Concepção

Um dos principais limitadores do desenvolvimento no Brasil é a distância entre o setor produtivo e as Instituições de ensino e pesquisa, que têm enorme potencial para a busca tanto de soluções para os problemas enfrentados pelo setor produtivo quanto para o desenvolvimento sustentável do país.

Logo, no IFAL devem se estabelecer mecanismos de articulação sistemática com o setor produtivo, alargando as possibilidades de inserção na sociedade, de aproveitamento profissional de egressos e de incremento da captação externa de recursos, dando sustentabilidade à pesquisa e à inovação.

3.5.2. Princípios

Os princípios norteadores da articulação da pesquisa com o setor produtivo são:

a. Compromisso com a ética

A pesquisa realizada no IFAL, mesmo quando em articulação com o setor produtivo, está pautada no compromisso com a ética, com a vida e com a justiça social, assentando-se nos pilares do respeito à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

b. Preservação da autonomia científica

A pesquisa realizada no IFAL, mesmo quando em articulação com o setor produtivo, se dá sob a égide da autonomia científica, em condições que preservem o direito à liberdade de pensamento e expressão, de modo a evitar pressões que ponham em risco ou os procedimentos metodológicos adotados ou os resultados alcançados.

3.5.3. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado ao incentivo ao empreendedorismo, bem como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, é:

11. Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo.

Estimular a prática do associativismo, como iniciativa para a superação de dificuldades e geração de benefícios para os seus associados, e do empreendedorismo como fator promotor do desenvolvimento individual, econômico e social.

Áreas de impacto	Políticas de Pesquisa
Indicadores	Políticas de Extensão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de empreendimentos incubados graduados. ▪ número de empresas juniores em funcionamento. ▪ número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.

3.5.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da articulação da pesquisa do IFAL, com o setor produtivo, são:

1. Estabelecer um canal de comunicação com outras instituições, para conhecer suas demandas, facilitando a sinergia entre Instituto – empresa – sociedade, convidando empresas e órgãos governamentais para participar de eventos científicos, aproximando-os da Instituição, de modo a promover maior interação entre as partes.
2. Incentivar a articulação com instituições privadas, quando suas demandas estiverem mapeadas e relacionadas.
3. Associar-se à rede alagoana de incubadoras (RHAE), para incubação dos projetos desenvolvidos pelos alunos, viabilizando a criação da incubadora do IFAL.

4. Articular-se com órgãos governamentais, por meio do envolvimento institucional com os polos tecnológicos e com o Instituto de Ciência e Tecnologia de Alagoas.
5. Desenvolver estratégias de divulgação dos projetos desenvolvidos na Instituição, para apresentá-los ao setor produtivo, com as linhas de pesquisa e as áreas de atuação dos pesquisadores, facilitando a comunicação entre as partes.

3.6. INCENTIVO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

3.6.1. Concepção

O incentivo à produção científica e à inovação tecnológica é fundamental para a geração de conhecimento, para o desenvolvimento de produtos e processos, com consequências diretas sobre a qualidade da formação discente e sobre a capacitação do corpo docente. Nesse processo, é fundamental que o incentivo da Instituição se traduza como a infraestrutura essencial a um parque de pesquisa.

3.6.2. Princípios

Os princípios norteadores do incentivo à produção científica e à inovação tecnológica são:

a. Fortalecimento da pós-graduação

O incentivo à produção científica e à inovação tecnológica tem como prioridade a formação de massa crítica capaz de dar sustentação à implantação e à consolidação de um parque de pós-graduação em áreas determinadas, de modo a viabilizar o alcance dos objetivos institucionais.

b. Priorização da produção científica de alto impacto

Compreendendo a produção científica e a inovação tecnológica como elemento alavancador do processo de desenvolvimento, o IFAL dá prioridade ao apoio de projetos que envolvam a geração de produtos de

alto impacto, que envolvam a publicação em periódicos reconhecidos na área de conhecimento ou produtos que tenham potencial de geração e transferência de tecnologia.

3.6.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Núcleo de inovação tecnológica

Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, e de programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo.

3.6.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores do incentivo à produção científica e à inovação tecnológica no IFAL são:

1. Dotar os Campi de ambientes que estimulem a busca do conhecimento, como bibliotecas informatizadas, aparelhadas com o acervo necessário aos cursos e às pesquisas em andamento, além de laboratórios e gabinetes de trabalho adequados às necessidades da pesquisa.
2. Incrementar a cooperação com outras Instituições de pesquisa, possibilitando o credenciamento dos docentes como orientadores em programas de pós-graduação e sua atuação em laboratórios de pesquisa externos, aumentando as possibilidades de geração de produção científica e tecnológica e, consequentemente, oportunizando a oferta, no mais breve futuro, de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
3. Ampliar o número de doutores e pós-doutores, apoiando o ingresso dos servidores em programas de pós-graduação com reconhecida competência, especialmente nas áreas prioritárias para a Instituição.
4. Promover a oferta de cursos de formação básica e continuada na temática de inovação e propriedade intelectual.
5. Implementar políticas de apoio aos grupos e aos núcleos de pesquisa,
6. Ampliar o acesso ao Portal Kentron.

7. Ampliar e fortalecer os programas de iniciação científica e do Encontro de Inovação, Tecnologia e Iniciação Científica (EITIC).
8. Estabelecer uma política de apoio à publicação de livros, seja por meio da criação de editora do IFAL, seja por meio de convênios com outras editoras.
9. Incentivar a submissão de projetos temáticos para os editais internos (bolsas) e externos (fomento), cabendo à administração central articular os entes institucionais para concretização dessas ações.

3.7. INCENTIVO À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

3.7.1. Concepção

A divulgação científica é uma ação tão importante quanto à produção científica em si, pois é o que dá visibilidade ao trabalho desenvolvido na Instituição, devendo, portanto, ser também alvo de incentivo.

3.7.2. Princípios

Os princípios norteadores do incentivo à divulgação científica e tecnológica no IFAL são:

a. Contribuição da divulgação científica e tecnológica

O incentivo à divulgação científica e tecnológica deve dar maior visibilidade possível ao conhecimento gerado no âmbito do IFAL, socializando-o para o restante da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento técnico e científico do país, e, simultaneamente, consolidando as linhas de pesquisa e pós-graduação da instituição.

b. Priorização da divulgação científica e tecnológica

Ao mesmo tempo em que o IFAL dá prioridade a divulgação científica e tecnológica de alto impacto, como a publicação em periódicos reconhecidos na área de conhecimento ou produtos que tenham potencial de geração e transferência de tecnologia, devem ser

priorizados, também, os trabalhos coordenados por servidores que resultem da ação dos grupos de pesquisa.

3.7.3. Regulamentação

Resolução nº 39/CS, de outubro de 2013, que regulamenta a Política Editorial do IFAL

3.7.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores do incentivo à divulgação científica no IFAL são:

1. Fortalecer a *Revista Educte*,
 - a. garantindo sua publicação semestral;
 - b. envidando esforços para transformá-la em quadrimestral;
 - c. alargando sua visibilidade, por meio de uma melhor distribuição;
 - d. fortalecendo seu Conselho Editorial.
2. Incentivar a participação dos servidores em congressos acadêmicos de suas respectivas áreas.
3. Fomentar a tradução e a revisão de artigos.
4. Criar mecanismos para o pagamento de taxas de publicação em revistas indexadas.
5. Realizar e consolidar eventos relacionados à pesquisa e à inovação.
6. Utilizar a mídia local e de outros mecanismos de alcance nacional para divulgar os trabalhos e as ações da pesquisa, de inovação e de PI.
7. Promover a realização de ciclos de seminários, mesas-redondas e palestras nos Campi, com a comunidade do IFAL e pesquisadores convidados, para divulgação das linhas de pesquisa existentes.
8. Promover ações de capacitação para elaboração de trabalhos científicos.

IV. POLÍTICAS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

4.1. FUNDAMENTOS DA EXTENSÃO

4.1.1. Concepção

A extensão – indissociável ao ensino e à pesquisa – é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do IFAL com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes segmentos sociais, no incentivo e apoio educativo que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o IFAL tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológicos, cultural, político e educacional.

A extensão se torna, portanto, a vertente por meio da qual o Instituto contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na medida em que vincula o conhecimento por ele produzido à sua intenção de transformar a realidade social, intervindo de forma a buscar a superação dos problemas da sociedade em que se insere, e transformando essa ação em uma perspectiva de efetiva formação de seus alunos. Nesse sentido, é por meio da extensão que se revela e se traduz, prioritariamente, a responsabilidade social do IFAL.

Assim definida, a extensão no IFAL será desenvolvida por meio de ações e atividades de extensão social e de extensão tecnológica, abrangendo o conjunto de atores externos com os quais seja possível estabelecer mecanismo de interação na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades das pessoas e das organizações.

4.1.2. Princípios

Os princípios norteadores da concepção de extensão propostos pelo IFAL são:

a. Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa

A extensão é indissociável do ensino e da pesquisa, podendo envolver atividades interCampus e interinstitucionais, devendo refletir a responsabilidade social da Instituição.

b. Compromisso com a transformação social

A extensão se rege pelo princípio do compromisso com a transformação social, objetivando desenvolver a educação profissional e tecnológica, atender às demandas sociais e às peculiaridades regionais, realizando ações para comunidades, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, com vistas à perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

c. Divulgação do conhecimento científico

A extensão busca interrelacionar os saberes acadêmico e popular, estabelecendo trocas de conhecimentos e promovendo a divulgação científica, bem como empreender ações envolvendo temas e problemas relacionados às áreas de abrangência de seus cursos, os quais possam vir a se tornar referência para o desenvolvimento de linhas de pesquisas, fazendo com que seu compromisso social permeie todas as esferas do trabalho realizado no Instituto.

d. Incentivo à produção cultural

A extensão busca incentivar a produção cultural, desenvolvendo ações de preservação e recuperação do meio ambiente na perspectiva tecnológica e educacional, bem como se integrando às políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, de modo a fortalecer os mecanismos de inclusão.

e. Interação dialógica com a comunidade

A extensão deve ocorrer como ação de mão dupla, entre o IFAL e a sociedade, por meio da qual os atores sociais que participam da ação – membros das comunidades com as quais a ação de extensão é desenvolvida, e membros do Instituto (servidores e alunos) – contribuem para a produção do conhecimento, proporcionando um diálogo entre o conhecimento científico e o popular; entre o saber construído na prática cotidiana e o fazer profissional.

f. Impacto na formação do estudante

Em razão de sua natureza, a inserção em atividades extensionistas constitui aporte decisivo para a formação profissional e cidadã do aluno, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, permitindo a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e sociais do IFAL, bem como a consolidação desses compromissos na atuação profissional do discente.

4.1.3. Regulamentação

Resolução nº 10/CS/2011, que regulamenta as atividades de extensão no IFAL.

Resolução nº 34/CS/2013, que regulamenta os estágios no IFAL.

Portaria nº 1500/GR, de 21 de setembro de 2012, que trata da prática profissional.

4.1.4. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado aos fundamentos da extensão, em especial a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, é:

13. Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o

relacionamento entre a Instituição e a sociedade.

Área de impacto	Políticas de Ensino Políticas de Pesquisa Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão. ▪ proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão e vice-versa.

4.1.5. Ações

As ações que devem viabilizar a extensão que o IFAL almeja para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Criação do Programa Institucional de Extensão, com edital de fluxo contínuo, que transforme projetos bem-sucedidos de pesquisa aplicada em ações de extensão.
2. Criação de Programa Institucional de Extensão na área de Cultura.
3. Criação de Programa Institucional de Extensão que favoreça o diálogo com os problemas identificados das comunidades onde o IFAL está inserido.
4. Elaboração de proposta para curricularização da extensão, principalmente nos cursos superiores do IFAL.
5. Elaboração de relatório das possibilidades de pesquisa aplicada, identificadas a partir das ações extensionistas desenvolvidas.

4.2. APOIO A PROGRAMAS, PROJETOS, CURSOS E EVENTOS DE EXTENSÃO

4.2.1. Concepção

As ações de extensão definidas como projetos, cursos e eventos podem ser propostas por servidores e alunos, bem como pela sociedade em geral.

As ações de extensão definidas como programas institucionais são criadas pela Pró-reitoria de Extensão, instância a que cabe designar seu gestor ou responsável, sempre que necessário. A exequibilidade das ações propostas é avaliada sob o ponto de vista da integração de servidores e discentes com as comunidades envolvidas, de modo a garantir o alcance dos objetivos propostos.

4.2.2. Princípios

Os princípios norteadores do apoio a ações de extensão – programas, projetos, cursos e eventos – no IFAL são:

a. Geração de trabalho e renda

Ações que estimulem e apoiem processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, tanto quanto à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

b. Diminuição de desigualdades sociais

Ações que tenham como foco prioritário a população em situação de risco, colaborando para a diminuição das desigualdades sociais, por meio da indicação de soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

c. Melhoria da qualidade de vida

Ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida, sobretudo com

respeito à sustentabilidade, preservação da identidade e resgate da autoestima da população.

d. Transformação da realidade

Ações que ofereçam alternativas de superação da situação atual, através da incorporação de conhecimentos, técnicas e metodologias aplicáveis à realidade local, na perspectiva de melhoria da condição humana.

e. Integração com o ensino e a pesquisa, e com as demandas sociais

Ações que promovam a integração com o ensino e a pesquisa, e com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades.

4.2.3. Regulamentação

Resolução nº 10/CS/2011.

4.2.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores do apoio a programas, projetos, cursos e eventos de extensão no IFAL são:

1. Lançar editais para submissão de projetos e cursos de extensão.
2. Abrir chamada para inscrição de eventos extensionistas destinados a promover a interação do IFAL com a sociedade.
3. Criar programas de extensão que contemplem projetos, cursos e eventos, desenvolvidos a partir de identificação das necessidades dos Campi.
4. Desenvolver cursos de Formação Inicial e Continuada, de carga horária variável, em atendimento às demandas identificadas.
5. Implantar programas e projetos em consonância com a realidade local e regional.
6. Viabilizar o pagamento de bolsas a estudantes envolvidos nas ações extensionistas.

7. Elaborar proposta de bolsa produtividade em extensão para servidores.
8. Viabilizar a aquisição de insumos para o desenvolvimento das ações de extensão.
9. Elaborar material de divulgação impresso, relatando o resultado das ações de extensão.
10. Apoiar participação de extensionistas em eventos externos.
11. Realizar, anualmente, uma Mostra de Extensão.
12. Implantar sistema de gerenciamento de ações de extensão.

4.3. PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

4.3.1. Concepção

A impossibilidade de realizar todas as ações demandadas, por um lado, e a necessidade de maximizar os impactos positivos sobre o desenvolvimento das comunidades envolvidas, por outro, exigem o estabelecimento de critérios para a escolha das propostas a serem apoiadas pelo IFAL.

4.3.2. Critérios

Os critérios para priorização de propostas de projetos e programas de extensão no IFAL são:

1. Ter sido devidamente formalizadas, de acordo com o calendário da Instituição.
2. Integrar as ações extensionistas com o ensino e a pesquisa, refletindo sua responsabilidade social;
3. Envolver inovação tecnológica, resgate cultural, preservação ambiental ou melhoria da qualidade de vida.
4. Visar ao impacto social focado no ser humano, aumentando as capacidades e potencialidades do indivíduo e do coletivo no atendimento do maior número de público-alvo possível.
5. Ter interface com o saber cultural das comunidades atendidas.
6. Prever a utilização de materiais oriundos de licitações já realizadas e

disponibilizadas pelo IFAL.

4.3.3. Regulamentação

Resolução nº 10/CS/2011

4.3.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da priorização das atividades de extensão no IFAL são:

1. Elaborar editais de seleção contendo os critérios de priorização das propostas, com pontuação maior para projetos que apresentem estreita vinculação com o ensino e a pesquisa;
2. Vincular o desenvolvimento de ações com a prévia concordância da comunidade envolvida;
3. Divulgar as ações e sua priorização nos Campi;
4. Realizar reuniões com a comunidade acadêmica e coordenadores de extensão;
5. Criar editais específicos para linhas de extensão.

4.4. ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO AO MUNDO DO TRABALHO

4.4.1. Concepção

O IFAL busca integrar-se ao mundo do trabalho nas diversas ações que realiza, dentro e fora de seus espaços, inclusive no que tange às atividades de extensão. Sempre com foco na realidade social e com o propósito de atender à demanda externa, no campo da formação profissional, as relações do IFAL com o mundo do trabalho – tanto no público quanto no setor privado – resultam de diretrizes institucionais e são sistematicamente acompanhadas, inclusive aquelas que envolvem ações para o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região.

4.4.2. Princípios

Os princípios norteadores da articulação das atividades de extensão ao mundo do trabalho no IFAL são:

a. Formação profissional

Os instrumentos conveniais firmados devem manter foco na melhoria da formação profissional dos alunos dos vários cursos ofertados pelo IFAL, evitando que os estágios se transformem em mera mão de obra para os concedentes.

b. Observatório do mundo do trabalho

O IFAL deve manter permanente sintonia com a dinâmica das organizações, com vistas a identificar possibilidades de articulação que favoreçam aos objetivos institucionais.

4.4.3. Regulamentação

Para dar celeridade aos processos, promovendo uma atualização constante da realidade externa, com vistas ao atendimento das demandas existentes e, sobretudo, à concretização de acordos e parcerias que viabilizem, além da absorção dos egressos pelo mercado de trabalho, estágio supervisionado, estudos e pesquisas, foi criado no IFAL um setor de relações institucionais. A Resolução do Conselho Superior nº 34/2013 regulamenta os estágios no IFAL.

4.4.4. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado à relação entre a extensão e o mundo do trabalho, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, está expresso a seguir.

9. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com o setor produtivo.

Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações da rede. ▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede.

4.4.5. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da articulação das atividades de extensão com o mundo do trabalho no IFAL, em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas, são:

1. Garantir que o Setor de Relações Institucionais dê celeridade aos processos, promovendo uma atualização constante da realidade externa, com vistas ao atendimento das demandas existentes e, sobretudo, à concretização de acordos e parcerias que viabilizem, além da absorção dos egressos pelo mercado de trabalho, estágio supervisionado, estudos e pesquisas;
2. Manter registro dos instrumentos conveniais assinados pelo IFAL, sobretudo com vistas ao oferecimento de estágios;
3. Divulgar mensalmente a relação de parcerias estabelecidas para fins de oferta de estágio;
4. Divulgar a oferta de empregos nos Campi do IFAL.

4.5. PARCERIAS COM A COMUNIDADE E COM O SETOR PRODUTIVO

4.5.1. Concepção

Uma das características dos Institutos Federais é orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Para tanto, é

necessário desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A aproximação do IFAL com a comunidade e o setor produtivo, de forma institucional, promove uma experiência valiosa que enriquece a formação profissional dos estudantes, proporciona interação dos servidores com o mundo do trabalho e favorece a troca de experiências com as comunidades e os segmentos produtivos de forma geral.

4.5.2. Princípios

Os princípios norteadores da criação de parcerias com a comunidade e com o setor produtivo com o IFAL são:

a. Promoção do desenvolvimento regional sustentável

Parcerias com instituições governamentais e o setor produtivo devem possibilitar a promoção do desenvolvimento regional sustentável, numa perspectiva de inclusão social e geração de oportunidades de emprego e renda.

b. Atendimento das demandas do setor produtivo

O resultado das parcerias com a comunidade e o setor produtivo deve representar uma maior dinâmica na relação do IFAL com a sociedade, passando a ser porta de entrada por onde as demandas do setor produtivo buscarão ser atendidas por meio das competências existentes na Instituição.

4.5.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Programa de melhoria da qualidade da educação básica

Apresentação de em média pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por Campus, especialmente em apoio ao ensino médio inovador, direcionado às escolas, professores e alunos das redes públicas, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com os sistemas públicos de ensino.

4.5.4. Regulamentação

Resolução nº 10/CS/2011, que trata da relação com os agentes externos, para o estabelecimento de acordos, parcerias, convênios e congêneres.

4.5.5. Objetivos estratégicos e indicadores

Os objetivos estratégicos relacionados à articulação entre o IFAL, a comunidade e o setor produtivo, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção, são os que se seguem.

8. Ampliar a rede de relacionamento com comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com atores das áreas social e cultural.

Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) da rede.▪ nível de satisfação dos beneficiados em cada evento/ projeto/ ação.

10. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público, com vistas ao intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com o setor público.

Área de impacto	Políticas de Extensão
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede. ▪ número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações da rede.

4.5.6. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da criação de parcerias do IFAL com a comunidade e o setor produtivo são:

1. Promover e coordenar ações com os diversos setores da sociedade – governo federal e estadual, prefeituras, associações de classe, constituintes do setor produtivo, e organizações da sociedade civil, entre outros – visando refletir, discutir e divulgar políticas de desenvolvimento regional;
2. Criar canais de interlocução com a sociedade e o setor produtivo, para que a Instituição absorva as demandas comunitárias que apontem para o desenvolvimento de novos projetos;
3. Montar e manter permanentemente atualizado um banco de dados das potencialidades técnicas e científicas do IFAL, visando atender às demandas da sociedade;
4. Promover a interação entre a comunidade acadêmico-científica do IFAL e o setor produtivo, no sentido de identificar projetos de pesquisa de interesse dos setores produtivos;
5. Incentivar e apoiar ações de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo, como empresas juniores, estágios, incubadoras de

- empresas de base tecnológica e parques tecnológicos;
6. Criar e fortalecer a interação com órgãos de fomento para o estabelecimento de ações empreendedoras em nível local, regional, nacional e internacional.

4.6. INCENTIVO AO COOPERATIVISMO, AO ASSOCIATIVISMO E AO EMPREENDEDORISMO

4.6.1. Concepção

O empreendedorismo, originado no espírito criativo e pesquisador, permite identificar oportunidades e buscar os recursos para transformá-las em um novo negócio. Disseminar a cultura empreendedora constitui importante fator de superação de desafios locais, contribuindo para a geração de trabalho e renda. Traduzido dessa forma, o empreendedorismo ultrapassa os liames da busca do lucro e se transforma em mecanismo de superação da realidade, em consonância com o princípio do compromisso com a transformação social.

4.6.2. Princípios

Os princípios norteadores do apoio ao cooperativismo, ao associativismo e ao empreendedorismo no IFAL são:

a. Inovação tecnológica

Apoiar ações que estabeleçam como princípio a inovação em seus mais variados aspectos, de modo a estimular a geração de novos empreendimentos, serviços e produtos.

b. Trabalho solidário

Estimular a associação de pessoas e grupos sociais, de modo a fortalecer a organização e os laços que unem as pessoas em torno da busca do bem-estar individual comunitário.

4.6.3. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado ao incentivo ao empreendedorismo, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, é:

11. Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo.

Estimular a prática do associativismo, como iniciativa para a superação de dificuldades e geração de benefícios para os seus associados, e do empreendedorismo como fator promotor do desenvolvimento individual, econômico e social.

Áreas de impacto	Políticas de Pesquisa
Indicadores	Políticas de Extensão
	<ul style="list-style-type: none">▪ número de empreendimentos incubados graduados.
	<ul style="list-style-type: none">▪ número de empresas juniores em funcionamento.
	<ul style="list-style-type: none">▪ número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.

4.6.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores do incentivo ao empreendedorismo no IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Realizar, periodicamente, eventos relacionados ao associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, de duração e abrangência variada, como cursos, seminários, oficinas temáticas, fóruns, feiras e intercâmbios;
2. Apoiar e fomentar a criação, em seus diversos Campi, de empresas juniores;
3. Estimular ações associativas e cooperativas, por meio de projetos e cursos específicos, buscando a disseminação da cultura de equipe e da produção coletiva;

4. Aprovar normatização que estabeleça os mecanismos de funcionamento de ações empreendedoras no IFAL.

4.7. ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO ÀS DEMANDAS SOCIAIS

4.7.1. Concepção

É tarefa dos Institutos Federais orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

O IFAL tem o compromisso, ainda, de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. A congeminação desses dois fatores reflete o empenho do IFAL no sentido de se constituir em centro de referência para o desenvolvimento do seu entorno, em estreita observância às demandas e potencialidades locais e regionais.

4.7.2. Princípios

Os princípios norteadores da articulação entre as atividades de extensão e o desenvolvimento regional no IFAL são:

a. Desenvolvimento social, local e regional

As ações extensionistas apoiadas pelo IFAL indicam claramente o atendimento às demandas das comunidades envolvidas, evitando que se criem experiências dissociadas da necessidade das comunidades.

b. Diálogo entre saber acadêmico e saber popular

As ações de extensão devem articular, sistematicamente, o saber acadêmico e o saber popular, com vistas à produção de uma intervenção dialógica, transformadora da realidade local, em benefício das populações.

4.7.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Projetos de ação social

Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada Campus, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão.

4.7.4. Regulamentação

Resolução nº 10/CS/2011.

4.7.5. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da articulação das atividades de extensão às demandas sociais no IFAL são:

1. Estabelecer incentivo às ações artísticas e culturais, por meio da consolidação de programa institucional de ações extensionistas, de acordo com a realidade local de cada Campus, respeitando, mantendo e preservando as manifestações culturais regionais;
2. Oferecer cursos de extensão abertos à comunidade, a partir de suas demandas, inclusive como mecanismo de preparação para ingresso nos cursos do IFAL;

3. Realizar eventos extensionistas que promovam a integração entre as comunidades interna e externa;
4. Criar um espaço de visibilidade nos canais de comunicação e nos sistemas de informação, mantendo contato com as comunidades para identificar suas demandas, nas áreas de abrangência dos Campi;
5. Identificar possibilidades para a realização de pesquisas aplicadas às demandas socioeconômicas locais e regionais;
6. Fortalecer o vínculo entre a Instituição, os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, bem como com os setores público e privado, nas áreas de abrangência dos Campi, com vistas ao desenvolvimento de ações.

V. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.1. FUNDAMENTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.1.1. Concepção

Assistência Estudantil é o conjunto de ações voltadas para o aluno, com a finalidade de democratizar as condições de sua permanência no Instituto, por meio da redução das desigualdades socioeconômicas e da promoção da justiça social, de modo a contribuir para o desempenho acadêmico e para a redução da evasão e da retenção escolar.

A Assistência Estudantil compreende ações que proporcionem condições de saúde, acesso ao material didático necessário à formação profissional e acompanhamento de necessidades educacionais específicas, oferecendo recursos materiais, humanos, informacionais e financeiros para a permanência do aluno na Instituição.

Diversos fatores culminam na retenção e na evasão escolar. Cabe à Instituição identificar os discentes com baixo rendimento acadêmico e em risco de evasão, bem como fornecer subsídios para a Assistência Estudantil realizar ações integradas com a equipe de ensino da Instituição, prevenindo as situações de retenção e evitando a evasão. A Assistência Estudantil deve então implementar, em cada Campus, ações integradas entre a equipe multiprofissional e buscar parcerias com docentes e demais profissionais da Instituição, com o objetivo de repensar a prática educativa e diminuir os altos índices de evasão e retenção escolar.

5.1.2. Princípios

Os princípios norteadores das atividades da assistência estudantil no IFAL são:

a. Igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão com êxito

Assegurar o desenvolvimento de ações afirmativas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão com êxito.

b. Garantia de democratização, qualidade e universalização dos serviços prestados à comunidade escolar

Atendimento multiprofissional qualificado, oferecendo serviços que considerem as demandas individuais e coletivas, de forma ampla e irrestrita, a todos os estudantes.

c. Defesa da justiça social e combate ao preconceito

Desenvolvimento de ações que promovam a redução das desigualdades e incentivo à convivência com a diversidade.

d. Compromisso com a inclusão social

Garantia de modificações que atendam às necessidades dos estudantes, promovendo o seu desenvolvimento e fortalecendo o exercício da cidadania

e. Apoio à participação e organização estudantil

Incentivo à criação e ao funcionamento das organizações estudantis

f. Transparência das ações

Garantia do acesso às informações públicas e divulgação das ações institucionais

5.1.3. Regulamentação

Resolução nº 22/CS, de 08 de agosto de 2011, que padroniza os meios de execução dos Programas de Assistência Estudantil.

As ações de Assistência Estudantil são gerenciadas pela Diretoria de Políticas Estudantis (DPE), responsável por promover a democratização e equiparação de oportunidades educacionais, e pela formulação e implementação de políticas de assistência estudantil. Cabe à equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, bibliotecários, enfermeiros, médicos, nutricionistas, odontólogos, pedagogos, psicólogos e técnicos de enfermagem, atuar, por meio de programas e serviços imprescindíveis para o desenvolvimento da vida escolar de todos os alunos, oferecendo tanto apoio financeiro para as despesas educacionais quanto atendimento profissional especializado para as suas demandas sociais.

5.1.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores das atividades da assistência estudantil no IFAL, em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas, são:

1. Promover a descentralização político-administrativa.
2. Garantir o atendimento multiprofissional aos alunos, compreendendo suas necessidades.
3. Garantir a existência de equipes multiprofissionais para alcançar e manter a qualidade na prestação dos serviços.
4. Expandir os programas e serviços existentes para que todos os Campi sejam contemplados, ampliando o número de alunos atendidos.
5. Integrar os programas a ações de cunho pedagógico, propiciando atendimento complementar e diferenciado nos componentes curriculares com maior índice de reprovação.
6. Estimular a participação dos alunos, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis.
7. Socializar, de forma sistêmica, as informações referentes à Assistência Estudantil.
8. Viabilizar o funcionamento do restaurante estudantil nos Campi.

9. Garantir, nos Campi, infraestrutura individualizada e adequada ao exercício profissional no atendimento aos alunos, com vistas a assegurar o sigilo.
10. Incentivar o debate coletivo das classes profissionais nas áreas de atuação e legitimação representativa das mesmas nas decisões ligadas à Assistência Estudantil.

5.2. PROGRAMAS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.2.1. Concepção

Os programas e serviços da Assistência Estudantil objetivam minimizar as dificuldades que possam interferir no processo de aprendizagem, visando à qualidade de vida do aluno e à inclusão social.

Com a expansão do IFAL, a procura pelos programas e serviços oferecidos pela Assistência Estudantil tem apresentado enorme crescimento. Assim, o orçamento da Assistência Estudantil teve aumento de 303,7% entre 2010 e 2013, sendo 61,9% só no último ano – um investimento que decorre de recursos, cuja distribuição entre os Campi é planejada no Fórum Permanente da Assistência Estudantil (FORPAE).

Como essa tendência será mantida nos próximos cinco anos, são necessárias novas formas de pensar e agir pelos profissionais que integram a equipe da Assistência Estudantil, promovendo a consolidação dos serviços, por meio de ações preventivas e educativas.

5.2.2. Princípios

Os princípios norteadores dos programas e serviços ofertados pela Assistência Estudantil são:

a. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados

Primazia na qualidade do atendimento aos estudantes prestados pelos profissionais

b. Garantia de acessibilidade e promoção do respeito à diversidade

Adequação de espaços, tempos e métodos para atender às necessidades específicas dos estudantes, incentivando a adoção de práticas inclusivas.

c. Respeito ao sigilo e à singularidade

Compromisso com o sigilo das informações prestadas pelas pessoas atendidas e respeito pelas particularidades do indivíduo

d. Prioridade às ações multiprofissionais

Promoção da atuação profissional conjunta nas etapas de planejamento, execução e avaliação das ações, objetivando a complementariedade do conhecimento multiprofissional com foco no estudante.

e. Ações preventivas

Promoção de atividades com foco na prevenção dos problemas sociais que interfiram no desempenho escolar

5.2.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho
Implantação, até 2011, de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC.

5.2.4. Regulamentação

Resolução nº 22/CS, de 08 de agosto de 2011, que institui o Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas para

atender as demandas referentes às pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, e aos que apresentam superdotação / altas habilidades.

Portaria nº 909/GR, em 22 de maio de 2012, que cria, em todos os Campi, Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes), que passaram a viabilizar o atendimento às pessoas com superdotação / altas habilidades. O Regulamento Interno dos Napnes, elaborado por seus coordenadores juntamente com a Assessoria de Ações Inclusivas, se encontra em processo de aprovação no Conselho Superior do IFAL.

5.2.5. Programas

Com foco no incentivo à permanência, o IFAL oferece os seguintes programas:

a. Programa Bolsa de Estudos

Vinculado às Unidades de Serviço Social, tem como objetivo assistir financeiramente ao aluno, por meio de uma ajuda de custo para auxiliar suas despesas educacionais, estando atrelado ao seu desempenho acadêmico.

b. Programa Bolsa PROEJA

Tem como objetivo a constituição das atividades pedagógicas de alunos do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA, que tem como objetivo básico o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem na perspectiva discente.

c. Programa de Auxílio Transporte

Vinculado às Unidades de Serviço Social, tem como objetivo viabilizar a permanência do aluno no IFAL, com a concessão de ajuda de custo para locomoção entre sua residência e o Campus em que esteja matriculado.

d. Programa de Residência Estudantil e Auxílio Moradia¹⁰

Tem como objetivo a concessão de infraestrutura física para residência, assim como móveis e equipamentos básicos, ou de repasse de verba ao aluno para que este possa se manter em residência próxima ao Campus em que está matriculado, com o objetivo de minimizar a evasão escolar.

e. Programa de Auxílio Alimentação

Vinculado à Nutrição e ao Serviço Social, tem como objetivo garantir o acesso gratuito ao refeitório de cada Campus com direito a refeição, de acordo com a necessidade, buscando a permanência do aluno de baixa renda e a melhoria de seu desempenho escolar.

5.2.6. Serviços

Com foco no incentivo à permanência, o IFAL oferece os seguintes serviços:

a. Programa de Alimentação e Nutrição Escolar – PANES

Tem como objetivo a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo, assim como a realização de educação nutricional para contribuir com o rendimento escolar, aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis.

b. Programa de Aconselhamento Psicológico

Tem como objetivo o aconselhamento psicológico, processo interativo entre psicólogo e estudante, que prioriza os aspectos psicológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e que leva o aluno a mudanças em uma ou mais áreas da sua existência.

c. Programa de Orientação Profissional

Tem como objetivo a inserção do aluno no mundo do trabalho, de uma

¹⁰ O Campus Satuba é o único que possui residência estudantil, porque oferece cursos de horário integral, em sistema de internato.

forma consciente e fruto de uma escolha, por meio da elaboração e/ou reelaboração do seu projeto de vida profissional, a fim de que consiga alcançar resultados que tragam o máximo de proveito para si e para a sociedade.

d. Programa de Assistência à Saúde

Tem como objetivo oferecer ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abranjam a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade, visando ao bem-estar e à qualidade de vida do aluno, de modo a contribuir para sua permanência e para a conclusão do curso.

e. Programa de Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde Mental

Tem como objetivo o planejamento de ações voltadas à educação para a saúde, com foco tanto no reconhecimento e na prevenção de fatores de risco, quanto na promoção dos fatores de proteção, reconhecendo seus impactos nas trajetórias de vida dos alunos.

f. Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas

Tem como objetivo garantir o acesso, permanência e saída com sucesso dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades / superdotação, numa perspectiva de levá-los a um desempenho eficaz e produtivo possibilitando cada vez mais a inclusão social.

g. Programa de Apoio às Atividades Estudantis

Tem como objetivo a concessão de óculos, fardamentos e material didático.

h. Programa de Cultura, Arte, Ciência e Esporte

Tem como objetivo promover ações e disponibilizar recursos financeiros para a participação em eventos extracurriculares que promovam a ampliação do universo sociocultural, científico e artístico dos alunos, bem como sua inserção em práticas desportivas em articulação intra e interinstitucional.

i. Programa de Informação Cultural

Tem como objetivo promover, fortalecer e dinamizar as ações das bibliotecas, transformando-as em centros ativos de informação, aprendizagem, leitura e cultura, despertando o senso crítico da comunidade.

5.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.3.1. Concepção

O IFAL busca a promoção da autonomia e da independência de pessoas com necessidades específicas, por meio de ações inclusivas, passando a responsabilizar-se pelas mudanças que permitam o acesso pleno de todas as pessoas a todos os bens e serviços da Instituição. Seu compromisso é ser acessível à comunidade desde o processo seletivo até a conclusão do curso.

Além disso, devem ser respeitadas as normas de acessibilidade na arquitetura, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações, na informação, nos recursos didáticos e pedagógicos utilizados nos cursos da Instituição.

5.3.2. Princípios

Os princípios norteadores da educação inclusiva no IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Fundamentação na concepção de direitos humanos

Respeito aos direitos e às liberdades básicas de todos os seres humanos

b. Promoção da autonomia e da independência

Estímulo à capacidade de gerir a própria vida, de tomar decisões e de realizar atividades cotidianas sem auxílio.

c. Valorização da diversidade humana

Valorização da diversidade humana como fundamento da prática pedagógica.

d. Superação de preconceitos e discriminações

Superação do preconceito e da discriminação no contexto escolar, com base na condição de deficiência.

e. Práticas pedagógicas inclusivas

Implantação de gestão e de práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento inclusivo das escolas.

f. Acessibilidade

Acessibilidade na arquitetura, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações, na informação, nos recursos didáticos e pedagógicos.

5.3.3. Acordo de metas e compromissos entre o MEC e o IFAL

De acordo com o *Plano de Metas e Compromissos* do IFAL com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a:

Desenvolver programas de apoio a projetos de assistência estudantil como mecanismos que promovam a adoção de políticas afirmativas, a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo, e a inserção sócio-profissional,

tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social.

5.3.4. Regulamentação

Além dos Napnes, o IFAL deve constituir uma Comissão Permanente, para fins de inspeção e apresentação de propostas contínuas de adaptação e melhoria de suas instalações, visando atender ao que determina o *Decreto 5.296/2004* – que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida – e a *ABNT NBR 9050:2004*, que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

5.3.5. Objetivo estratégico e indicadores

Os objetivos estratégicos relacionados à educação inclusiva, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, são:

14. Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.

Garantir a efetividade das ações do IFAL e o cumprimento de sua missão institucional. Inclui, por exemplo, a oferta de reforço escolar para alunos com rendimento insuficiente, a correção de fluxo – acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado – e estudos de recuperação.

Área de impacto	Políticas de Ensino Políticas de Assistência Estudantil
Indicadores	<ul style="list-style-type: none">▪ proporção de concluintes▪ proporção de retenção

15. Criar condições para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas.

Criar condições físicas e pedagógicas para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas, entendidas como pessoas com deficiências, superdotados / altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento.

Área de impacto	Políticas de Ensino
Indicadores	Políticas de Assistência Estudantil
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de matrículas de PNE ▪ proporção de concluintes PNE

5.3.6. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da educação inclusiva no IFAL são:

1. Estruturar os Napnes em cada Campus;
2. Implantar salas de recursos multifuncionais;
3. Promover a formação continuada dos coordenadores, docentes e técnicos;
4. Garantir adequação arquitetônica nos espaços físicos, mobiliário e equipamentos;
5. Flexibilizar os projetos pedagógicos de forma a atender a diversidade humana;
6. Incentivar o desenvolvimento de projetos, pesquisas e inovação na área da Tecnologia Assistiva;
7. Garantir os serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
8. Promover a capacitação de profissionais em LIBRAS;
9. Disponibilizar intérprete ou tradutor de Libras em palestras e eventos, sempre que houver necessidade;
10. Adequar os espaços aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
11. Garantir serviços de transporte acessíveis;

12. Promover a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da Instituição, garantindo o pleno acesso às informações disponíveis;
13. Promover eventos para sensibilizar a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer as relações humanas em respeito à diversidade e às diferenças entre as pessoas;
14. Informar a comunidade acadêmica sobre a legislação vigente que beneficia os alunos com necessidades específicas;
15. Oferecer assessoramento técnico-pedagógico aos professores e coordenadores, para elaboração de um atendimento adequado às atividades individuais do aluno;
16. Oferecer apoio didático-pedagógico aos estudantes com necessidades específicas;
17. Disponibilizar apoio multiprofissional aos estudantes com necessidades específicas;
18. Realizar parcerias com outros organismos e instituições para implementar ações de inclusão;
19. Participar e promover eventos sobre educação inclusiva;
20. Apoiar estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

5.4. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

5.4.1. Concepção

Organizações estudantis – entidades representativas, cujos membros são eleitos por seus pares – incentivam a participação e o exercício da cidadania. Em cada Campus, o IFAL disponibiliza espaço físico adequado ao desenvolvimento das ações de interesse do corpo discente, viabilizando a interação entre os alunos e seus representantes.

5.4.2. Princípios

Os princípios norteadores da organização estudantil no IFAL são:

a. Respeito à autonomia

Preservar a autonomia estudantil no desenvolvimento das ações que perpassam os interesses da coletividade estudantil

b. Garantia da representatividade

Garantir a participação estudantil nas instâncias deliberativas ou consultivas da Instituição.

c. Incentivo à liderança

Estimular uma liderança participativa, em que as decisões são tomadas após debate e em conjunto.

d. Estímulo ao exercício da cidadania

Envolver os estudantes nas ações institucionais, garantindo o seu direito a voz.

5.4.3. Regulamentação

A organização estudantil se estrutura em entidades autônomas, cujo funcionamento é definido pelos estudantes e regulamentado por meio de Estatuto próprio.

5.4.4. Formas de organização

Os alunos do IFAL estão organizados no:

1. Grêmio Estudantil: representa os discentes do nível médio, de cada Campus.
2. Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA): representa os alunos do curso superior de cada Campus.
3. Diretório Central dos Estudantes (DCE): representa todos os alunos do IFAL.

5.4.5. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da organização estudantil no IFAL são:

1. Disponibilizar espaço físico adequado ao desenvolvimento das ações de interesse do corpo discente, viabilizando a interação entre os alunos e seus representantes.
2. Apoiar a promoção das atividades culturais.
3. Incentivar as ações de integração e recepção de calouros.
4. Apoiar a promoção das atividades esportivas.
5. Estimular e apoiar a participação estudantil nas instâncias deliberativas ou consultivas.
6. Divulgar os espaços institucionais de debates e publicizar as informações.

VI. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

6.1. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1.1. Concepção

A autoavaliação institucional destina-se a avaliar as funções do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, enfocando os processos pedagógicos, científicos, sociais, técnicos e administrativos que se estabelecem por meio das relações sociais constitutivas da dinâmica do IFAL.

Por meio dos resultados da autoavaliação institucional, deve ser analisada a coerência entre o que a Instituição faz e o que ela se propõe a fazer, considerada sua missão e suas finalidades. Objetiva ainda traçar um panorama da qualidade dos cursos oferecidos, visando tomar decisões que promovam o aperfeiçoamento da Instituição.

6.1.2. Princípios

Os princípios norteadores da autoavaliação institucional no IFAL em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Envolvimento e comprometimento da comunidade

O processo de autoavaliação institucional pressupõe o envolvimento e o comprometimento de todos os segmentos da comunidade com a qualidade da educação oferecida pelo Instituto. Nesse sentido, desenvolver um processo avaliativo é assumir a democracia institucional, a liberdade nas ações e a ética no fazer.

b. Postura crítica

O processo de autoavaliação institucional pressupõe postura crítica diante daquilo que a instituição é, do que ela representa e,

principalmente, do que ela faz para cumprir sua missão, para que, mediante o cenário de avaliação pretendida, reformule seu caminhar e aperfeiçoe seus processos.

c. Reflexão das ações

O processo de autoavaliação institucional pressupõe a reflexão sobre todas as ações administrativas e acadêmicas praticadas, de modo a atuar como elemento propulsor de medidas capazes de acertar os rumos, impulsionando a Instituição para a obtenção de seus objetivos.

d. Direcionadores Estratégicos

Tomando como referência os objetivos estratégicos estabelecidos para o quinquênio do PDI, a autoavaliação institucional do IFAL busca assegurar o cumprimento de sua missão institucional, por meio do acompanhamento e da aplicação de medidas corretivas, quando necessárias.

e. Melhoria da qualidade dos cursos

O processo de autoavaliação institucional tem como princípio a avaliação contínua dos cursos ofertados, objetivando a melhoria constante do ensino oferecido, em sintonia com os sistemas nacionais de avaliação da Educação – SINAES e SAEB.

f. Orientação da oferta de vagas e cursos

Os resultados advindos da autoavaliação institucional são elementos orientadores da oferta de vagas e cursos, de modo a permitir o cumprimento da qualidade exigida pela Instituição, bem como o atendimento das demandas da sociedade.

g. Processo avaliativo contínuo e permanente

A autoavaliação no IFAL se caracteriza por ser um processo permanente e retroalimentado, cujo resultado é um contínuo repensar dos fins e propósitos da Instituição, como uma espécie de retrato ininterrupto, que

assume o papel de peça-chave no planejamento e na gestão institucional.

6.1.3. Regulamentação

Resolução nº 21/CS/2010, que institui a Comissão Própria de Avaliação no IFAL.

6.1.4. Diretrizes

As diretrizes norteadoras dos princípios da autoavaliação institucional no IFAL, em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas, são:

1. Aumento permanente da eficácia institucional.
2. Efetividade acadêmica e social.
3. Promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.
4. Validação do cumprimento da missão, desenvolvimento da visão, obtenção dos objetivos da Instituição.
5. Promoção dos valores democráticos.
6. Respeito à diferença e à diversidade.
7. Afirmação da autonomia e da identidade institucional.

6.1.5. Dimensões e indicadores

As dimensões e indicadores que devem orientar a autoavaliação institucional são:

a. Dimensão 1: Gestão de pessoas

- Indicador 1 – Criação e/ou estabelecimento de ações para o incentivo da participação de servidores, docentes e técnicos-administrativos, em cursos de capacitação e eventos.
- Indicador 2 – Formação Acadêmica: criação e/ou estabelecimento de procedimentos para qualificação; promoção de ações que motivem os servidores a buscar níveis mais elevados de educação formal; incentivo dos servidores à qualificação acadêmica, e constante

atualização de servidores qualificados ou em processo de qualificação.

b. Dimensão 2: Gestão organizacional

- Indicador 3 – Atendimento aos Cursos Ofertados: quantidade e qualificação do pessoal técnico e de apoio em relação às exigências dos cursos.
- Indicador 4 – Material de consumo: existência de suprimento contínuo de materiais necessários à manutenção das atividades dos cursos e da Instituição.
- Indicador 5 – Coordenação: qualificação, tempo dedicado e experiência profissional dos coordenadores, compatíveis com as necessidades dos cursos e da Instituição.
- Indicador 6 – Orientação: orientação dos alunos em relação ao seu desempenho, matrícula, planejamento acadêmico e trabalhos de conclusão dos cursos.
- Indicador 7 – Comunicação: divulgação adequada, rápida e transparente das informações no IFAL.
- Indicador 8 – Atualização: hábito de as comunidades interna e externa acessarem o site do IFAL para se atualizar sobre as informações da Instituição.
- Indicador 9 – Relações com entidades públicas e privadas: parcerias em prol da sociedade e comunidade acadêmica.
- Indicador 10 – Desenvolvimento social: ações de ordem democrática e social, promovendo o desenvolvimento da cidadania.
- Indicador 11 – Representatividade regional: envolvimento em projetos de cunho social e ambiental.

c. Dimensão 3: Instalações

- Indicador 12 – Equipamentos didáticos: retroprojetores, TVs, aparelhos de som, data show, equipamentos necessários à realização dos cursos.
- Indicador 13 – Equipamentos científicos: computadores e

equipamentos necessários à realização das atividades práticas dos cursos.

- Indicador 14 – Conservação do prédio: limpeza, mobiliário, iluminação, isolamento acústico, refrigeração ou aquecimento.
- Indicador 15 – Salas de aula: adequação do número de salas existentes e sua capacidade às necessidades dos cursos.
- Indicador 16 – Laboratórios: adequação do número de laboratórios e sua capacidade (área, capacidade total e instalações) às normas técnicas vigentes e às necessidades dos cursos.
- Indicador 17 – Recursos de informática: horário e facilidade de acesso dos estudantes e professores a equipamentos.
- Indicador 18 – Softwares: softwares adequados às necessidades das disciplinas e atividades de laboratório.
- Indicador 19 – Manutenção: pessoal especializado na montagem e manutenção de equipamentos acadêmicos e de laboratório.
- Indicador 20 – Adequação das instalações às necessidades da Instituição: áreas de circulação, de lazer, sanitários, cantinas e/ou restaurantes, área de convivência estudantil.

6.1.6. Comissão Própria de Avaliação – CPA

Cabe à Comissão Própria de Avaliação conduzir os processos de avaliação institucional. Com atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais colegiados, a CPA tem como princípio e finalidade contribuir para a melhoria contínua da Instituição em todos os seus aspectos. Entretanto, não basta a CPA levantar as deficiências, problemas e carências da Instituição. É importante identificar, também, suas causas, explicitar possibilidades reais para sua superação e estabelecer ações e meios adequados para a transformação desejada. Qualidades e pontos fortes também devem ser identificados.

A CPA deve propor a metodologia da avaliação, implementar o processo de avaliação, sistematizar seus resultados e elaborar o relatório final, para subsidiar o planejamento administrativo-acadêmico do IFAL. A CPA deve ser composta por representantes do corpo docente, do corpo discente, de técnico-

administrativos e de setores da sociedade civil organizada, selecionados entre todos os Campi, devendo ser instituída por meio de Resolução do Conselho Superior.

6.1.7. Regulamentação

Resolução nº 21/CS/2010.

Todas as atribuições e responsabilidades, assim como as formas de funcionamento da CPA, encontram-se descritas nas *Diretrizes de Funcionamento e Composição da Comissão Própria de Avaliação*.

6.1.8. Utilização dos resultados

A autoavaliação institucional deve analisar, de forma permanente, todas as dimensões deste PDI e seus resultados devem ser formalmente apresentados a cada 5 (cinco) anos, na reedição do PDI.

As informações obtidas na autoavaliação institucional devem ser utilizadas para verificar a eficácia e sua efetividade acadêmica e social, para orientar as políticas acadêmicas e de gestão, e para diagnosticar a realidade dos cursos e a da própria Instituição. Na forma de relatórios, esses resultados devem ser utilizados como instrumento de gestão, de modo a apontar novos rumos ao IFAL e reformular o PDI, quando necessário.

A discussão e análise dos resultados, satisfatórios ou não, da autoavaliação institucional devem envolver a comunidade organizada em subcomissões da CPA nos Campi, de modo a identificar fragilidades, propor caminhos, indicadores, estratégias, orçamentos e prazos para alcançar os resultados desejados. A conclusão desse estudo deve ser socializada entre a comunidade do IFAL, de modo que a equipe de gestão do Campus possa definir estratégias para solucionar as questões apresentadas, além de dar visibilidade ao andamento das ações propostas, garantindo, assim, que as informações levantadas sejam incorporadas ao planejamento institucional.

6.2. AVALIAÇÃO DE CURSOS

6.2.1. Concepção

Tendo o IFAL por missão promover educação de excelência e objetivando consolidar-se como referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, a avaliação contínua dos cursos oferecidos e o estudo para a implementação de novos cursos tornam-se fundamentais.

Acrescenta-se a esse cenário a necessidade de verticalização do ensino, com a inclusão de novos cursos de graduação e pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, além da avaliação dos cursos já existentes e de sua adequação ao mundo do trabalho e às necessidades da população no atual contexto socioeconômico das regiões atendidas pelo IFAL.

6.2.2. Princípios

Os princípios norteadores da autoavaliação de cursos, em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas do IFAL são:

a. Transparência e publicização de resultados

A avaliação de cursos deve propiciar a todos o direito de receber informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvada aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. A publicidade, portanto, tem o condão de evidenciar a objetivação da aplicação dos princípios constitucionais, dando a necessária noção de transparência na condução da gestão pública exigida pela sociedade.

b. Garantia de confidencialidade e sigilo

A avaliação de curso deve assegurar o sigilo das informações consideradas confidenciais. Os avaliadores devem manter uma conduta

ética, não podendo utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, ou em benefício de terceiros.

c. Aproveitamento dos resultados para correção de rumos

Como a avaliação de curso aponta os avanços obtidos e as dificuldades enfrentadas, em termos quantitativos e qualitativos, torna-se elemento essencial no processo contínuo de planejamento de ações.

d. Ampla participação

A avaliação de curso garante a participação democrática e isonômica de todos os segmentos da comunidade acadêmica, e assegura a presença de representantes da sociedade civil organizada.

e. Comprometimento da gestão

A gestão se compromete a promover a avaliação dos cursos como processo permanente e contínuo, mantendo-se isenta e disponibilizando os meios para sua realização, bem como assumindo a responsabilidade pela implementação das ações de melhoria apontadas como necessárias ao longo do processo.

f. Gerenciamento

Sob o acompanhamento da Pró-reitoria de Ensino (PROEN), a operacionalização da autoavaliação dos cursos fica sob a responsabilidade da Coordenação do curso, cabendo a ela sensibilizar e motivar a comunidade acadêmica, de modo a buscar o envolvimento com o processo de avaliação, de modo a receber subsídios para os ajustes que levem à melhoria constante da qualidade. Anualmente, a PROEN realiza a avaliação de ingressantes e egressos, como mecanismo de monitoramento da qualidade de cada curso ofertado.

6.2.3. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da avaliação de

cursos no IFAL são:

1. Solicitar o reconhecimento e a renovação dos cursos nos prazos estabelecidos pelo MEC/INEP, de acordo com *Portaria Normativa MEC 40* de 29 de dezembro de 2010;
2. Analisar os resultados das avaliações *in loco* realizadas pelo INEP;
3. Criar comissões de avaliadores *ad hoc* para análise dos cursos antes das avaliações *in loco* realizadas pelo INEP;
4. Aplicar formulários de autoavaliação nos cursos;
5. Analisar os relatórios da CPA.

6.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

6.3.1. Concepção

A proposta de avaliação da aprendizagem no IFAL é realizada em função dos objetivos expressos nos planos de cursos, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais do aluno, apresentando-se em três momentos avaliativos: diagnóstico, formativo e somativo, além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

a. Avaliação diagnóstica

Define estratégias para detectar os conhecimentos prévios dos alunos, em função do planejamento do professor, para que este possa estruturar e adequar as suas atividades, ao longo do curso, às necessidades de aprendizagem dos alunos.

b. Avaliação formativa

Ajusta, constantemente, o processo de ensino e o de aprendizagem para adequar-se à evolução dos alunos, a fim de orientar as ações educativas, de acordo com o que é detectado na prática, mediante a observação contínua e permanente.

c. Avaliação somativa

Reconhece, quantitativamente, se os alunos alcançaram os resultados esperados, por meio dos mais variados instrumentos de avaliação (provas, trabalhos, pesquisas, projetos, TCC, prática profissional etc.). Na autoavaliação, o aluno analisa junto ao professor os êxitos e fracassos do processo ensino e aprendizagem, observando o material didático, a metodologia e o seu próprio desempenho.

Esse entendimento confluí na ideia da necessidade de se estabelecerem estratégias na formação do desempenho do aluno, para o desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes, ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, é necessário adotar parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos alunos, como forma de relacionar os aspectos cognitivos a outros aspectos, emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, devem ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem dos alunos em dificuldade de acompanhamento de estudos, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que estes avancem sempre junto aos demais, procurando evitar a reaprovação e/ou exclusão.

Em síntese, a avaliação de aprendizagem deve ser uma estratégia pedagógica substancialmente voltada para o direito de aprender. Aprender implica esforço reconstrutivo político que privilegia atividades de pesquisa e elaboração própria, habilidades de argumentação e autonomia, saber pensar, crítica e autocriticamente, produção de textos e materiais inteligentes, com participação ativa. Enfim, o processo de avaliação de aprendizagem do IFAL, coerente com o que propugna seu PPI, estabelece estratégias pedagógicas que assegurem uma prática avaliativa a serviço de uma ação democrática, por meio de instrumentos e técnicas que concretizem resultados em benefício do processo ensino e aprendizagem – prova escrita e oral; observação; autoavaliação; trabalhos individuais e em grupo; portfólio; projetos e conselho de classe, sobrepondo-se este como espaço privilegiado de avaliação coletiva. O

Conselho é, por excelência, espaço dialético com enorme potencial pedagógico e guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola, objetivando avaliar o seu processo de ensino e de aprendizagem.

6.3.2. Princípios

Os princípios norteadores da avaliação do desempenho discente em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas do IFAL são:

a. Ação de transformação e promoção social

A avaliação da aprendizagem escolar deve ser pensada enquanto ação de transformação e de promoção social dos alunos. Por isso, exige constante reflexão a respeito de que e de quem ela está a serviço. O processo avaliativo é, antes de tudo, uma questão política, uma vez que reflete determinada concepção de homem, de educação e de sociedade.

b. Perspectiva emancipatória e democrática

A avaliação da aprendizagem escolar deve preconizar uma perspectiva emancipatória e democrática, o que pressupõe a conversão dos métodos avaliativos tradicionais em métodos investigativos capazes de indicar alternativas de superação das dificuldades existentes e possibilidades de intervenções pedagógicas.

c. Processo contínuo

A aprendizagem, em um processo avaliativo contínuo, não acontece de forma pontual, estática, mas em constante movimento. A avaliação contínua e cumulativa deve priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e a evolução processual da aprendizagem, isto é, o desempenho do aluno ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou um trabalho no final do processo.

d. Recuperação contínua da aprendizagem

A adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos alunos é necessária, como forma de relacionar aos aspectos cognitivos,

os emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, devem ser viabilizados os meios e estabelecidas as estratégias que promovam a recuperação contínua da aprendizagem dos alunos que apresentam baixo rendimento por meio de técnicas e instrumentos de avaliação variados, de forma que estes avancem sempre junto aos demais, procurando evitar sua retenção e/ou exclusão.

e. Direito de aprender

A avaliação da aprendizagem deve ser uma estratégia pedagógica substancialmente voltada para o direito de aprender, o que implica esforço reconstrutivo político, que privilegia atividades de pesquisa e elaboração próprias, habilidades de argumentação, autonomia e criticidade.

f. Diversidade de instrumentos

Devem ser utilizados instrumentos e estratégias diversificadas para avaliar o desempenho discente, tais como prova individual, em dupla e/ou em grupo, com consulta, oral, debate, painel, trabalho individual, trabalho em grupo, seminário, autoavaliação, observação, pesquisas, projetos, TCC, prática profissional entre outros.

g. Decisões colegiadas

O Conselho de Classe caracteriza-se como colegiado que contribui para a melhoria da qualidade do processo educativo. Trata-se de um espaço dialético com grande potencial pedagógico, que possibilita a articulação dos diversos segmentos que compõem a Instituição, com o objetivo de avaliar o processo de ensino e aprendizagem, adquirindo um papel relevante em prol de uma educação/avaliação inclusiva.

6.3.3. Regulamentação

Portaria nº 424/GR, de 15 de abril de 2010.

6.3.4. Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da avaliação do desempenho discente no IFAL são:

1. Assegurar práticas avaliativas emancipatórias, como instrumentos de diagnóstico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, tendo como pressupostos o diálogo e a pesquisa;
2. Assegurar a consistência entre os processos de avaliação e a aprendizagem pretendida, através da utilização de formas e instrumentos diversificados, de acordo com a natureza dessa aprendizagem e dos contextos em que ocorrem;
3. Assegurar as formas de participação dos alunos como construtores de sua aprendizagem;
4. Assegurar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
5. Assegurar estudos de recuperação paralela ao período letivo, em todos os cursos ofertados;
6. Diagnosticar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem, para possível redimensionamento das práticas educativas;
7. Diagnosticar as deficiências da organização do processo de ensino, possibilitando reformulação para corrigi-lo;
8. Adotar transparência no processo de avaliação, explicitando os critérios (o que, como e para quê avaliar) numa perspectiva conjunta e interativa, para alunos e professores;
9. Garantir a primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos (cognitivo, psicomotor, afetivo) e as funções (reflexiva e crítica), como caráter dialógico e emancipatório;
10. Assegurar o Conselho de Classe como fórum permanente de análise, discussão e decisão para o acompanhamento dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem;
11. Desenvolver um processo mútuo de avaliação docente/discente como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem.

6.4. AVALIAÇÃO DE SERVIDORES DOCENTES

6.4.1. Concepção

A avaliação, que vem do francês *évaluer*, que significa “definir o valor de”, deve ser entendida como uma ação constante e definitiva em todas as atividades e relações. No âmbito escolar, a avaliação deve ser conscientemente vinculada à concepção de mundo, de sociedade e de ensino que a Instituição demanda, permeando toda a prática pedagógica e as decisões metodológicas. Nesse sentido, o aluno, o professor e a Instituição devem estar inseridos no processo avaliativo como parte das variáveis. Diante disso, as práticas docentes dependem de permanente avaliação, autocrítica e audição de todos os segmentos que compõem a Instituição.

6.4.2. Indicadores

Os indicadores que norteiam a avaliação de servidores docentes no IFAL são:

a. Assiduidade

Cumprimento das horas/aula e/ou outras atividades relacionadas ao Instituto. Essa avaliação, atualmente, é feita pela Diretoria de Gestão de Pessoas do Instituto – DGP.

b. Responsabilidade

Cumprimento de prazos de tarefas pedagógicas e/ou outras delegadas pela Instituição, tais como entrega dos resultados das avaliações de aprendizagem, orientação e acompanhamento de monitores, avaliação de relatório de alunos estagiários e acompanhamento de alunos nas visitas às empresas. Essa avaliação, atualmente, é feita pela chefia imediata do docente.

c. Qualificação profissional

Participação do docente em cursos de pós-graduação lato ou stricto sensu, cursos de aperfeiçoamento e atualização. Essa avaliação, atualmente, é feita pela CPPD.

d. Produção e experiência profissional

Produção acadêmica do docente, tal como produção científica, técnica ou artística; envolvimento em atividade de pesquisa, extensão e gestão, conforme regulamentação interna. Essa avaliação, atualmente, é feita pela chefia imediata do docente.

e. Descontos e penalidades

Registros decorrentes de pena disciplinar. Essa avaliação, atualmente, é feita pelo coordenador de gestão de pessoas do Campus.

Ao longo do período de vigência do presente PDI, será considerada, ainda, uma avaliação do docente por seus alunos.

6.4.3. Regulamentação

No IFAL, a Comissão Permanente de Pessoal Docente é a responsável por acompanhar os processos de progressão e promoção e está regulamentada pela Resolução nº 02/CS, DE 18 de fevereiro de 2011.

6.4.4. Ações

Para que as práticas pedagógicas possam ser avaliadas, fazem-se necessárias as seguintes ações:

1. Desenvolver um processo mútuo de avaliação docente/discente como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem;
2. Definir instrumentos e procedimentos de avaliação da ação docente em cada disciplina pelos alunos e de autoavaliação discente;

3. Definir instrumentos e procedimentos de autoavaliação docente a partir dos mesmos indicadores que compõem o instrumento de avaliação utilizado pelo aluno, considerando aspectos relacionados às suas práticas pedagógicas nas disciplinas;
4. Definir instrumentos e procedimentos de avaliação pelos docentes da participação de cada uma de suas turmas;
5. Subsidiar a revisão e ajustes das metas e ações do Instituto, num contínuo processo de aperfeiçoamento;
6. Publicizar os resultados obtidos na avaliação para subsidiar ações de melhoria, ampliando, ainda mais, a qualidade do ensino e, consequentemente, o aprimoramento do IFAL;
7. Publicizar os resultados obtidos na avaliação para subsidiar o aprimoramento do docente, permitindo que ele conheça aspectos de sua prática que podem ser aperfeiçoados.

6.5. AVALIAÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

6.5.1. Concepção

A avaliação de desempenho possui um ciclo que comprehende um período de 18 meses, e busca analisar o técnico-administrativo no exercício de suas funções, responsabilidades e práticas, bem como resultados alcançados. Esta é realizada por meio de um instrumento próprio que comprehende a dimensão individual do servidor e a dimensão institucional.

A dimensão individual envolve a autoavaliação do servidor e a da chefia imediata. A dimensão institucional possui apenas um nível de avaliação, envolvendo a equipe, a chefia imediata e os usuários do serviço. O servidor, por sua vez, avalia a Instituição, por meio de instrumento em que baliza suas condições de trabalho.

6.5.2. Indicadores

Os indicadores da avaliação de desempenho individual no IFAL são:

a. Condições de trabalho

O técnico-administrativo avalia as condições de trabalho, com observância à adequação de materiais de consumo e permanente; ao ambiente físico; à disponibilidade de materiais de consumo, permanentes e de recursos humanos; e às diretrizes da unidade de trabalho.

b. Trabalho em equipe

O técnico-administrativo avalia sua equipe de trabalho, com observância ao alinhamento das diretrizes; ao compromisso com os resultados; à cooperação dos membros; à pontualidade e à assiduidade; e ao relacionamento interpessoal.

c. Autoavaliação

O técnico-administrativo se autoavalia, com observância às questões de atuação integrada; ao compromisso; à comunicação; ao desenvolvimento de pessoas, profissional e pessoal; à energia no trabalho; à flexibilidade; à gestão das condições de trabalho e recursos; à liderança; ao planejamento e organização; e ao relacionamento pessoal.

d. Avaliação da chefia

O técnico-administrativo avalia sua chefia imediata, com observância às questões de atuação integrada; ao compromisso; à comunicação; ao desenvolvimento de pessoas, profissional e pessoal; à energia no trabalho; à flexibilidade; à gestão das condições de trabalho e recursos; à liderança; ao planejamento e organização; e ao relacionamento pessoal.

e. Avaliação pela chefia

A chefia imediata avalia o técnico-administrativo com observação aos seguintes critérios: atuação integrada; compromisso; desenvolvimento

pessoal, profissional e de pessoas; flexibilidade; planejamento; comunicação; organização; relacionamento pessoal; gestão de recursos e das condições de trabalho.

6.5.3. Regulamentação

No IFAL, a Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas é a responsável por acompanhar os processos de avaliação de desempenho, estando regulamentada pela Resolução nº 09/CS, de 2 de setembro de 2009.

6.5.4. Ações

Para que a avaliação produza os resultados esperados, fazem-se necessárias as seguintes ações:

1. Desenvolver um processo mútuo de avaliação que envolva os técnico-administrativos, os docente e os discente, como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do serviço prestado;
2. Subsidiar a revisão e os ajustes dos formulários de avaliação dos técnicos-administrativos, num contínuo processo de aperfeiçoamento;
3. Publicizar os resultados obtidos na avaliação, para subsidiar ações de melhoria, ampliando, ainda mais, a qualidade do serviço e, consequentemente, o aprimoramento do IFAL;
4. Publicizar os resultados obtidos na avaliação, para subsidiar o aprimoramento do técnico-administrativo, permitindo que ele conheça aspectos de sua prática que podem ser aperfeiçoados.

6.6. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

6.6.1. Concepção

A avaliação das atividades de pesquisa e inovação, assim como as de divulgação científica, envolve o desempenho acadêmico dos grupos de pesquisa, os programas de iniciação científica, a atuação da comissão de ética, a avaliação anual da produção acadêmica dos pesquisadores, a avaliação do desempenho de docentes em processo de qualificação, a avaliação dos trabalhos científicos submetidos à revista *Educte*, e a avaliação qualitativa de projetos de pesquisa que tenham comprovado impacto social.

6.6.2. Critérios

Os critérios norteadores da avaliação das atividades de pesquisa, inovação e de divulgação científica em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas do IFAL são:

a. Grupos de pesquisa

Os grupos de pesquisa certificados pela Instituição junto ao CNPq são avaliados com base em regulamento específico, aprovado pelo Conselho Superior.

b. Iniciação científica

Os programas de iniciação científica são submetidos a avaliações semestral e anual, obedecendo a critérios e a formato previstos nos editais de seleção e em regulamentação específica.

c. Produtividade acadêmica

A avaliação da produtividade acadêmica dos servidores ocorre anualmente, levando-se em consideração parâmetros tradicionais de avaliação de produtividade, como publicação de artigos científicos em periódicos, de livros ou capítulos de livros, propriedade intelectual,

participação em eventos e banca de pós-graduação, e orientação de alunos.

d. Desempenho de servidores em qualificação

O desempenho de servidores em processo de qualificação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado), beneficiados por programa de incentivo institucional à pós-graduação, no âmbito da PRPI, é avaliado a partir de critérios estabelecidos em regulamento específico.

e. Avaliação qualitativa de projetos

Na avaliação qualitativa de projetos de pesquisa que tenham comprovado impacto social – no que concerne tanto à seleção de propostas quanto à alocação de recursos – são utilizados parâmetros específicos, capazes de caracterizar e valorar o potencial do projeto, em termos de geração de novas tecnologias, produtos e serviços.

6.6.3. Regulamentação

As atividades de pesquisa e inovação são acompanhadas por comitês regidos por regulamentos aprovados pelo Conselho Superior, e avaliadas a partir de diretrizes claras e amplamente divulgadas. Sempre que necessário, o Comitê de Ética do IFAL realiza a análise de projetos de pesquisa que envolvam a utilização de seres vivos.

6.7. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

6.7.1. Concepção

Os mecanismos avaliativos das atividades de extensão envolvem a avaliação dos programas, projetos, cursos e eventos extensionistas, do ponto de vista dos coordenadores e do público participante, além da avaliação das condições

do estágio e das organizações ofertantes, mediante instrumentos próprios padronizados para o IFAL.

6.7.2. Princípios

Os princípios norteadores da avaliação das atividades de extensão no IFAL são:

a. Envolvimento com a comunidade externa

As ações extensionistas do IFAL preconizam o envolvimento da comunidade acadêmica – servidores e alunos – com a comunidade externa, de modo a viabilizar a desejável troca de saberes entre as duas comunidades, e a permitir que o saber científico e tecnológico produzido na Instituição se reverta em real benefício das comunidades atendidas.

b. Sintonia com a realidade local ou regional

O desenvolvimento das ações extensionistas deve se apresentar em sintonia estreita com os problemas a serem enfrentados pelas populações do entorno, na perspectiva de oferecer oportunidade de superação e melhoria das condições de vida.

c. Integração com o ensino e a pesquisa

Ao longo de todo o seu desenvolvimento, as ações extensionistas devem manter estreita vinculação com os cursos oferecidos pelo IFAL e com as pesquisas desenvolvidas, traduzindo-se como vetor diferenciado de enriquecimento da formação acadêmica dos alunos.

d. Acompanhamento constante

As ações de extensão, em conformidade com a regulamentação interna do IFAL, são acompanhadas pela Pró-Reitoria de Extensão e pela Coordenação de Extensão de cada Campus, por meio de relatórios e reuniões periódicas com as equipes que compõem as ações, o que permite a detecção prematura de problemas e a correção de rumo, sempre que

necessário. O acompanhamento constante é elemento fundamental para a garantia da fidelidade aos princípios que regem a extensão.

6.7.3. Regulamentação

Resolução nº 10/CS/2011.

6.7.4. Ações

As ações que devem viabilizar a avaliação das atividades de extensão no IFAL são:

1. Consolidar a exigência de relatórios dos programas, projetos, cursos e eventos realizados, de modo a verificar a necessidade de adequações e implementos, com vistas à otimização dos processos e seus resultados;
2. Realizar a Mostra Anual de Extensão, como forma de consolidar a avaliação das ações do instituto;
3. Realizar reuniões periódicas da Pró-reitoria de Extensão com os coordenadores de extensão dos Campi, com os coordenadores de programas e projetos, e com os alunos bolsistas;
4. Consolidar a prática da apresentação de relatório de estágio;
5. Realizar pesquisa com os segmentos da comunidade acadêmica, a fim de verificar o grau de satisfação no desenvolvimento das ações, bem como a necessidade de adequações;
6. Realizar pesquisa com as comunidades envolvidas para conhecer o grau de satisfação com as ações extensionistas;
7. Implantar um sistema de registro, gerenciamento e acompanhamento das ações de extensão;
8. Realizar visitas para acompanhamento do desenvolvimento das ações de extensão.

6.8. AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

6.8.1. Concepção

O monitoramento e avaliação sistemáticos, além de permitir obter indicadores que revelam se as metas traçadas pela Instituição foram atingidas, possibilitam a identificação das causas de insucesso, viabilizando correções e adaptações.

6.8.2. Princípios

Os princípios norteadores da avaliação da Assistência Estudantil no IFAL são:

a. Transparência das ações

Garantia do acesso às informações públicas e divulgação das ações institucionais

b. Autoavaliação

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados pela AE

c. Avaliação contínua

Foco no desenvolvimento de ações preventivas e correção das lacunas identificadas.

6.8.3. Ações

Para viabilizar a avaliação da Assistência Estudantil [AE], em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas do IFAL, estão previstas as seguintes ações:

1. Implantar um Núcleo de Estudos da Assistência Estudantil (NEAE) na DPE, com a função de coletar e analisar as informações dos programas de AE;
2. Criar instrumentos de avaliação das ações da AE, a serem aplicados junto a alunos e profissionais;
3. Definir indicadores de acompanhamento dos alunos e seus familiares, por área de atuação profissional, para subsidiar o planejamento estratégico e o direcionamento das atividades-fim da AE;

4. Realizar pesquisas periódicas visando à identificação dos motivos da evasão escolar, para que a Assistência Estudantil possa atuar de forma direcionada e preventiva.

6.9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

6.9.1. Concepção

Como o espaço das relações socioeconômicas é dinâmico e se constitui um *locus* de constantes transformações, apontando para desafios no processo educacional e de formação, são necessárias ações de acompanhamento, na perspectiva de uma avaliação contínua em relação a sua efetividade e especialmente no efeito e no impacto que causam em seus beneficiários, ou seja, os egressos.

Por meio dos resultados da avaliação de egressos é possível analisar a eficácia dos cursos em relação à sua capacidade de favorecer a inserção e permanência do egresso no mercado de trabalho, objetivando a tomada de decisões, formulação de estratégias e aprimoramento da ação educacional da Instituição. Essa avaliação permite realizar o acompanhamento e oportunizar o desenvolvimento de vínculos acadêmicos e profissionais com os ex-alunos.

6.9.2. Princípios

Os princípios norteadores da avaliação de egressos de todos os níveis de ensino e modalidades educativas do IFAL são:

a. Insumo para a avaliação institucional

O processo de avaliação de egressos pressupõe conceber os ex-alunos como potencializadores da forma como a sociedade percebe e avalia os resultados das ações educacionais da Instituição sob o ponto de vista do processo educacional.

b. Insumo para a redefinição de políticas institucionais

O processo de avaliação de egressos pressupõe que as informações obtidas são imprescindíveis ao planejamento, definição e retroalimentação de políticas institucionais.

6.9.3. Ações

Para possibilitar a avaliação dos egressos, assim como para dar continuidade à relação entre eles e a Instituição, o IFAL busca desenvolver as seguintes ações:

1. Estabelecer um canal de comunicação permanente com o egresso por meio da criação do *Portal do Egresso do IFAL*;
2. Atualizar dados do egresso, com monitoramento de sua inserção no mercado de trabalho;
3. Oportunizar a participação do egresso na vida da Instituição;
4. Divulgar oportunidades de trabalho;
5. Estabelecer estratégias de ação para identificação de oportunidades de inserção do profissional egresso no mercado de trabalho regional e nacional;
6. Divulgar cursos e atividades do IFAL para seus egressos;
7. Veicular pesquisa de opinião sobre o curso por ele realizado;
8. Propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e atuação do profissional egresso da Instituição.

6.10. AVALIAÇÃO DO PDI

6.10.1. Concepção

Há duas perspectivas de avaliação do PDI: a primeira diz respeito à própria construção do Plano de Desenvolvimento Institucional, e a ele como resultado da interação entre os diferentes construtores; a segunda, como diretriz de ação e concretude da realidade institucional em momentos distintos, ou seja, o marco situacional, as ações a serem desenvolvidas na transformação desses marcos, e os resultados obtidos a partir de tais ações.

6.10.2. Princípios

Os princípios norteadores da avaliação do PDI do IFAL são:

a. Caráter público

Todas as propostas referentes à construção do PDI são discutidas publicamente, podendo ser tratadas por comissões, núcleos, coordenações ou outras possibilidades de atuação/intervenção.

b. Acompanhamento autônomo

O acompanhamento da implementação do PDI deve ser feito com autonomia, por comissões, núcleos, coordenações que podem estar ou não atrelados à CPA e/ou à PRDI, mas que devem ser independentes em relação à organização administrativa da Instituição.

6.10.3. Regulamentação

A avaliação institucional está regulamentada pela Resolução nº 21 do Conselho Superior, de 1º de julho de 2010, que institui a Comissão Própria de Avaliação no IFAL, no âmbito da qual acontece a avaliação do PDI.

6.10.4. Objetivo estratégico e indicadores

O objetivo estratégico relacionado à avaliação do PDI, assim como os indicadores que avalia, sua obtenção no IFAL, está apresentado a seguir.

2. Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação do alcance destes.

Implementar as ações decorrentes do mapa estratégico por meio de planos de ação táticos e operacionais nos Campi. Difundir as escolhas estratégicas e aperfeiçoar os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, assegurando continuidade e efetividade às ações do PDI 2014-

2018.

Áreas de impacto	Políticas de Avaliação
Indicadores	Políticas de Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de objetivos estratégicos alcançados
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporção de cumprimento de metas intermediárias

6.10.5. Ações

Para acompanhar a implementação do PDI são necessárias as seguintes ações:

1. Criar Comissões Locais nos diversos Campi para discussão do descriptivo do marco situacional, a fim de se configurar sua coerência com a realidade institucional constituída, assim como verificar a coerência das ações e mudanças previstas com a realidade interna nacional, local e institucional;
2. Criar Comissão Específica com conhecimento da realidade institucional e das políticas e normas nacionais, a fim de se conferir coerência entre as ações e mudanças previstas e a realidade externa nacional, local e institucional;
3. Criar Comissão de Acompanhamento da Implementação do PDI, com o propósito de verificar continuamente o cumprimento das metas e prazos estipulados.

VII. POLÍTICAS DE GESTÃO

7.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

7.1.1. Desdobramento dos objetivos estratégicos

Para cumprir sua missão, o IFAL estabeleceu, para o período de 2014 a 2018, um conjunto de objetivos estratégicos, que funcionam como elemento norteador para as Políticas de Gestão. Portanto, compete aos diferentes organismos gestores da Instituição, em todas as instâncias e níveis, a adoção de políticas e práticas que viabilizem a consecução de tais objetivos. Nesse sentido, o desdobramento dos objetivos estratégicos da Instituição – democrática e coletivamente definidos – permite vislumbrar os caminhos traçados pelo IFAL, como síntese de sua política de gestão para o quadriênio assinalado.

Os objetivos estratégicos do IFAL para o período de 2014 a 2018, devidamente desdobrados e detalhados, estão apresentados a seguir.

Quadro 4: Objetivos e indicadores estratégicos do IFAL 2014-2018.

1. AUMENTAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Captação de recursos.	Somatório dos recursos captados anualmente.	Recursos extra orçamentários: obtidos além dos determinados na Lei Orçamentária Anual. Isto ocorre através de descentralizações de crédito e recursos diretamente arrecadados.	Anual	Termos de Cooperação, SIMEC, SIAFI e SIPREC.	R\$ 7.700.000,00	PROEN, PROEX, PRPI e CAMPI.

2. DIFUNDIR E IMPLEMENTAR AÇÕES PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS EXPRESSOS NO MAPA ESTRATÉGICO, POR MEIO DE PLANOS DE AÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO ALCANCE DESTES.

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de objetivos estratégicos alcançados.	(número dos demais objetivos estratégicos alcançados / total dos demais objetivos estratégicos)	Objetivos estratégicos alcançados: número de objetivos estratégicos que foram alcançados no período de verificação. Considera-se como alcançado aquele objetivo que atinja, pelo menos, 70% de desempenho. O desempenho é calculado pela fórmula resultado/meta. Naqueles objetivos estratégicos que possuírem mais de um indicador os seus respectivos pesos serão definidos pela PRDI.	Anual	Sistema de Gerenciamento Estratégico do IFAL / Reuniões de Avaliação Estratégica	100%	Reitoria / PRDI

3. INSTITUIR E/OU CONSOLIDAR AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de Instâncias Colegiadas instituídas / número de instâncias colegiadas previstas	(número de instâncias colegiadas instituídas / número de instâncias colegiadas previstas) x 100	Instâncias colegiadas: previstas no regimento interno no PDI do IFAL.	Trimestral	Portarias / resoluções de criação	100%	Reitoria e Campi

4. IMPLEMENTAR SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO INSTITUCIONAL.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Índice de satisfação dos usuários com sistema.	Grau de satisfação dos usuários quanto à integração, ao funcionamento e à confiabilidade do sistema de apoio acadêmico e de gestão.	Grau de satisfação do usuário: o quanto o usuário está satisfeito com o sistema de gestão.	Anual	Pesquisa de Satisfação/DTI	70% satisfação dos usuários	PRDI
Proporção de módulos do sistema integrado implantados	(número de módulos implantados/número total de módulos) x 100	Demandas de módulos atendidas do sistema integrado	Anual	Relatório da DTI	100%	PRDI

5. CONSOLIDAR A EXPANSÃO DO IFAL PARA AMPLIAR A OFERTA DE SEUS SERVIÇOS.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de vagas em cursos presenciais e EAD ofertadas nos campi e polos.	(Números de vagas ofertadas nos Campi/polo /número potencial de vagas nos Campi/polos)	Número de vagas ofertadas: número de vagas que são oferecidas a cada processo seletivo nos diversos graus dos cursos regulares dos Campi e Polos. Número potencial de vagas: a capacidade dos Campi em comportar alunos, considerando todos os turnos de funcionamento, bem como os dias em que funcionem cursos a distância, menos a utilização pelos cursos FIC.	Anual	SISTEC e editais de seleção	100% por turno	PROEN E CAMPI
Relação Candidato por Vaga (RCV)	(Inscritos/Vagas Ofertadas)x100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC	Pegar no anuário	PROEN
Relação de Ingressos por	(Ingressantes/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	ANUAL	SISTEC	Pegar no anuário	PROEN

Matrícula Atendida (RIM)							
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	(Gastos Totais/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	ANUAL	SIAFI SISTEC	e	Pegar no anuário	PROAD
Número de Campi da Expansão Finalizados	Número de concluídos e Campi em funcionamento.	Número de Campi concluídos e em funcionamento.	Anual	PRDI	7	PRDI	

6. ADEQUAR A INFRAESTRUTURA DOS CAMPI PARA UMA OFERTA APROPRIADA DOS CURSOS						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Realização das demandas previstas no PDI	(Nº de demandas de infraestrutura realizadas no período / Nº de demandas de infraestrutura previstas para o período) x 100	Demandas de infraestrutura: adequações de infraestrutura previstas no PDI	Anual	Dados da DIEX e PRAP	100%	PRDI
Gastos com Outros Custeiros (Excluído Benefícios e Pasep) (GOC)	(Gastos com Outros Custeiros/Gastos Totais)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SIAFI		PROAD
Gastos com Investimentos (CGI)	(Gastos com Investimentos/Gastos Totais)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SIAFI		PROAD

7. PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS INSTITUCIONAIS.

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de execução do investimento em capacitação e qualificação.	(recursos orçamentários executado em qualificação / recursos orçamentários para qualificação)	Recursos orçamentários executado em qualificação: valor efetivamente executado do orçamento destinado à capacitação e qualificação.	Anual	Plano Interno - PI	100%	DGP
Proporção de servidores que participaram de cursos de capacitação.	(número de servidores que participaram de capacitação no exercício / total de servidores)	Cursos de capacitação: cursos de curta duração e que não oferecem titulação.	Anual	Relatório de T&D	70%	DGP
Proporção de servidores que participaram de cursos de qualificação (*)	(número de servidores com grau de titulação X no ano 2 – número de servidores com grau de titulação X no ano 1) / total de servidores com grau de titulação X no ano 1]	Cursos de qualificação: cursos que oferecem titulação.	Anual	DGP	D>PD: 1% M>D:10% G>M: 5% G>E: 2%	DGP
Titulação do Corpo Docente	(G*1 + A*2 + E*3 + M*4 +	Obs. Vide manual indicadores SISTEC	Anual	SISTEC	verificar	DGP

(TCD)	D*5)/(G+A+E+M+D)	Link : http://sitesistec.mec.gov.br			DGP	
Gastos com Pessoal (GCP)	(Gastos com Pessoal/Gastos Totais)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SIAFI	verificar DGP	DGP

(*) Obs.: Busca-se identificar o aumento da qualificação acadêmica dos servidores. Assim, deve-se medir o avanço do número de servidores graduados que se pós-graduam em cursos *latu sensu*; e/ou em mestre; e os que se pós-graduam em doutor.

**8. AMPLIAR A REDE DE RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES
OU ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS
E O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES DE COLABORAÇÃO.**

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) da rede.	Número de beneficiários	Beneficiários: participantes de ações que foram formalmente contabilizados. Serão considerados meios formais aqueles devidamente aprovados pelo IFAL	Anual	PROEX, PRPI e PROEN	40000	PROEX, PRPI e PROEN.
Nível de satisfação dos beneficiados em cada evento/projeto/ação.	Grau de satisfação dos beneficiados	Grau de satisfação: nível de satisfação da amostra de beneficiários formalmente contabilizados e que responderam à pesquisa específica.	Variável em função do tipo de ação	PROEX, PRPI e PROEN	No mínimo, 70% de satisfeito ou muito satisfeito.	PROEX PRPI PROEN

**9. AMPLIAR A REDE DE RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PRODUTIVO,
COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES DE COLABORAÇÃO.**

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Número de convênios firmados pelas ações da rede.	Número de convênios.	Convênios formalmente estabelecidos com vistas ao intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações de colaboração com o setor produtivo.	Semestral	PROEX, PRPI	30	PROEX, PRPI

**10. AMPLIAR A REDE DE RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO,
COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES DE COLABORAÇÃO.**

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Número de convênios firmados pelas ações da rede.	Número de convênios	Convênios formalmente estabelecidos com vistas ao intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações de colaboração com o setor público.	Semestral	PROEX, PRPI	10	PROEX, PRPI

11. IMPLEMENTAR AÇÕES QUE VISEM À DISSEMINAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO E DO EMPREENDEDORISMO.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Número de empreendimentos incubados graduados.	Número de empreendimentos incubados que se graduam.	Empreendimento graduado: empreendimento que completa o ciclo de incubação com qualificação.	Anual	PRPI/PROEX	5	PRPI
Número de empresas juniores em funcionamento	Número de empresas juniores	Empresa juniores formalmente estabelecida – associações constituídas por alunos matriculados em cursos de graduação e que desenvolvem serviços e produtos para o mercado, de acordo com a área de conhecimento ao qual estão vinculadas, sob a orientação de professores vinculados à Instituição de Ensino.	Anual	PRPI/PROEX	1 por ano	PROEX

12. INSTITUIR PRÁTICAS E DISSEMINAR A CULTURA DA SUSTENTABILIDADE.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Número de práticas com responsabilidade socioambiental adotadas pelo IFAL.	Número de práticas adotadas pelo IFAL	Prática adotada por cada um dos Campi e Reitoria. . (Ex. Matérias de consumo, Energia Elétrica, água e esgoto, Destinação de Resíduos, Qualidade de vida, Compras e contratações, Deslocamento de pessoal.	Semestral	PRDI	100	Reitoria e Campi
Número de ações de práticas socioambientais adotadas.	Número de ações implementadas.	Ações: capacitação, consultoria etc.	Semestral	PROEN / PRPI / PROEX	10	PROEN, PRPI, PROEX e Campi

13. INTEGRAR AS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO ATO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão.	(número de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e/ou extensão / total de discentes)/3	Discentes envolvidos em projeto de ensino, pesquisa e extensão: bolsistas ou voluntários.	Anual	PROEX/PRPI	8 %	PROEN/ PROEX / PRPI
Proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão e vice-versa.	(número de projetos de pesquisa transformados em projetos de extensão / total de projetos de pesquisa)	Proporção de projetos	Anual	PROEX	5%	PROEX
	(número de projetos de extensão transformados em projetos de pesquisa / total de projetos de extensão).			PRPI	10%	PRPI

Proporção de projetos de ensino que se transformam em projetos de pesquisa e vice e versa.		Proporção de projetos	Anual	PROEN	5%	PROEN
Proporção de projetos de ensino que se transformam em projetos de extensão e vice e versa.		Proporção de projetos	Anual	PROEN	5%	PROEN

14. ASSEGURAR AOS DISCENTES CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO COM ÉXITO.						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de Concluintes	Concluintes / matriculados x 100	Concluinte: aluno apto a colar grau	Anual	SIGAA	90%	PROEN
Proporção de Retenção	Retidos / matriculados x 100	Retidos: discentes que foram reprovados ou fizeram trancamento de matrícula.	Anual	SIGAA	10%	PROEN
Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	(Matrículas Atendidas/((20h*0,5)+40h+DE)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC/SIAPE	20/1 (médio) 18/1 (Superior)	PROEN
Matriculados Classificados de Acordo	(FaixasSM/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC	80 %	PROEN

com a Renda Familiar per Capita (MRF)						
Taxa de Retenção (=RFE)	(Retidos/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Conclusão (=RCM)	(Concluídos/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Evasão	(Matrículas Finalizadas Evadidas/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Reprovaçã o	(Reprovados/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Matrícula Continuad	(Matrículas Continuadas Regulares/Matrículas Atendidas)*100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN

a Regular						
Taxa de Matrícula Continuada a Retida	(Matrículas Continuadas Retidas/Matrículas Atendidas) x 100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Efetividade Acadêmica	(Concluídos no Prazo/Previstos) x 100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Saída com Êxito (=EAC)	(Concluídos/Matrículas Finalizados) x 100	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN
Taxa de Permanência e Êxito Regular	(Taxa de Conclusão + Taxa de Matrícula Continuada Regular)	Obs. Vide manual indicadores SISTEC Link : http://sitesistec.mec.gov.br	Anual	SISTEC		PROEN

15.CRIAR CONDIÇÕES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (PNE).						
Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de matrículas de PNE.	(número de PNE matriculados / número total de matriculas)	Pessoas com Necessidades Específicas: pessoas com deficiências, superdotados / altas habilidades ou com transtornos globais do desenvolvimento.	Anual	SIGAA	5%	PROEN e Campi
Proporção de PNE que concluem o curso.	(número de PNE concluintes / número total de PNE matriculadas)	Concluinte: aluno PNE apto a colar grau	Anual	SIGAA	90%	PROEN e Campi

16. GARANTIR A OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Proporção de cursos ofertados na modalidade a distância	(número de cursos a distância ofertados / total de cursos ofertados)	Número de cursos a distância ofertados em relação ao total de cursos ofertados	Anual	DIREAD	10%	PROEN
Taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância.	$[(\text{número de matrículas em cursos a distância no ano atual} - \text{número de matrículas em cursos a distância no ano anterior}) / \text{número de matrículas em cursos a distância no ano anterior}] * 100$	Relação entre o número de matrículas em cursos a distância no ano atual menos o número de matrículas em cursos a distância no ano anterior dividido pelo número de matrículas em cursos a distância no ano anterior	Anual	DIREAD	30%	PROEN

17. INCREMENTAR O NÚMERO DE VAGAS NOS CURSOS OFERECIDOS PELO IFAL, SENDO PARTE DAS NOVAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte de Verificação	Meta Final	Responsável
Taxa de crescimento do número de vagas.	[(número de vagas no ano atual – número de vagas no ano anterior) / número de vagas do ano anterior]*100	Considerar apenas vagas presenciais	Anual	PROEN	25%	PROEN e Campi
Números de vagas ofertadas para PNE.	números de vagas ofertadas para PNE.	PNE: Portadores de Necessidades Especiais.	Anual	PROEN	250	PROEN e Campi

Fonte: IFAL

7.2. AUTONOMIA DO IFAL

7.2.1. Concepção

A Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Tecnologia, define sua natureza jurídica como autarquia, ou seja, instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Segundo artigo 5º do *Decreto-Lei 200/1967*, os Institutos constituem “serviço autônomo, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

O IFAL, como membro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, está diretamente ligado ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). No âmbito de sua atuação, exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, tendo autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos, mediante autorização de seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

O IFAL tem o dever de prestar contas – anualmente, em seu balanço, ou sempre que requerido – ao MPOG, MEC e demais órgãos competentes. Deve, ainda, prestar as informações solicitadas nos sistemas do MEC, assim como responder às avaliações por ele solicitadas.

7.2.2. Princípios

Os princípios norteadores da gestão no IFAL são:

a. Valorização dos profissionais da educação

A valorização dos profissionais da educação implica na definição e implementação de políticas na quais não se possam dissociar formação, salários justos, carreira e desenvolvimento profissional.

b. Condições de trabalho e formação

É preciso assegurar as condições de trabalho, a continuidade do processo de formação – inclusive na pós-graduação – plano de carreira, elementos esses essenciais ao pleno exercício da docência e efetivação do compromisso com a garantia de uma educação de qualidade social para todos.

c. Valorização profissional

A valorização profissional constitui base da identidade dos profissionais da educação que desenvolvem os processos de ensino, pesquisa e extensão, compreendidos de forma indissociável, na perspectiva da melhoria da educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

d. Regulamentação da distribuição de carga horária docente

Garantia da aplicação do normativo que regulamenta a distribuição de carga horária docente de forma a possibilitar o desenvolvimento de ações de ensino e educação a distância, pesquisa, extensão e gestão.

7.3. CORPO DOCENTE

7.3.1. Quadro de docentes

O quadro de docentes do IFAL é, atualmente, composto de 743 professores, distribuídos entre a Reitoria e os 11 Campus em funcionamento. Seu corpo docente é altamente qualificado, pois mais da metade dos professores (56%) são mestres ou doutores, e mais de 30% são especialistas, conforme se apresenta na **Tabela 1**.

Tabela 1: Titulação do Corpo docente, dezembro de 2013.

Formação	Feminino	Masculino	Total
Ensino Médio	-	03	03
Graduação	24	66	90
Aperfeiçoamento	-	07	07
Especialização	63	158	221
Mestrado	118	220	338
Doutorado	23	61	84
Total	228	515	743

Elaboração: IFAL

7.3.2. Requisitos de formação

De acordo com a Lei 12.772/2012, os docentes do IFAL fazem parte da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e, conforme disposto em seu artigo 10, ao ingressarem no Instituto, para ministrarem aulas na Educação Básica, precisam possuir, no mínimo, diploma de curso superior em nível de graduação. Caso o profissional selecionado não possua licenciatura ou outro tipo de formação pedagógica equivalente, essa deve ser obtida durante seu estado probatório. Entretanto, há alguns docentes no IFAL com nível médio, pois ingressaram no Instituto em período anterior à promulgação da referida lei.

Por outro lado, de acordo com o artigo 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, os professores que atuam no ensino superior devem ser pós-graduados, preferencialmente em programas de mestrado ou doutorado. Logo, tanto a titulação quanto a experiência do professor – na esfera acadêmica e na profissional – são consideradas no processo seletivo. A titulação do corpo docente, para além do atendimento à determinação legal, revela o compromisso da Instituição com a elevação da qualidade da educação oferecida, promovendo o reconhecimento da sociedade em geral, enquanto a experiência profissional revela a busca constante da articulação entre teoria e prática.

Apenas, quando da contratação de docentes para o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, existem condições diferenciadas: quanto à titulação, obrigatoriamente, os docentes devem ter o título de doutor; quanto à experiência, devem apresentar dez anos ou de experiência profissional ou da obtenção de título de doutor, sempre na área de conhecimento do concurso.

7.3.3. Seleção e classificação

De acordo com o artigo 10 da Lei 12.772/2012, o ingresso nos cargos de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pelo qual é regido o IFAL, se dá pela aprovação em concurso público, organizado em etapas, de acordo com um edital de seleção.

Os editais de seleção são elaborados de modo a atender às necessidades da Instituição, e apresentam, obrigatoriamente, os critérios e as condições da realização do concurso. Usualmente são previstas três etapas, sendo duas de natureza eliminatória – uma prova teórica, envolvendo os conhecimentos técnicos da área do concurso e Fundamentos da Educação, e uma prova prática, de desempenho didático – e uma etapa classificatória, na qual são avaliados os títulos do candidato.

Apenas quando há a abertura de vagas para Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, há, obrigatoriamente, etapas que constam de prova escrita, de prova oral e de defesa de memorial. Além disso, o concurso deve ser realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% de profissionais externos ao IFAL.

Os concursos para docentes, incluindo a elaboração do edital e a fiscalização de seu andamento, são acompanhados por comissão designada pela Reitoria.

7.3.4. Plano de carreira e regime de trabalho

O Plano de Carreira de Docente no IFAL, criado pela Lei nº 11.784/2008 e alterado pelas Leis 12.772/2012 e 12.863/2013, é segmentada em classes e níveis, conforme apresentado no **Quadro 4**, a seguir:

Quadro 5: Plano de carreira dos servidores docentes, dezembro de 2013.

Classe	Nível
Titular	1
D IV	4
	3
	2
	1
D III	4
	3
	2
	1
D II	2
	1
D I	1
	2

Elaboração: IFAL

Todo docente, ao ingressar no IFAL para o cargo de *Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico*, por meio de concurso público, assume a primeira classe (DI). Seu avanço na carreira se dá por meio de progressão e promoção. Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, desde que tenha passado por, no mínimo, um interstício de 24 meses de efetivo exercício no nível em que se encontra, e tenha tido seu desempenho individual avaliado.

A previsão de contratação de professores está expressa na tabela a seguir, nela é apresentado o Cronograma de Expansão do Corpo Docente com titulação mínima de graduação. Estão detalhadas as quantidades atuais de servidores docentes e a previsão de contratação para o período de vigência do PDI, também estão contemplados nesse quadro os cinco novos Campi.

Tabela 2: Distribuição dos servidores docentes por Campus situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2013.

Reitoria/Campus	Quant. Atual	Quant. Ideal	Percentual de Adequação	Cronograma de expansão para Docentes							Percentual de Adequação
				2014	2015	2016	2017	2018	Total		
Maceió	251	260	97%	0	9	0	0	0	260	100%	
Palmeira dos Índios	79	90	88%	0	8	3	0	0	90	100%	
Marechal Deodoro	64	90	71%	0	10	10	6	0	90	100%	
Satuba	67	90	74%	0	13	10	0	0	90	100%	
Arapiraca	39	70	56%	6	15	10	0	0	70	100%	
Penedo	40	70	57%	10	10	10	0	0	70	100%	
Maragogi	35	70	50%	10	10	15	0	0	70	100%	
Piranhas	42	70	60%	8	10	10	0	0	70	100%	
Murici	40	60	67%	0	10	10	0	0	60	100%	
São Miguel dos Campos	12	70	17%	20	10	20	8	0	70	100%	
Santana do Ipanema	27	70	39%	13	10	10	10	0	70	100%	
Batalha ¹	0	60	0%	20	10	10	10	10	60	100%	
Coruripe ¹	0	70	0%	20	10	10	20	10	70	100%	
União dos Palmares ¹	0	70	0%	0	10	20	20	20	70	100%	
Rio Largo ¹	0	70	0%	20	10	10	10	20	70	100%	
Benedito Bentes-Maceió ¹	0	20	0%	0	10	10	0	0	20	100%	
Viçosa ¹	0	20	0%	10	10	0	0	0	20	100%	
Total	696	1320	53%	137	175	168	84	60	1320	100%	

¹ Campus novos em fase de implantação.

² Quantitativo ideal de servidores docentes conforme definido no CONIF.

7.3.5. Promoção

Promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente. Para que isso ocorra, além de ser aprovado em avaliação de desempenho, deve ser

observado o intervalo de 24 meses no último nível da classe em que se encontra, isto é, a classe anterior à da pretendida promoção. No IFAL, a avaliação de desempenho, tanto para progressão como para promoção, é realizada da mesma maneira. A exceção se faz, no tocante à promoção, em dois casos:

a. Classe titular

Para que o docente possa ser enquadrado nessa classe, deve possuir o título de doutor, ser aprovado na avaliação de desempenho, lograr aprovação de memorial que considere as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

b. Aceleração da promoção

O docente pode requerer promoção mediante obtenção de titulação superior à que possuía anteriormente, desde que o docente já tenha concluído o estágio probatório.

7.3.6. Regulamentação

No IFAL, a Comissão Permanente de Pessoal Docente é a responsável por acompanhar os processos de progressão e promoção.

7.3.7. Estrutura de remuneração

A estrutura de remuneração dos docentes obedece à prevista na Lei 12.772/2012, aplicada ao magistério superior, em que o salário do servidor é composto por:

- Vencimento básico, conforme valores e vigências para cada carreira, cargo, classe e nível;
- Retribuição por titulação – RT, conforme disposto no artigo 17 da referida Lei.

7.3.8. Regime de trabalho

No que tange à carga horária docente, os professores efetivos podem seguir os seguintes regimes de trabalho:

- Regime de tempo integral de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;
- Regime de tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Aos docentes que obedecem ao regime de 40 horas com dedicação exclusiva é vedado o exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada. As exceções previstas para este caso se encontram disponíveis no artigo 20 da Lei 12.772/2012. Já os docentes de 20 horas podem, temporariamente, ter 40 horas sem dedicação exclusiva definitiva, quando ocuparem funções de direção gratificadas e coordenações de cursos, ou quando estiverem engajados em ações de interesse institucional, definidas e validadas pelo Conselho Superior do IFAL. Para qualquer uma dessas situações, o docente não pode acumular cargos.

7.3.9. Substituição eventual

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745/1993 possibilita a contratação de professor substituto, por tempo determinado de até um ano, sendo passível de prorrogação uma única vez.

A seleção de professores substitutos deve ser feita por meio de processo seletivo simplificado, constituído de prova de desempenho didático e prova de títulos, que permitam a seleção de docentes com competências técnicas e didáticas necessárias à atuação com qualidade na área específica.

7.4. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.4.1. Quadro técnico-administrativo

O quadro técnico-administrativo do IFAL é constituído, atualmente, por 586 servidores distribuídos entre a Reitoria e os onze Campus do Instituto.

O corpo técnico-administrativo apresenta um perfil de qualificação elevada, uma vez que mais de 70% se encontram em um nível de formação compreendida entre a graduação e o doutorado, conforme apresentado na **Tabela 2**:

Tabela 3: Formação do corpo técnico-administrativo, dezembro de 2013.

Formação	Feminino	Masculino	Total
Ensino Fundamental incompleto	01	04	05
Ensino Fundamental completo	02	07	09
Alfabetizado em curso regular	-	06	06
Ensino Médio	48	93	141
Graduação	118	124	242
Aperfeiçoamento	01	-	01
Especialização	102	46	148
Mestrado	23	09	32
Doutorado	02	01	03
Total	297	290	587

Elaboração: IFAL

7.4.2. Seleção

O ingresso para a carreira de servidor técnico-administrativo em educação, no IFAL, é regulamentado pela Lei 11.091/2005, e se dá por meio de concurso público.

O edital do concurso deve informar:

- o que é o concurso;
- o quantitativo e a natureza das vagas a serem preenchidas;
- as fases do processo seletivo, com suas respectivas características;
- os requisitos de escolaridade e titulação;

- a formação especializada e a experiência profissional requeridas;
- os critérios eliminatórios e classificatórios;
- as possíveis restrições e condicionantes provenientes do ambiente ao qual são destinadas as vagas.

As características do concurso – incluindo suas fases, requisitos, critérios – são decididas pelo IFAL, a partir de avaliação das necessidades do Instituto em relação às vagas a serem preenchidas e às especificidades técnicas exigidas pela legislação vigente, quando aplicável.

A realização do concurso também é de competência da Instituição, cabendo a ela decidir qual a melhor forma de realizá-lo, isto é, se todos os processos realizados ficam de fato a cargo do Instituto – desde a elaboração de edital até a divulgação de resultado final – ou se deve ser contratada outra instituição para realizar parte das atividades do processo seletivo, caso em que uma comissão designada pelo Reitor acompanha o desenvolvimento dos procedimentos delegados, zelando pela sua boa ocorrência.

Os servidores que passarem na seleção do concurso público devem responder aos trâmites necessários de contratação definidos no edital.

No que se refere ao segmento Técnico-Administrativo em Educação (TAE), a expansão também se constitui em política da Instituição, com a previsão de contratação de novos servidores presente na Tabela 3, nela é apresentada o Cronograma de expansão do corpo TAE com cargos e funções variados. São detalhadas as quantidades atuais de servidores TAE e a previsão de contratação para o período de vigência do PDI, também estão contemplados nesse quadro os cinco novos Campi.

Tabela 4: Distribuição dos servidores técnicos-administrativos por Campus situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2013.

Reitoria/Campus	Quant. Atual	Quant. Ideal	Percentual de Adequação	Cronograma de expansão para Técnico-administrativo em Educação						Percentual de Adequação
				2014	2015	2016	2017	2018	Total	
Maceió	122	100	122%	0	0	0	0	0	122	122%
Palmeira dos Índios	64	60	38%	0	0	0	0	0	64	107%
Marechal Deodoro	42	60	25%	5	10	3	0	0	60	100%
Satuba	85	60	51%	0	0	0	0	0	85	142%
Arapiraca	19	45	9%	10	10	6	0	0	45	100%
Penedo	17	45	8%	10	10	8	0	0	45	100%
Maragogi	13	45	6%	10	10	10	2	0	45	100%
Piranhas	19	45	9%	10	10	6	0	0	45	100%
Murici	15	45	7%	10	10	10	0	0	45	100%
São Miguel dos Campos	9	45	4%	10	10	10	6	0	45	100%
Santana	9	45	4%	10	10	10	6	0	45	100%
Batalha ¹	0	45	0%	10	15	10	10	0	45	100%
Coruripe ¹	0	45	0%	10	15	10	10	0	45	100%
União dos Palmares ¹	0	45	0%	0	15	10	10	10	45	100%
Rio Largo ¹	0	45	0%	10	15	10	10	0	45	100%
Viçosa ¹	0	32	0%	10	12	5	5	0	32	100%
Benedito Bentes-Maceió ¹	0	32	0%	10	12	5	5	0	32	100%
Reitoria	171	100	171%	0	0	0	0	0	171	171%
Total	585	939	72%	125	164	113	64	10	1061	113%

¹ Campus novos em fase de implantação.

² Quantitativo ideal de servidores técnico-administrativos conforme definição do MEC.

7.4.3. Plano de carreira

No IFAL, o plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação é regulamentado pela Lei 11.091/2005. Atendendo aos interesses da Instituição, no que tange à distribuição de vagas, o plano de carreira se encontra estruturado em 5 níveis de classificação, cada um deles subdividido em 4 níveis de capacitação (**Quadro 5**).

Quadro 6. Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, dezembro de 2013.

Nível de classificação	Nível de capacitação	Nível de tempo de serviço
A	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
B	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
C	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
D	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
E	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16

Elaboração: IFAL

São atribuições gerais dos servidores técnico-administrativos em educação, segundo a Lei 11.092/2005:

- planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essas atribuições devem ser exercidas no ambiente organizacional em que o servidor se insira, sem que haja prejuízo no exercício das atribuições específicas e inerentes a cada cargo.

7.4.4. Progressão

O servidor técnico-administrativo, ao ingressar na Instituição, será sempre enquadrado no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação para o qual prestou concurso público. Seu desenvolvimento na carreira se dá de duas formas:

a. Progressão por capacitação profissional

Mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação. Provém do alcance pelo servidor de certificação em cursos condizentes com as atividades que desempenha e com o ambiente ao qual está alocado. Para tal, o servidor deve observar o intervalo de 18 meses na posição que ocupava anteriormente, além de apresentar uma carga horária mínima exigida, tal como disposto na Lei 11.092, assim como apresentar resultados positivos na avaliação de desempenho.

b. Progressão por mérito profissional

Mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor também apresente um bom resultado na avaliação de desempenho profissional, observado o respectivo nível de capacitação. Para fazer jus à progressão, o servidor técnico administrativo deve entrar com processo junto à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, a fim de que seu direito seja confirmado, com o decorrente ajuste nos vencimentos. Esse tipo de progressão sempre considera o tempo decorrido desde a última progressão.

7.4.5. Regime de trabalho e remuneração

O regime de trabalho desempenhado pelo servidor do IFAL é o de 40 horas semanais.

A remuneração dos técnicos administrativos é composta pelo vencimento básico, referente ao valor estabelecido para os níveis de classificação e de capacitação ocupados pelo servidor, adicionado dos incentivos previstos na Lei 11.091/2005, além de outras vantagens estabelecidas na legislação pertinente.

7.5. CAPACITAÇÃO

7.5.1. Concepção

Por capacitação, o Instituto entende a realização de cursos internos e externos com carga horária inferior a 360 horas – excluindo-se, assim graduações e pós-graduações – que possuam o intuito de desenvolver o servidor, aprimorando as suas competências necessárias para a melhor condução de seu trabalho dentro da Instituição. A Capacitação de servidores do Ifal está regulamentada pela Portaria 1.374/GR/2013.

Visando viabilizar a constante capacitação dos servidores do Instituto, anualmente a Diretoria de Gestão de Pessoas, por meio da CDCP, elabora o Plano de Capacitação do IFAL, contemplando servidores docentes e técnico-administrativos. Para tal, é realizada pesquisa junto aos setores do Instituto, consideradas todas as suas unidades, Campus e Reitoria.

No Plano de Capacitação são registradas as demandas dos servidores em relação a propostas de capacitação para o ano seguinte. Essas demandas são referendadas pelas direções de Campus ou pelas chefias administrativas, de acordo com a lotação do servidor. Após essa fase, as demandas são agrupadas, permitindo identificar os cursos a serem oferecidos e o quantitativo de vagas necessárias ao atendimento da demanda, bem como as unidades em que há servidores interessados.

Após sua construção, o Plano de Capacitação é submetido à análise do Colégio de Dirigentes, o qual considera, para sua aprovação, o desenvolvimento da Instituição,

os benefícios advindos da promoção dos cursos solicitados, bem como o orçamento disponível para a realização das ações.

7.5.2. Objetivos

São objetivos dos cursos de capacitação, segundo Portaria Ifal 1.374/GR/2013:

1. Atender aos interesses da administração do IFAL, com aplicabilidade direta no setor de trabalho, visando capacitar os servidores para o exercício de suas funções;
2. Promover, de forma permanente e vinculada ao planejamento institucional, o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão, visando à melhoria, eficácia e qualidade dos serviços prestados ao Instituto e à comunidade;
3. Capacitar o servidor, adequando as competências requeridas para o exercício de suas atividades, de forma articulada com os objetivos e a função social do IFAL;
4. Valorizar o servidor por meio de sua capacitação permanente, possibilitar a realização pessoal e profissional deste e o cumprimento de seu papel na Instituição;
5. Propiciar a progressão por capacitação e incentivar a qualificação dos servidores.

7.5.3. Os cursos de capacitação

Os cursos de capacitação podem ser:

a. Cursos externos

Cursos organizados e realizados por terceiros, com vagas abertas ao público em geral, dos quais alguns servidores do IFAL se dispõem a participar.

Os cursos externos são solicitados diretamente pelo servidor, por meio de processo. A solicitação dever contar com aprovação da Direção Geral do Campus ou, no caso de servidores da Reitoria, do Pró-Reitor ou Reitor. Uma

vez aprovada, a solicitação cega à CDCP, que verifica se o curso se encontra inserido no Plano de Capacitação.

Caso o curso já tenha sido ofertado, não esteja inserido no Plano de Capacitação, ou exceda o prazo de solicitação previsto na Portaria Ifal 1.374/GR/2013, o solicitante deve apresentar justificativa para sua realização, com a anuência de sua chefia maior, cabendo ao Reitor decidir pela aprovação ou não deste pedido.

b. Cursos internos

Cursos realizados especificamente para grupos de servidores, na própria Instituição ou em locais por ela definidos, ministrados por instrutores próprios ou contratados, sob a supervisão do próprio Instituto, presencialmente ou a distância.

Prioritariamente, no IFAL, a capacitação deve ser ofertada sob a forma de cursos internos, porque, em geral, tais iniciativas apresentam menores custos e maiores benefícios, pelo fato de se adequarem às necessidades de seu requisitante.

Após a divulgação dos cursos internos, é aberto o período de inscrição. Caso o número de inscrições exceda a capacidade prevista inicialmente, a CDCP usa como critérios de desempate:

- o cargo ou função desempenhada pelo servidor e sua correlação com o curso;
- o seu beneficiamento em outros cursos de capacitação no decorrer do ano;
- o nível de capacitação do servidor, privilegiando-se àqueles que possuem um nível de capacitação mais baixa;
- o tempo de exercício no Instituto, sendo dada preferência aos servidores com maior tempo de serviço.

7.6. QUALIFICAÇÃO

7.6.1. Concepção

A política de qualificação institucional propicia a formação de profissionais que, além do domínio operacional da técnica de trabalho, compreendam o processo produtivo, detenham o saber tecnológico e se envolvam com a pesquisa preferencialmente aplicada, visando à formação de um quadro mais qualificado de pesquisadores e, consequentemente, à implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

7.6.2. Diretrizes

Com enfoque na qualificação profissional, na geração interna de cursos de pós-graduação, na elevação dos índices de pesquisa, na motivação para o trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos servidores, o IFAL adota como diretrizes da qualificação de servidores:

1. A criação e/ou estabelecimento de procedimentos para qualificação;
2. A promoção de ações que motivem os servidores a buscar níveis mais elevados de educação formal;
3. O incentivo dos servidores à qualificação acadêmica;
4. A constante atualização de servidores qualificados ou em processo de qualificação.

Com o intuito de garantir que tais diretrizes e necessidades sejam atendidas, o IFAL se empenha em fornecer as condições para que o servidor possa se qualificar, sem que haja perdas ou atrasos no desempenho de suas funções.

7.6.3. Implementação

Atualmente, o IFAL tem trabalhado com três estratégias para promover a qualificação de seus servidores: a consolidação de convênios e parcerias, a qualificação em programas próprios, e a qualificação em programas externos.

a. Convênios e parcerias

Consiste na aproximação com universidades e instituições nacionais e internacionais que possuam programas de pós-graduação em áreas definidas pelo IFAL. Esses cursos são apresentados aos servidores, a fim de que eles se inscrevam em seus processos seletivos, cabendo à instituição parceira toda responsabilidade por esses processos. Os convênios ou acordos de parcerias firmados podem ser implementados por meio dos seguintes mecanismos: oferta de algumas vagas destinadas a servidores do Instituto; criação de turmas para servidores devidamente aprovados nos processos seletivos; cooperação para o desenvolvimento de trabalhos de qualificação como pesquisas, intercâmbios ou estágios profissionais do servidor que esteja inserido em algum programa de qualificação.

b. Programas próprios de qualificação

Consiste no incentivo, por meio de auxílios específicos, para que o servidor alcance um nível mais alto de qualificação, tais como:

b.1. Programa de incentivo para qualificação em cursos de pós-graduação – PIQPG

Direcionado aos servidores ativos do quadro permanente, institui benefício para pagamento de mensalidades em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) e *lato sensu* (Especialização e *Master Business Administration* – MBA). Em edital, estão definidas as condições para essa concessão, as áreas em que os cursos podem ser ofertados e o quantitativo de vagas concedidas.

b.2. Programa institucional de incentivo à qualificação de servidores para bolsas de pós-graduação stricto sensu – PIBPG

A ser implementado a partir de 2014, tem por objetivo a concessão de bolsas de apoio à qualificação a servidores que estejam regularmente matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. As condições, critérios e fluxo dos benefícios estarão dispostos em edital de convocação dos servidores.

c. Programas externos de qualificação

Consiste em um conjunto de programas de benefícios e incentivos à qualificação dos servidores em instituições externas, com as quais o IFAL se relaciona em condições especiais e previamente estabelecidas. Quase sempre são programas promovidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES ou pela Secretaria Profissional de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, sendo os mais comuns:

c.1. Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral

Mantido diretamente pela CAPES, específico para docentes com dedicação exclusiva, favorece a mobilidade dos bolsistas das IFES de origem para as IES de destino durante o tempo de duração da capacitação docente, bem como a dos professores orientadores, como forma de integração entre as instituições participantes.

c.2. Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PIQDTEC

Oferta de bolsas de mestrado e doutorado a docentes, técnicos e gestores que sejam admitidos como alunos regulares em programas de pós-graduação stricto sensu no país. A seleção e acompanhamento dos bolsistas são feitos pelo IFAL, bem como sua prestação de contas.

c.3. Projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional - MINTER/ DINTER

Formação de turma ou grupo de alunos por um programa de pós-graduação já consolidado, em caráter temporário e sob condições especiais, caracterizadas pelo fato de parte das atividades de formação serem desenvolvidas em outra instituição.

Ainda como estratégia de qualificação, o Instituto elabora o Plano de Qualificação Institucional, de acordo com perfil e ações prioritárias do IFAL, além de promover

debates, palestras e oficinas sobre áreas específicas do conhecimento, para orientar o ingresso em programas *stricto sensu*.

7.7. TUTORIA EAD

Na perspectiva da promoção de um ensino a Distância de qualidade, a figura do tutor se faz essencial uma vez que este é o elemento chave no desenvolvimento de uma prática dialógica com todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. No Ifal, essa figura se apresenta sob duas categorias: Tutor a Distância e Presencial. O primeiro é responsável junto com o professor formador em promover a interação entre estudantes, de modo a atingir os objetivos propostos na disciplina. Enquanto o segundo ator – tutor presencial – desenvolve atividades diárias relacionadas ao apoio presencial nos polos.

Assim, o tutor tem como missão prestar atendimento frequente aos alunos distantes e presenciais, via telefone, e-mail, fórum, chat e pessoalmente no que se refere tanto a questão de conteúdo quanto às questões técnicas. Deve ainda apresentar as seguintes características: dinamismo; visão crítica e global; responsabilidade; capacidade para lidar com situações novas e saber trabalhar em equipe.

Como forma de atender a todas estas prerrogativas, obrigatoriamente passam por um processo seletivo, por meio de Edital Público, de modo que apresentem competências e habilidades para desenvolver as atividades de acompanhamento e avaliação do percurso de cada discente sob sua orientação sejam elas, online ou presencial. É função do tutor estimular o aluno a buscar a construção de uma metodologia própria de estudo, no sentido de ajudá-lo a adquirir autonomia; bem como orientar os alunos nas aulas teóricas – práticas e trabalhos em grupo de acordo com as orientações do professor e variáveis do ambiente virtual de aprendizagem.

7.8. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IFAL

Em 2013, o Ifal conta com uma estrutura administrativa distribuída entre 11 Campus e uma Reitoria, regulamentada pela Resolução 47/CS, de 02 de dezembro de 2013. A estrutura administrativa completa dos cargos e suas respectivas gratificações, no âmbito da Reitoria e dos Campi do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, é apresentada a seguir.

1. REITORIA – CD-01

1.1. Gabinete – CD-04

1.1.1. Secretaria de Gabinete – FG-01

1.2. Assessoria Executiva – CD-04

1.3. Procuradoria Federal – CD-04

1.4. Ouvidoria – FG-02

1.5. Secretaria dos Colegiados – FG-02

1.6. Coordenação de Relações Internacionais – FG-02

1.7. Departamento de Comunicação e Eventos – CD-04

1.7.1. Coordenação de Comunicação Social e Marketing – FG-02

1.7.2. Coordenação de Cerimonial e Eventos – FG-02

1.8. Diretoria de Gestão de Pessoas – CD-03

1.8.1. Assessoria da Diretoria de Gestão de Pessoas – FG-02

1.8.2. Coordenação de Saúde do Servidor – FG-02

1.8.3. Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal – FG-02

1.8.4. Coordenação de Contrato e Admissão de Pessoal – FG-02

1.8.4.1. Coordenadoria de Estágios – FG-04

1.8.5. Departamento de Administração e Pagamento de Pessoal – CD-04

1.8.5.1. Coordenação de Cadastro e Lotação de Pessoal – FG-01

1.8.5.2. Coordenação de Aposentadoria e Pensão – FG-02

2. AUDITORIA INTERNA – CD-04

3. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO – CD-02

- 3.1. Departamento de Pesquisa e Inovação – CD-04
 - 3.1.1. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica – FG-01
- 3.2. Coordenação de Pós-Graduação – FG-01
 - 3.2.1. Coordenação de Planejamento de Pós-Graduação – FG-02
 - 3.2.2. Coordenação de Qualificação Acadêmica – FG-02

4. PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CD-02

- 4.1. Departamento de Infraestrutura e Expansão – CD-04
 - 4.1.1. Coordenação de Projetos e Obras – FG-01
 - 4.1.1.1. Coordenação de Apoio à Expansão – FG-02
 - 4.1.1.2. Coordenação de Fiscalização de Obras – FG-02
 - 4.1.1.3. Coordenadoria de Apoio Tecnológico – FG-04
- 4.2. Diretoria de Tecnologia da Informação – CD-03
 - 4.2.1. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas de Informação – FG-01
 - 4.2.2. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas Acadêmicos – FG-02
 - 4.2.3. Coordenação de Operações de Rede – FG-02
 - 4.2.4. Coordenação de Suporte ao Usuário – FG-02
- 4.3. Departamento de Planejamento Institucional – CD-04
 - 4.3.1. Coordenação de Pesquisa Institucional – FG-01

5. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – CD-02

- 5.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
 - 5.1.1. Coordenação de Transporte – FG-02
 - 5.1.2. Coordenação de Protocolo e Arquivo FG-02
 - 5.1.3. Coordenadoria de Manutenção – FG-04
- 5.2. Diretoria de Orçamento e Finanças – CD-03
 - 5.2.1. Coordenação de Gestão do Orçamento – FG-01
 - 5.2.2. Departamento de Contabilidade e Finanças – CD-04
 - 5.2.2.1. Coordenação de Finanças – FG-02
- 5.3. Diretoria de Suprimentos – CD-03
 - 5.3.1. Coordenação de Contratos – FG-01

- 5.3.2. Coordenação de Almoxarifado – FG-01
- 5.3.3. Coordenação de Patrimônio – FG-02
- 5.3.4. Departamento de Compras – CD-04
 - 5.3.4.1. Coordenação de Licitações – FG-02

6. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – CD-02

- 6.1. Assessoria da Pró-Reitoria de Extensão – FG-02
- 6.2. Coordenação de Projetos – FG-02
- 6.3. Coordenação de Cursos e Eventos – FG-02
- 6.4. Coordenação de Relações Institucionais – FG-02
- 6.5. Coordenação de Ações Comunitárias – FG-02

7. PRÓ-REITORIA DE ENSINO – CD-02

- 7.1. Diretoria de Políticas Estudantis – CD-03
 - 7.1.1. Coordenação de Assistência Estudantil – FG-01
 - 7.1.2. Coordenação de Ações Inclusivas – FG-02
- 7.2. Departamento de Educação a Distância – CD-04
- 7.3. Departamento de Educação Básica – CD-04
 - 7.3.1. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – FG-02
- 7.4. Departamento de Articulação Pedagógica – CD-04
- 7.5. Departamento de Graduação – CD-04
 - 7.5.1. Coordenação de Cursos de Licenciatura – FG-02
 - 7.5.2. Coordenação de Cursos Tecnológicos e de Bacharelado – FG-02
- 7.6. Coordenação de Registro de Diplomas – FG-01
- 7.7. Departamento de Seleção de Ingressos – CD-04
 - 7.7.1. Coordenação de Seleção de Ingressos – FG-01

8. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MACEIÓ – CD-2

- 8.1. Gabinete – FG-01
 - 8.1.1. Secretaria do Gabinete – FG-04
- 8.2. Coordenação de Comunicação e Eventos – FG-02
- 8.3. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-02
- 8.4. Coordenação de Pesquisa Institucional – FG-02

8.5. Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – CD-03

8.5.1. Assessoria da Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – FG-02

8.5.2. Coordenação de Extensão – FG-01

8.5.3. Coordenação de Integração Escola-Empresa – FG-01

8.5.4. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação – FG-01

8.6. Diretoria de Ensino – CD-03

8.6.1. Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática– FUC-001

8.6.2. Coordenação do Curso de Licenciatura em Química– FUC-001

8.6.3. Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – FUC-001

8.6.4. Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – FUC-001

8.6.4.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Biologia – FG-04

8.6.5. Coordenação Pedagógica – FG-01

8.6.6. Coordenadoria de Licenciatura – FG-04

8.7. Departamento Acadêmico de Formação Geral – CD-04

8.7.1. Coordenação de Educação Física e Esportes – FG-02

8.7.2. Coordenação de Ciências da Natureza – FG-02

8.7.3. Coordenação de Linguagens e Códigos – FG-02

8.7.4. Coordenação de Ciências Humanas – FG-02

8.8. Departamento Acadêmico de Tecnologia e Processos – CD-04

8.8.1. Coordenação do Curso Técnico em Eletrônica – FUC-001

8.8.1.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrônica–FG-04

8.8.2. Coordenação do Curso Técnico em Eletrotécnica – FUC-001

8.8.2.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrotécnica–FG-04

8.8.3. Coordenação do Curso Técnico em Mecânica – FUC-001

8.8.3.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Mecânica – FG-04

8.8.4. Coordenação do Curso Técnico em Química – FUC-001

8.8.4.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Química–FG-04

8.8.5. Coordenação do Curso Técnico em Informática – FUC-001

8.8.5.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Informática–FG-04

8.8.6. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria – FUC-001

- 8.8.7. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo – FUC-001
- 8.8.8. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos – FUC-001
- 8.8.9. Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Sistema de Informações – FUC-001
- 8.9. Departamento Acadêmico de Infraestrutura e Design – CD-04
 - 8.9.1. Coordenação do Curso Técnico em Edificações – FUC-001
 - 8.9.2. Coordenação do Curso Técnico em Estradas – FUC-001
 - 8.9.3. Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – FUC-001
 - 8.9.4. Coordenação do Curso Técnico em Artesanato (PROEJA) – FUC-001
 - 8.9.5. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores – FUC-001
 - 8.9.6. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios – FUC-001
 - 8.9.7. Coordenadoria dos Laboratórios de Infraestrutura – FG-04
- 8.10. Diretoria de Administração – CD-03
 - 8.10.1. Coordenação de Patrimônio – FG-01
 - 8.10.2. Coordenação de Orçamento – FG-01
 - 8.10.3. Coordenação de Suprimentos – FG-01
 - 8.10.3.1. Coordenação de Almoxarifado – FG-02
 - 8.10.3.2. Coordenação de Licitação – FG-02
 - 8.10.3.3. Coordenação de Gestão de Contratos – FG-02
 - 8.10.4. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-01
 - 8.10.4.1. Coordenadoria de Finanças – FG-04
 - 8.10.5. Coordenação de Tecnologia da Informação – FG-01
 - 8.10.6. Coordenação de Projetos e Obras – FG-01
 - 8.10.6.1. Coordenadoria de Projetos – FG-04
 - 8.10.7. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
 - 8.10.7.1. Coordenação de Transporte – FG-02
 - 8.10.7.2. Coordenação de Protocolo e Arquivo – FG-02
 - 8.10.7.3. Coordenação de Manutenção de Equipamento–FG-02

8.10.7.4. Coordenadoria de Segurança – FG-04

8.11. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04

8.11.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-01

8.11.2. Coordenação do Turno Diurno – FG-01

8.11.3. Coordenação do Turno Noturno – FG-02

8.11.4. Coordenação de Biblioteca – FG-02

8.11.5. Coordenação de Serviços Gráficos – FG-02

8.11.6. Coordenadoria de Alimentação e Nutrição – FG-04

8.11.7. Coordenadoria de Serviço Social – FG-04

8.11.8. Coordenadoria de Saúde – FG-04

8.11.9. Coordenadoria de Psicologia – FG-04

9. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS – CD-2

9.1. Gabinete – FG-02

9.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01

9.2.1. Coordenadoria de Cadastro e Lotação – FG-04

9.3. Diretoria de Administração – CD-03

9.3.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01

9.3.1.1 Coordenadoria de Transportes – FG-04

9.3.1.2. Coordenadoria de Protocolo e Arquivo – FG-04

9.3.2. Coordenadoria de Projetos e Obras – FG-04

9.3.3. Coordenadoria de Tecnologia da Informação – FG-04

9.3.4. Coordenação de Orçamento e Finanças – FG-01

9.3.4.1. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – FG-04

9.3.5. Coordenação de Suprimentos – FG-01

9.3.5.1. Coordenação de Almoxarifado – FG-02

9.3.5.2. Coordenação de Licitação – FG-04

9.3.5.3. Coordenadoria de Patrimônio – FG-04

9.4. Diretoria de Ensino – CD-3

9.4.1. Coordenação Pedagógica – FG-01

9.4.2. Coordenação de Formação Geral – FG-02

9.4.2.1. Coordenadoria de Ciências Humanas, Linguagens e
Códigos – FG-04

9.4.2.2. Coordenadoria de Ciências da Natureza e Matemática

– FG-04

9.4.3. Coordenação do Curso Superior em Engenharia Civil – FUC-001

9.4.3.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Construção Civil – FG-04

9.4.4. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas
Elétricos – FUC-001

9.4.4.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Processos
industriais – FG -04

9.4.5. Coordenação Curso Técnico em Informática – FUC-001

9.4.6. Coordenação Curso Técnico em Eletrotécnica – FUC-001

9.4.7. Coordenação Curso Técnico em Edificações – FUC-001

9.4.8. Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores –
FUC-001

9.4.9. Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho –
FUC-001

9.4.10. Coordenadoria de PROEJA – FG-04

9.5. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04

9.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-01

9.5.2. Coordenação de Extensão – FG-02

9.5.3. Coordenação de Pesquisa e Inovação – FG-02

9.5.4. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-02

9.5.4.1. Coordenadoria de Turno Matutino – FG-04

9.5.4.2. Coordenadoria de Turno Vespertino – FG-04

9.5.5. Coordenadoria de Biblioteca – FG-04

10. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MARECHAL DEODORO – CD-2

10.1. Gabinete – FG-1

10.1.1. Secretaria do Gabinete – FG-04

10.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01

10.3. Coordenadoria de Comunicação e Eventos – FG-04

10.4. Diretoria de Ensino – CD-3

10.4.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-01

10.4.2. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Ambiental – FUC-001

- 10.4.2.1. Coordenadoria de Laboratório de Meio Ambiente – FG-04
- 10.4.3. Coordenação do Curso Técnico em Meio Ambiente – FUC-001
- 10.4.4. Coordenação do Curso Técnico em Guia de Turismo – FUC-001
- 10.4.5. Coordenação do Curso Técnico em Hospedagem (PROEJA) – FUC-001
- 10.4.6. Coordenação do Curso Técnico em Cozinha (PROEJA) – FUC-001
- 10.4.7. Coordenação Pedagógica – FG-01
- 10.4.8. Coordenação de Extensão – FG-02
- 10.4.9. Coordenação de Pesquisa e Inovação – FG-02
- 10.4.10. Coordenadoria de Pesquisa Institucional – FG-04
- 10.5. Diretoria de Administração – CD-03
 - 10.5.1. Coordenação de Suprimentos – FG-01
 - 10.5.1.1. Coordenação de Patrimônio – FG-02
 - 10.5.1.2. Coordenação de Almoxarifado – FG-02
 - 10.5.1.3. Coordenadoria de Gestão de Contratos – FG-04
 - 10.5.1.4 Coordenadoria de Licitações – FG-4
 - 10.5.2. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-01
 - 10.5.2.1. Coordenadoria de Orçamento – FG-04
 - 10.5.2.2. Coordenadoria de Finanças – FG-04
 - 10.5.3. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-02
 - 10.5.3.1. Coordenadoria de Projetos e Obras – FG-04
 - 10.5.4. Coordenadoria de Tecnologia da Informação – FG-04
 - 10.5.5. Coordenadoria de Transporte – FG-4
- 10.6. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04
 - 10.6.1. Coordenadoria de Apoio ao Ensino – FG-04
 - 10.6.2. Coordenadoria de Multimeios – FG-04
 - 10.6.3. Coordenadoria de Biblioteca – FG-04

11. DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS SATUBA – CD 02

- 11.1. Assessoria da Direção Geral – FG-05
- 11.2. Gabinete – FG-04
- 11.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – FG-01

- 11.3.1. Coordenadoria de Eventos – FG-05
- 11.4. Coordenadoria de Pesquisa Institucional – FG-05
- 11.5. Departamento de Gestão de Pessoas – CD-04
 - 11.5.1. Coordenadoria de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal – FG-04
 - 11.5.2. Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor – FG-05
 - 11.5.3. Coordenadoria de Gestão de Pessoal – FG-05
- 11.6. Diretoria de Ensino – CD 03
 - 11.6.1. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Laticínios – FUC-001
 - 11.6.2. Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária – FUC-001
 - 11.6.3. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria – FUC-001
 - 11.6.4. Coordenadoria de Extensão – FG-03
 - 11.6.5. Coordenadoria de Pesquisa – FG-04
 - 11.6.6. Coordenadoria de Pós-Graduação – FG-04
 - 11.6.7. Coordenadoria do PROEJA – FG-04
 - 11.6.8. Coordenação Pedagógica – FG-01
 - 11.6.9. Departamento de Gestão Agropecuária – CD-04
 - 11.6.9.1. Assessoria do Departamento de Gestão Agropecuária – FG-05
 - 11.6.9.2. Coordenação dos Laboratórios de Agroindústria – FG-01
 - 11.6.9.3. Coordenação dos Laboratórios de Agropecuária – FG-01
 - 11.6.9.4. Coordenação de Máquinas e Implementos Agropecuários – FG-03
 - 11.6.9.5. Coordenadoria de Projetos Alternativos – FG-05
 - 11.6.9.6. Coordenadoria de Empreendedorismo – FG-05
 - 11.6.10. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04
 - 11.6.10.1. Coordenação de Estágios e Egressos – FG-02
 - 11.6.10.2. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
 - 11.6.10.3. Coordenadoria de Recursos Audiovisuais – FG-04
 - 11.6.10.4. Coordenadoria de Biblioteca – FG-05
 - 11.6.11. Departamento de Assistência ao Educando – CD-04

- 11.6.11.1. Coordenação de Residência Estudantil – FG-02
- 11.6.11.2. Coordenadoria de Acompanhamento ao Educando – FG-03
- 11.6.11.3. Coordenadoria de Inclusão e Diversidade – FG-04
- 11.6.11.4. Coordenadoria de Esporte e Lazer – FG-05
- 11.6.11.5. Coordenadoria de Alimentação e Nutrição – FG-05

11.7. Diretoria de Administração – CD-03

- 11.7.1. Assessoria da Diretoria de Administração – FG-05
- 11.7.2. Coordenação de Suprimentos – FG-01
 - 11.7.2.1. Coordenação de Patrimônio – FG-02
 - 11.7.2.2. Coordenação de Almoxarifado – FG-02
- 11.7.3. Coordenação de Tecnologia da Informação – FG-02
- 11.7.4. Coordenação de Orçamento – FG-02
- 11.7.5. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02
- 11.7.6. Departamento de Administração e Manutenção – CD-04
 - 11.7.6.1. Coordenação de Manutenção e Conservação – FG-02
 - 11.7.6.2. Coordenadoria de Projetos e Obras – FG-03
 - 11.7.6.3. Coordenadoria de Transporte – FG-04

12. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS ARAPIRACA – CD-02

- 12.1. Gabinete – FG-04
- 12.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
- 12.3. Departamento Acadêmico – CD-04
 - 12.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01
 - 12.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Eletroeletrônica – FUC-001
 - 12.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Informática – FUC-001
 - 12.3.4. Coordenação de Formação Geral – FG-02
 - 12.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01
 - 12.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
 - 12.3.6. Coordenação de Pesquisa – FG-02
 - 12.3.7. Coordenação de Extensão – FG-02
- 12.4. Departamento de Administração – CD-04
 - 12.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01

- 12.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
 - 12.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
 - 12.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

13. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PENEDO – CD-02

- 13.1. Gabinete – FG-04
- 13.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
- 13.3. Departamento Acadêmico – CD-04
 - 13.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01
 - 13.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Açúcar e Álcool – FUC-001
 - 13.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Meio Ambiente – FUC-001
 - 13.3.4. Coordenação de Formação Geral – FG-02
 - 13.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01
 - 13.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
 - 13.3.6. Coordenação de Pesquisa – FG-02
 - 13.3.7. Coordenação de Extensão – FG-02
- 13.4. Departamento de Administração – CD-04
 - 13.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
 - 13.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
 - 13.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
 - 13.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

14. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MARAGOGI – CD-02

- 14.1. Gabinete – FG-04
- 14.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
- 14.3. Departamento Acadêmico – CD-04
 - 14.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01
 - 14.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia – FUC-001
 - 14.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Hospedagem – FUC-001
 - 14.3.4. Coordenação de Formação Geral – FG-02
 - 14.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01
 - 14.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
 - 14.3.6. Coordenação de Pesquisa – FG-02

14.3.7. Coordenação de Extensão – FG-02

14.4. Departamento de Administração – CD-04

14.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01

14.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02

14.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04

14.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

15. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PIRANHAS – CD-02

15.1. Gabinete – FG-04

15.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01

15.3. Departamento Acadêmico – CD-04

15.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01

15.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia – FUC-001

15.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria – FUC-001

15.3.4. Coordenação de Formação Geral – FG-02

15.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01

15.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02

15.3.6. Coordenação de Pesquisa – FG-02

15.3.7. Coordenação de Extensão – FG-02

15.4. Departamento de Administração – CD-04

15.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01

15.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02

15.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04

15.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

16. DIREÇÃO DO CAMPUS MURICI – CD-02

16.1. Gabinete – FG-04

16.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01

16.3. Departamento Acadêmico – CD-04

16.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01

16.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia – FUC-001

16.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria – FUC-001

16.3.4. Coordenação de Formação Geral – FG-02

16.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01

- 16.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
- 16.3.6. Coordenação de Pesquisa – FG-02
- 16.3.7. Coordenação de Extensão – FG-02
- 16.4. Departamento de Administração – CD-04
 - 16.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
 - 16.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
 - 16.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
 - 16.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

17. DIREÇÃO DO CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS – CD-02

- 17.1. Gabinete – FG-04
- 17.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
- 17.3. Departamento Acadêmico – CD-04
 - 17.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01
 - 17.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – FUC-001
 - 17.3.3. Coordenação de Formação Geral – FG-02
 - 17.3.4. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01
 - 17.3.4.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
 - 17.3.5. Coordenação de Pesquisa – FG-02
 - 17.3.6. Coordenação de Extensão – FG-02
- 17.4. Departamento de Administração – CD-04
 - 17.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
 - 17.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
 - 17.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
 - 17.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

18. DIREÇÃO DO CAMPUS SANTANA DE IPANEMA – CD-02

- 18.1. Gabinete – FG-04
- 18.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
- 18.3. Departamento Acadêmico – CD-04
 - 18.3.1. Coordenação Pedagógica – FG-01
 - 18.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária – FUC-001
 - 18.3.3. Coordenação de Formação Geral – FG-02

18.3.4. Coordenação de Apoio Acadêmico – FG-01

18.3.4.1 Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02

18.3.5. Coordenação de Pesquisa – FG-02

18.3.6. Coordenação de Extensão – FG-02

18.4. Departamento de Administração – CD-04

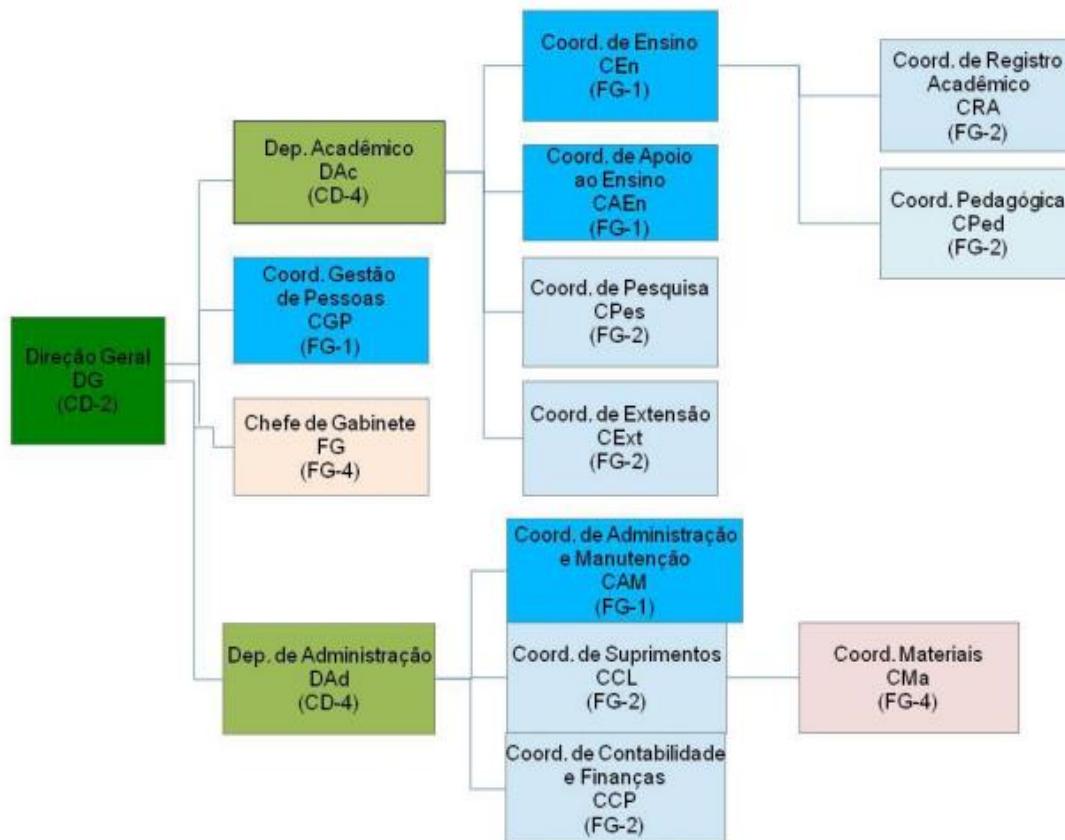
18.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01

18.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02

18.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04

18.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

Figura 11: Organograma da estrutura dos Campi de Arapiraca, Maragogi, Piranhas, Penedo, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, dezembro de 2013.



Fonte: Ifal

7.9. GESTÃO DEMOCRÁTICA

7.9.1. Concepção

O modelo de gestão descentralizada consolida-se no IFAL com a constituição da Reitoria e dos Campi com autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Conduzir uma instituição de ensino, como o IFAL, envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. Por primar por sua função social, a gestão pedagógica, administrativa e financeira do Instituto deve ser democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, se constitua o caráter público de suas práticas. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica se saibam corresponsáveis pela execução e pelo acompanhamento das ações implementadas na Instituição.

7.9.2. Princípios

Os princípios norteadores da gestão democrática no IFAL são:

a. Autonomia dos Campi

Por se configurar como uma estrutura multiCampus, o IFAL deve dispor de mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos Campi e, ao mesmo tempo, fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Por atuarem em comunidades diferenciadas, os Campi precisam tomar decisões, respeitando suas peculiaridades, atendendo às características e necessidades do contexto em que estão inseridos, o que requer políticas claras em termos financeiros, de pessoal e pedagógico.

b. Contribuição dos servidores

As pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica têm a oferecer uma contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da Instituição, identificando-se em seu trabalho e assumindo-se como corresponsáveis pelos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois, além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia a auto-realização dos servidores, de forma articulada ao projeto e às finalidades da Instituição.

c. Promoção da discussão

O IFAL deve promover espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço, além de contribuir para a formação, possibilita o aperfeiçoamento do papel de cidadão e, sobretudo, qualifica as decisões tomadas e as ações desenvolvidas.

d. Gestão como prática social

A gestão é uma prática social que depende de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida. Consequentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições específicas, colocando em primeiro plano o interesse institucional.

e. Respeito à diversidade de opiniões

A diversidade de opiniões deve ser considerada como parte salutar do processo democrático e participativo, contribuindo para o fortalecimento e construção da identidade institucional.

f. Mobilização da comunidade acadêmica

Na gestão pública, a competência de mediação é um dos requisitos fundamentais. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor, o qual deve mobilizar de forma constante a comunidade acadêmica, tornando possível o processo democrático e participativo.

g. Avaliação permanente

As decisões e os procedimentos organizativos precisam ser acompanhados e constantemente avaliados, mutuamente, entre a gestão e a comunidade

acadêmica, como forma de reorientação de rumos e ações visando à tomada de decisões.

7.9.3. Ações

Para viabilizar a gestão democrática, no IFAL, estão previstas as seguintes ações:

1. Consolidar um modelo de gestão orientado por processos, que favoreça o aprendizado organizacional e a adoção de visão estratégica, prospectiva e sistêmica, tendo como foco o alcance das finalidades educativas de formação profissional, científica e tecnológica e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional;
2. Adotar princípios de gestão pautados na transparência, na equidade e na autonomia isonômica dos Campi, de forma a garantir a participação da comunidade acadêmica nos processos de discussão e de deliberação;
3. Garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da comunidade acadêmica;
4. Divulgar leis e normas da educação no âmbito da Instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
5. Assegurar espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
6. Adotar o orçamento participativo, como requisito primordial para o desenvolvimento do ensino de qualidade;
7. Constituir comitê representativo da comunidade dos Campi, para coordenar a elaboração e o acompanhamento do orçamento participativo;
8. Criar fóruns de discussões e decisões coletivas sobre a prática escolar;
9. Instituir espaços alternativos de produção acadêmica, tais como núcleos temáticos, grupos de arte e cultura, pesquisa e inovação tecnológica, dentre outros.

7.9.4. Órgãos colegiados

Os órgãos colegiados são instâncias deliberativas ou consultivas compostas por uma representatividade das unidades do Instituto. Podem tratar de assuntos específicos ou mesmo de uma abrangência maior da Instituição.

No IFAL, são órgãos colegiados, atualmente, em funcionamento: o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e os Colegiados dos Cursos de Graduação. Durante o período de vigência deste PDI, serão implantados os Conselhos Escolares em cada Campus e os Colegiados dos Cursos Técnicos.

a. Conselho Superior

Órgão máximo do IFAL, de caráter deliberativo. De acordo com seu regimento interno, trata das matérias de ensino, de pesquisa e de extensão, além de questões administrativas, econômicas, orçamentárias e financeiras, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias do IFAL. Tem como finalidade colaborar com o aperfeiçoamento do processo educativo, proporcionando a criação de espaços democráticos que possibilitem o zelo, a lisura e a transparência das ações, de modo a que seja corretamente executada a política institucional. Presidido pelo Reitor, conta com a representação do corpo docente, dos servidores técnico-administrativos, dos diretores gerais, dos discentes e egressos dos Campi. Dele participam ainda representantes da sociedade civil e do Ministério da Educação. Suas reuniões podem contar, também, com a participação da comunidade escolar, de técnicos e especialistas convidados, sem direito a voto. Seus membros são eleitos pelos pares, para mandatos de dois anos, na forma regimental. Todos os ex-Reitores são membros do Conselho, sem direito a voto.

b. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Órgão de caráter normativo e consultivo sobre assuntos específicos aos campos de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. Tem como finalidade dar agilidade e observância aos assuntos relacionados a essas áreas, otimizando e dando sustentação ao processo decisório do Instituto. Presidido pelo Reitor, o CEPE conta com a participação dos Pró-Reitores, e de representantes dos seguintes segmentos da comunidade: coordenadores de cursos de pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*; equipe pedagógica; docentes de cada Campus; e alunos da educação básica e profissional. Conta, ainda, com uma representação da sociedade civil que mantenha

vínculo com alguma fundação de apoio à pesquisa do Estado de Alagoas, convidado pelo Reitor, mas sem direito a voto. Seus membros são eleitos por seus pares, para mandatos de dois anos, na forma regimental.

c. Colégio de Dirigentes

Órgão de apoio ao processo de decisão do IFAL, com caráter consultivo. É composto pelo Reitor, pelos Pró-reitores e pelos Diretores Gerais de Campus.

d. Colegiados de Cursos

Órgão deliberativo de cada curso de graduação do IFAL, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico do curso. Presidido pelo Coordenador do Curso, conta com a participação de todo o corpo docente efetivo do curso e de representantes do corpo discente. Tem por finalidade contribuir com o desenvolvimento da política de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com o PDI. É de interesse do IFAL que, na vigência deste PDI, esse colegiado se estenda também aos cursos técnicos, em todos os Campi.

e. Conselhos Escolares

Instâncias de apoio à gestão do Campus, têm como responsabilidade atuar de forma consultiva, fiscalizadora e mobilizadora de questões institucionais relacionadas à gestão, ao financeiro, ao pedagógico, à pesquisa e à extensão. Deve contar com a representação dos diversos segmentos da comunidade do Campus. É interesse do IFAL que, na vigência deste PDI, todos os Campi tenham seu Conselho Escolar.

7.9.5. Regulamentação

Conselho Superior: atual gestão eleita e homologada pela Resolução nº 21/CS, de 12 de abril de 2012.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: Resolução nº 31 de 24 de outubro de 2011

Colegiado de Curso: Portaria nº 1713/GR, 1 de dezembro de 2010.

Conselho Escolar: Em fase de regulamentação

7.9.6. Instâncias de apoio às atividades acadêmicas

Como órgãos de apoio às atividades acadêmicas, há que se considerar todas as instâncias que atuam de forma a fortalecer e dar suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas no IFAL.

Um conjunto significativo de instâncias dá corpo à gestão democrática e participativa no cotidiano do IFAL. São Comissões, Comitês, Fóruns, Núcleos – de caráter consultivo, executivo ou de assessoramento -- em que os desafios e as questões institucionais são compartilhadas, permitindo que os caminhos do Instituto sejam definidos com a participação representativa da comunidade acadêmica. Apresentamos, a seguir, as mais significativas dessas instâncias.

a. Núcleos Docentes Estruturantes – NDE

Núcleo de apoio às atividades acadêmicas, que tem como finalidade elaborar e atualizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos. São compostos por cinco professores efetivos do quadro docente, em regime de trabalho integral, sendo pelo menos três deles com titulação em pós-graduação *stricto sensu*. São escolhidos pelo Colegiado do Curso ou, à falta deste, indicados pela Diretoria Geral do Campus, até que o Colegiado seja instituído.

b. Comissão Própria de Avaliação – CPA

Órgão que tem como objetivo assegurar a condução do processo de avaliação interna da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, de modo a avaliar as condições de ensino oferecidas aos alunos, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica do Instituto. É composta por servidores técnicos-administrativos, por representantes da sociedade civil organizada, por alunos e professores dos cursos de graduação.

c. Comissão de Ética

Núcleo diretamente ligado ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo que tem como finalidade orientar, aconselhar e zelar pela ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, observado o disposto no *Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal* e garantindo que este seja cumprido na Instituição.

d. Comitê de Pesquisa e Pós-graduação

Órgão de assessoramento da administração que subsidia e acompanha a execução da política de pesquisa científica e tecnológica, assim como da política de pós-graduação no âmbito do Instituto. Está diretamente ligado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Atua de forma consultiva em assuntos relacionados à pesquisa e pós-graduação, emanados do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou do Conselho Superior.

e. Conselho Editorial

Órgão normativo e consultivo, vinculado à PRPI, que se ocupa das publicações institucionais e das realizadas em parceria com outras instituições. Entre suas atribuições estão a proposição, a aprovação, a divulgação e o zelo pelos programas e políticas de publicações do Instituto.

f. Fórum dos Dirigentes de Administração e Planejamento

Órgão de caráter permanente que conta com a participação do Pró-Reitor de Administração e Planejamento, dos dirigentes de administração e planejamento e de ocupantes de cargos equivalentes do Instituto. Tem como principal objetivo identificar, analisar, sugerir, divulgar e implementar melhores práticas de gestão e governança relacionadas a sua área, assim como encaminhar propostas para melhoria da gestão ao plenário do Colégio de Dirigentes.

g. Fórum Permanente de Assistência Estudantil

Órgão de caráter consultivo e propositivo, composto por representantes de todas as unidades do Instituto, cuja finalidade é atuar na defesa, proposição

e direcionamento da política de Assistência Estudantil, visando contribuir para a permanência e o êxito de seus estudantes.

h. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Órgão de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, que tem como objetivo assumir o papel de facilitador interno quanto ao acolhimento dos alunos com necessidades específicas – pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, subsidiando o procedimento didático-pedagógico.

i. Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT

Órgão executivo da administração superior, diretamente subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), que tem como finalidade gerir a política de inovação e promover a disseminação da cultura de propriedade intelectual, por meio do assessoramento junto aos pesquisadores do Instituto. Objetiva ainda promover a adequada proteção das invenções geradas no IFAL e sua transferência ao setor produtivo, visando integrá-lo à comunidade e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e social do país.

j. Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD

Órgão de caráter consultivo e deliberativo, que tem por finalidade assessorar a Reitoria e o Conselho Superior, na formulação e acompanhamento da execução da política do pessoal docente, em seu processo de desenvolvimento profissional. É composto por seis docentes, em regime de 40 horas de trabalho, eleitos por seus pares.

k. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação – CIS

Órgão de caráter consultivo, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da implantação e implementação, em todas as etapas, do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação no Instituto. É constituído por representantes dos servidores.

I. Comissão Permanente de Exame de Seleção – COPES

Órgão de caráter consultivo, responsável pelo assessoramento nos processos de planejamento, coordenação e execução de todas as ações que envolvam a seleção de ingresso de alunos nos cursos regulares. Tem como atribuições zelar pela lisura e confidencialidade dos processos de ingresso de alunos e propor medidas que visem ao aprimoramento dos processos de seleção que lhes são competentes. É composta por servidores efetivos do Instituto, indicados por seu Presidente e validados pelo Departamento de Seleção de Ingressos.

m. Comissão Permanente do Magistério – COPEMA

Órgão de caráter consultivo, responsável pela realização dos concursos públicos para a seleção de docentes no Instituto, podendo também selecionar técnicos administrativos. É constituída de professores e técnicos-administrativos com competência para elaborar os editais dos concursos públicos e executar as atividades do certame no que lhe couber.

n. Comitê Gestor de Laboratórios

Órgão de caráter executivo, que tem como responsabilidade assegurar o bom funcionamento dos laboratórios do Instituto, investigando suas demandas e servindo como suporte para seu respectivo atendimento. Cabe-lhe também fazer vistorias periódicas sobre a situação dos laboratórios e zelar pelo cumprimento das normas de utilização desses ambientes por seus usuários. É composto por representantes de todas as unidades do Instituto.

o. Comitê de Tecnologia da Informação

Órgão de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de todas as Pró-reitorias e Campus do Instituto, que tem como finalidade auxiliar na definição e acompanhamento das políticas, programas e iniciativas da área de tecnologia da informação. Uma de suas principais atribuições é a elaboração e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

7.9.7. Regulamentação

- NDE: Portaria nº 1.714/GR, de 1º de dezembro de 2010.
- CPA: Resolução nº 21/CS/2010.
- Comissão de Ética: Portaria nº 2471/GR, de 22 de outubro de 2013
- Comitê de Pesquisa e Pós-graduação: Resolução nº 55/CS/de 2012
- Conselho Editorial: Resolução nº 39/CS de outubro de 2013
- Fórum dos Dirigentes de Administração e Planejamento: Ata de reunião do Colégio Dirigentes, ano 2011
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas: Portaria nº 909/GR, de 22 de maio de 2012
- NIT: Resolução nº 19/CS de 14 de junho de 2010
- CPPD: Portaria nº 475, de 26 de agosto de 1987
- CIS: Resolução nº 45/CS, de 27 de dezembro de 2011
- COPPES: Portaria nº 1453/GR, de 27 de junho de 2013
- COPEMA: Portaria nº 1096/GR, 18 de agosto de 2010
- Comitê de Pesquisa e Pós-graduação: Resolução nº 55/CS, de 17 de dezembro de 2012.
- Comissão Própria de Avaliação – CPA: Resolução nº 21/CS, de 1º de julho de 2010.
- Comitê Gestor de Laboratórios: Portaria Nº 1296/GR, de 08 de agosto de 2012
- Comitê de Tecnologia da Informação: Portaria de nº 1.319/GR, de 15 de setembro de 2010

7.10. PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

7.10.1. Concepção

Para que uma instituição possa se desenvolver de forma satisfatória, em consonância com as possibilidades que um horizonte amplo e aberto às transformações da sociedade, é imprescindível que ela considere o meio no qual está inserida, bem como seus atores. Assim, ponderando importância dessas

relações, é estratégia do IFAL buscar o aprimoramento do relacionamento com os diversos públicos de seu entorno.

7.10.2. Tipos de parcerias

As relações entre as comunidades, instituições e empresas e o Instituto podem ocorrer de diferentes formas, sendo as mais comuns:

a. Estágios

Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos alunos em organizações e entidades, seja por pré-requisito do curso (estágios curriculares), seja como forma de aprimoramento do aluno frente a sua futura atividade profissional (estágios não obrigatórios). A celebração dessa parceria com empresas e outras instituições concedentes de estágio são estabelecidos por meio de convênios de prestação de estágio ou prática profissional.

b. Projetos de Pesquisa

Relação se estabelece como forma de desenvolvimento da ciência, por meio da realização de um projeto de pesquisa. Esses projetos podem ser desenvolvidos com diferentes parceiros do Instituto, desde organizações privadas a comunidades de determinadas regiões. As relações para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa não são exclusivas do pesquisador / objeto pesquisado, mas podem se dar por meio da cooperação entre instituições pesquisadoras que estejam desenvolvendo estudos similares e que decidam trabalhar juntas, a fim de obter dados de forma mais efetiva, otimizando resultados. A celebração dessa parceria pode acontecer – considerando os resultados, recursos envolvidos e objetos dela provenientes – como termo de cooperação, acordo informal ou convênio, observados a legislação pertinente e os interesses das partes.

c. Projetos de Extensão

Forma de parceria similar à da pesquisa. Entretanto, na maioria das vezes, os projetos de extensão surgem do canal do IFAL com a comunidade, como

forma de intervenção positiva em sua rotina. Os projetos de extensão, usualmente, acontecem por força de editais internos e a sua relação com o público parceiro é estabelecida normalmente pelo realizador do projeto de extensão.

d. Fornecedores

Uma das formas de relação do IFAL com organizações públicas e privadas, ou mesmo com pessoas físicas, é a prestação de serviços. A celebração da prestação de serviços normalmente é estabelecida por meio de contratos, contudo convênios e outros instrumentos afins também podem ser utilizados.

e. Intercâmbio acadêmico

Acordo firmado entre instituições de ensino com o intuito de possibilitar o intercâmbio professor-professor e/ou aluno-aluno, de modo a aprimorar o desenvolvimento da pesquisa e da extensão, bem como a promoção de práticas de ensino da instituição de origem. A celebração do intercâmbio pode ser estabelecida tanto por alguma das instituições parceiras, quanto por incentivo de outra instituição, como é o caso dos programas propostos pelo governo e por instituições de Fomento à Pesquisa.

f. Intercâmbio de servidores técnico-administrativos

Relação estabelecida entre servidores de duas entidades públicas, com o intuito de desenvolver e fortalecer a área do servidor. Nesse intercâmbio, o IFAL pode desempenhar tanto o papel de cedente, como também de receptor ou solicitante de servidor externo.

g. Campanhas, promoções públicas e eventos

Iniciativas que podem envolver a participação de diversos públicos – comunidade local, instituições públicas, privadas e do terceiro setor, e alunos – os quais podem assumir diferentes papéis de acordo com o tipo de evento ou campanha desenvolvidos.

7.10.3. Regulamentação

Estágio: Resolução 34/CS/ de 2013.

Projeto de pesquisa: Resolução nº 18/CS, de 28 de março de 2012.

Projeto de extensão: Resolução nº 10/CS/2011

Prestação de serviços: Resolução nº 10/CS/2011

Campanhas, promoções públicas e eventos: Grupo Estratégico de Relacionamento com a Sociedade/GERS, Portaria nº 1414/GR, de 04 de setembro de 2012.

7.11. GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

7.11.1 Concepção

Consiste no conjunto de atividades relacionadas ao provimento, manutenção e reparos de elementos relacionados a infraestrutura física do IFAL. Estas ações funcionam como complementares ou de suporte para que haja a realização e desenvolvimento das atividades fins do Instituto (ensino, pesquisa e extensão); bem como do alcance de seus objetivos organizacionais, frente a si próprio e a instâncias superiores. É também responsabilidade da gestão de infraestrutura promover as condições necessárias, no que tange à sua área de competência, para o bem-estar de usuários e servidores do IFAL.

7.11.2 Princípios

Os princípios norteadores da gestão de infraestrutura no IFAL são:

a. Provimento de condições de apoio ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão

A gestão de infraestrutura tem por compromisso apoiar e desenvolver projetos e obras para que os cursos e demais atividades fins do IFAL sejam realizados conforme as condições entendidas como as melhores, tendo em vista a utilização adequada de recursos disponíveis, assim como recomendações das instâncias reguladoras e definidoras das referidas atividades. Cabe à gestão de infraestrutura garantir condições de espaço e ambiente adequados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, promovendo contato mais próximo do aluno com a ciência e a

sociedade e consequente respaldo às atividades de ensino, primando pelo princípio de que estas são faces indissociáveis no processo de aprendizagem e aprimoramento do ser.

b. Promoção da acessibilidade

A adequação de espaços existentes no IFAL bem como os projetos e obras desenvolvidos devem ser elaborados e executados tendo em vista as necessidades e limitações dos usuários e servidores do Instituto, de forma a garantir espaço acessível e confortável, permitindo a inclusão e o desenvolvimento das atividades fins da Instituição de forma satisfatória.

c. Responsabilidade socioambiental

Os projetos e obras desenvolvidos pelo IFAL devem considerar os impactos gerados no meio ambiente e na sociedade, desde seu período de concepção a execução e entrega. Devem ser pensados, prevendo um funcionamento e uso que favoreçam práticas e hábitos ambientalmente corretos, tendo em vista a sustentabilidade e o desenvolvimento consciente da sociedade a qual está inserida.

d. Otimização de recursos

A gestão de infraestrutura deve primar pela utilização eficiente dos recursos financeiros e materiais no planejamento, na execução e monitoramento de suas atividades, observando sempre a qualidade do que se deseja alcançar e as necessidades. Os recursos devem ser pensados e utilizados com vistas a otimização em seu uso adequado, consciente e realmente necessário.

7.11.3. Objetivos estratégicos e indicadores

Os objetivos estratégicos relacionados à gestão de infraestrutura, assim como os indicadores que avaliarão sua obtenção no IFAL, são:

6. Adequar a infraestrutura dos Campi para uma oferta apropriada dos cursos.

Adequar as instalações físicas – salas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas, áreas de convivência, etc – dos Campi para garantir a adequada execução das ações pedagógicas e as condições de acessibilidade dos alunos e servidores.

Área de impacto	Políticas de Gestão
Indicadores	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ realização das demandas previstas no PDI

7.11.4. Situação atual

O IFAL conta, em 2013, com uma estrutura de 11 Campus distribuídos ao longo de todo o Estado de Alagoas. Dessa infraestrutura, seis estão instaladas em sede definitiva e cinco em sedes provisórias. A previsão é que ao longo do período de vigência deste PDI, todos os Campi se instalem em sedes definitivas e o processo de expansão prossiga com a inauguração de mais quatro novos Campi distribuídos em diferentes regiões do Estado.

Destaca-se ainda o prédio da Reitoria, patrimônio próprio do IFAL, localizado em uma região privilegiada da capital alagoana.

A situação das instalações do IFAL é:

a. Reitoria

A Reitoria do IFAL funciona em um edifício de sete andares no bairro de Jatiúca inaugurado em janeiro de 2012, onde estão distribuídos os vários setores Reitoria, conforme **Tabela 3**.

Tabela 5: Espaços da Reitoria, prédio principal, Maceió/AL, dezembro de 2013.

Espaço	Quantidade
Almoxarifado	1
Depósito do Almoxarifado	1
Diretoria de Tecnologia e Informação	5
Administração e Manutenção	1

Espaço	Quantidade
Patrimônio	1
Arquivo e Protocolo	1
Comissão Permanente de Exame de Seleção	2
Coordenação de Projetos e Obras	2
Aposentadoria	2
Cadastro	2
Pagamento	2
Capacitação	1
Contrato e Admissão	2
Saúde do Servidor	2
Diretoria de Gestão de Pessoas	2
Departamento de Articulação Pedagógica	
DAP/ Departamento de Educação Básica – DEB	1
Registro de Diplomas	1
Departamento de Educação a Distância	7
Diretoria de Infraestrutura e Expansão	1
Departamento de Planejamento Institucional	1
Pró-reitoria de Ensino	2
Departamento de Graduação	2
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	2
PRONATEC	2
Coordenação de Assistência Estudantil	1
Coordenação de Empreendimento, Extensão, Articulação Com Setor Produtivo, Projetos	1
Comunitários	
Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	3
Coordenação de qualificação acadêmica (conselho editorial)	1
Coordenação de Pós-graduação e Planejamento de Pós-Graduação	1
Coordenação e Diretoria Nit	1
Diretoria de Políticas Estudantis	1

Espaço	Quantidade
Pró-reitoria de Extensão	2
Departamento de Contabilidade e Finanças	2
Coordenação de Finanças	1
Arquivo Contabilidade/ Finanças	1
Coordenação de Contratos	1
Coordenação de Licitações	1
Diretoria de Suprimentos	1
Diretoria de Orçamento e Finanças	1
Coordenação de Orçamento	1
Departamento de Compras	2
Pró-reitoria de Administração e Planejamento	2
Auditoria	2
Secretaria do Gabinete	2
Procuradoria	2
Assessoria, Ouvidoria e Relações Internacionais	1
Gabinete do Reitor	5
Departamento de Comunicação e Eventos	2
Programa mulheres mil	1
CPPD	1
Sala de Reuniões do Conselho	2
Banheiros em salas	88
Banheiros em corredores dos 7 andares	6
Banheiros para visitantes – Recepção	3
Recepção	1
Depósito	1
Hall	7
Garagem ¹¹	1
Escadas	1
Copa	1

Fonte: Elaboração IFAL

¹¹ Para fins de apresentação, as vagas de garagem existentes no subsolo e no pilotis do prédio foram consideradas como uma única garagem.

O prédio da Reitoria é equipado com sistemas de combate a incêndio e pânico e câmeras de vigilância que permitem uma maior segurança de seus ocupantes e usuários. Pode abrigar um total de 46 veículos em sua garagem, distribuída entre seu subsolo e o pilotis. Todas as suas salas são mobiliadas de acordo com os ambientes aos quais se destinam. O acesso ao prédio possui rampa, além de calçadas devidamente sinalizadas para deficientes visuais. Sua recepção tem banheiro próprio para portadores de necessidades especiais, bem como amplo espaço para a locomoção de cadeirantes. A circulação entre andares pode ser feita por dois amplos elevadores cada um com capacidade para transporte de até 8 pessoas ou 600kg¹². As salas são sinalizadas e devidamente identificadas ainda na recepção. Além disso, existe uma placa que identifica o prédio com a Reitoria do IFAL, posicionada no último andar, o que permite aos passantes reconhecerem o edifício. Todas essas precauções demonstram o compromisso da Instituição com a acessibilidade, considerando diversas necessidades de seus usuários e servidores.

b. Arapiraca

O Campus Arapiraca, desde seu período de fundação até o presente momento, funciona em sede provisória dividida entre a Escola Municipal Hugo Lima e o Centro de Formação Profissional. Os prédios, em que o Campus funciona, são cessão da Prefeitura Municipal, uma vez que pelo fato de o município ser o segundo maior do Estado, ao se analisar densidade populacional e o desenvolvimento econômico alcançado, foi necessária a implantação do Campus antes da inauguração de sua sede definitiva. Por não se tratar de espaços próprios do IFAL e diante da iminência de entrega da sede definitiva do Campus, algumas adaptações necessárias a esses espaços não serão realizadas. Há de se considerar que o Campus foi instituído como uma resposta aos apelos da sociedade no que tange à educação profissional e tecnológica, além da política de expansão do Governo Federal. Assim, dentro do possível e respeitando os princípios

¹² Dados retirados de informações do fabricante.

de gestão do IFAL, a implantação do Campus foi feita de maneira cautelosa. Contudo, no que tange a acessibilidade, muitos requisitos que são entendidos como necessários pela Instituição não puderam ser em sua totalidade cumpridos. A estrutura final do Campus, com previsão de entrega para 2014 deverá atender a todos os princípios recomendados no que diz respeito a este quesito, na proposição de uma escola inclusiva e que respeita as diferenças. A estrutura final do Campus, com previsão de entrega para 2014, segue a do Campus padrão. A descrição da sede provisória está registrada na Tabela 6.

Tabela 6: Caracterização da estrutura física – Campus Arapiraca – sede provisória, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	6
Salas de Professores	1
Salas de aula	8
Sanitários	4
Cantina	1
Biblioteca	1
Salas de setores administrativos	1
Salas de apoio	1
Depósitos	1
Laboratórios de Informática	3
Laboratórios de Eletrônica	1
Laboratório de Eletricidade	1

Elaboração: IFAL

c. Maceió

O Campus Maceió, herdeiro direto da antiga Escola Técnica Federal de Alagoas, com seu caráter centenário, compõe junto com Satuba a camada mais antiga do complexo IFAL. Possui sede própria, localizada em um ponto central da capital alagoana, em prédio inaugurado em 1968 e com projeto original feito pelo consagrado arquiteto Oscar Niemeyer. Apresenta uma das

maiores estruturas construídas do Instituto e abriga um imenso contingente de alunos distribuídos em diferentes níveis, áreas e modalidades de ensino. No que tange a acessibilidade, o Campus Maceió tem procurado se adaptar às diferentes necessidades dos ocupantes de seus espaços. O prédio já possui sinalizações, rampas, banheiros para portadores de necessidades especiais e tem promovido esforços na construção de um ambiente acessível de fato. Contudo, há de se considerar que a estrutura do Campus foi construída em um tempo em que essas atenções não tinham a visibilidade e preocupação atuais. Assim como as demais unidades do IFAL, o Campus se envolve no compromisso de ao longo do período de vigência do presente PDI se adaptar e se tornar sua estrutura mais acessível a seus usuários e servidores.

A **Tabela 7** apresenta a distribuição de espaços:

Tabela 7: Caracterização da estrutura física – Campus Maceió – sede própria, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Bloco administrativo	
Sala da Coordenação de Compras	1
Auditórios	1
Direção Geral	2
Miniauditório	1
Almoxarifado	1
Biblioteca Central	1
Espaço Cultural	1
Campo de Futebol	1
Quadra de Esporte	1
Praça de Esportes	1
Secretaria do Gabinete	1
Sala de reunião	2
Diretoria de Ensino	2
Arquivo da Reitoria	1
Coordenação de Contabilidade e Finanças (antiga)	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
recepção)	
Coordenação de protocolo e arquivo	1
Auditório	1
Sanitários (masculino e feminino)	4
Área de convivência funcionários terceirizados	1
Direção de Assuntos Acadêmicos	
Sala Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA)	1
Sala da Coordenação de Serviço Social - Sala para Assistente Social	1
Licenciatura em Biologia	
Laboratório Biologia/Monitoria	
Coordenadoria PIBID	
Laboratório Sensoriamento	
Laboratório Síntese	
Laboratório Zoologia	
Laboratório Informática/Biologia	
Licenciatura em Química/Química / Alimentos	
Sala de aula	6
Coordenadoria de Química e Alimentos	1
Almoxarifado	1
Laboratório Bioprocessos	1
Laboratório Microbiologia	1
Laboratório Análise Instrumental	1
Laboratório Bromatologia	1
Laboratório de Síntese	1
Laboratório de Química Demonstrativa	1
Laboratório Química Eletroanalítica	1
Laboratório Química Geral/Físico – Química	1
Laboratório Química Orgânica/Analítica	1
Laboratório Espectroscopia de Infravermelho	1
Laboratório de Informática	1
Laboratório de Física	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Sala da monitoria	1
Laboratório de Biologia	1
Sala dos Técnicos	1
Sala de projeção	1
Sanitários (masculino e feminino)	4
Estradas / Urbanização	
Coordenadoria de Estradas e Urbanização	1
Sala dos professores	1
Laboratório de Materiais de Construção	1
Laboratório de Mecânica dos Solos	1
Sala de projetos	1
Almoxarifado	1
Eletrônica	
Sala de aula	7
Coordenadoria de Eletrônica	1
Laboratório Eletrônica Digital/Analógica/Electricidade Básica	3
Laboratório Informática	1
Laboratório Eletrônica de Potência	1
Laboratório Sistemas Digitais Programáveis	1
Laboratório telecomunicações	1
Laboratório Automação e Controle	1
Laboratório de Corrosão/WC Masculino	1
Sanitário masculino/PNE	4
Sanitário feminino	4
Plataforma PNE	1
Eletrotécnica	
Coordenadoria de Eletrotécnica	1
Sala de aula	1
Laboratório Desenhos e Projetos	2
Laboratório Informática	2
Laboratório Máquinas	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Laboratório Automação e Controle	1
Laboratório Comandos Industriais	1
Laboratório Instalações Elétricas	1
Laboratório Eficiência Energética	1
Laboratório Medidas Elétricas	1
Sala Pesquisa e Desenvolvimento	1
Miniauditório	1
Sala de apoio/almoxarifado	1
Licenciatura em Matemática	
Laboratório de Matemática	1
Laboratório de Informática	1
Sala de estudo	2
Sala de Coordenação de Curso	1
Sala para monitoria	1
Sala para seminários	1
Mecânica	
Coordenadoria de Mecânica	1
Laboratório Desenho	2
Laboratório Informática	1
Laboratório Automotivo	1
Laboratório Materiais	1
Laboratório Metrologia	1
Laboratório Máquinas operatrizes / Tornearia / Fresadoras	1
Laboratório Soldagem e Caldeiraria	1
Laboratório Refrigeração	1
Laboratório Injeção Eletrônica / Gás Veicular	1
Laboratório Fundição	1
Mini auditório	1
Sanitários (masculino, feminino e PNE)	3
Informática / Bacharelado Sistemas de Informação	
Coordenadoria de Informática e Sistemas da Informação	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Laboratório Informática	6
Gabinete de professor	3
Sala do Core	1
Sala de grupo de pesquisa	1
Sala dos professores	1
Sala de projetos	1
Miniauditório	1
Depósito	1
Sanitários (masculino, feminino e PNE)	4
Edificações / Construção de Edifícios	
Sala da Coordenadoria de Edificações e Construção de Edifícios	1
Laboratório Informática	3
Miniauditório	1
Laboratório Instalações Hidrossanitárias	1
Laboratório de CAD	2
Sala de pesquisa	2
Sanitários (masculino e feminino)	6
Sala de professores	1
Salas de aula	6
Laboratório Desenho	1
Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório Materiais	1
Laboratório de Solos e Materiais de Construção	1
Laboratório Casa Escola	1
Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	1
Laboratório Topografia	1
Laboratório de Segurança do trabalho	1
Laboratório de Química	1
Laboratório de Física	1
Design de Interiores	
Núcleo de Pesquisa	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Sala de Coordenação	1
Laboratório de Desenho	1
Laboratório de Criação	1
Laboratório de Informática	2
Salas de aula	2
Sanitários	2
Miniauditório	1
Sala de estudo	1
Gestão de Turismo e Hotelaria	
Sala de coordenação de Gestão de Turismo e Hotelaria	1
Laboratório de Hospedagem	1
Laboratório de Informática	1
Linguagens e Códigos	
Sala da Coordenadoria de Linguagens e códigos	1
Sanitários (masculino e feminino)	2
Setor médico	
Consultório odontológico	1
Consultório médico	1
Consultório do psicólogo	1
Área comum	
Coordenadoria Ciências da natureza	1
Banco do Brasil	1
Banco Santander	1
Biblioteca	1
Copa	1
Sala dos professores	1
Sala de apoio	2
Sala de disciplina	1
Coordenadoria de Ciências Humanas	1
Sala dos professores	1
Salas de aula	22
Laboratório Física	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Sanitário masculino	6
Sanitário feminino	6
Coordenação de Tecnologia da Informação	1
Coordenação Pedagógica	1
Educação Física	
Ginásio de esportes	1
Quadra de vôlei de praia	1
Campo de futebol	1
Pista de atletismo	1
CRA / Coordenação de Registro Acadêmico	
Sala da Coordenadoria	1
Recepção	1
Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação	
Sala da Coordenação do Pronatec	1
Sala da Coordenação do CIEE	1
Diretoria de Administração e Planejamento	
Sala da Coordenadoria de Infraestrutura, Projetos e Obras	3
Sala da Coordenação de Licitação	1
Sala da Coordenação de Tecnologia da Informação	1
Sala do cadastro e gestão de pessoas pagamento	1
Coordenadoria de Segurança no Trabalho	
Sala da Coordenação	1
Biblioteca	
Biblioteca	1
Núcleo de Cultura	
Sala da Coordenadoria	1
Sala de aula	2
Sala de ensaio da orquestra	1
Depósito	1
Sanitários (masculino, feminino e PNE)	3

Fonte: Elaboração IFAL

d. Maragogi

O Campus Maragogi, em funcionamento desde 2010, também foi criado como estratégia da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2013, este Campus passa a funcionar em espaço da Fundação Costa dos Corais (FUNDEC), como dependência provisória, até que sua infraestrutura definitiva esteja concluída. Assim, a sede provisória desse Campus se constitui dos seguintes espaços, tal como apresentado na Tabela 8:

Tabela 8: Caracterização da estrutura física – Campus Maragogi – sede provisória, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação ¹³	5
Salas de professores	1
Salas de aula	8
Sanitários	6
Cantina	1
Biblioteca	1
Salas de setores administrativos	1
Depósitos	1
Laboratórios de Informática	1
Almoxarifado	1

Elaboração: IFAL

e. Marechal Deodoro

O Campus Marechal Deodoro é conhecido como sendo dos chamados Campi pré-existentes. Foi inaugurado em 1995, possui sede própria e está instalado no bairro de Poeira, no município de Marechal Deodoro. No que tange à

¹³ 1 sala (Departamento Acadêmico/ Coordenação de Ensino/ Coordenação Pedagógica/ CRA); 1 Sala (CGP/ Coordenação de apoio ao ensino/ Coord. de Almoxarifado e patrimônio/ Chefia de Gabinete/ Bibliotecária); 01 Sala (Assistência Estudantil; Coord. Pesquisa e Extensão); 01 Sala (Diretoria Geral); 01 Sala (Coord. de Contabilidade e Finanças; Departamento de Orçamento e Administração)

promoção de espaços, o Campus tem se empenhado com a construção de rampas, adaptação de banheiros e móveis para portadores de necessidades especiais, bem como com a adequada sinalização de seus ambientes. Todavia por se tratar de um Campus antigo, esta tarefa ainda se encontra em processo, devendo ser concluída ao longo do período de vigência do presente PDI. Sua estrutura se encontra distribuída conforme apresentada na Tabela 9.

Tabela 9: Caracterização da estrutura física – Campus Marechal Deodoro – sede própria, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	9
Salas de professores	1
Salas de aula	13
Sanitários	9
Refeitório	1
Cantina	1
Auditório	1
Miniauditórios	1
Biblioteca	1
Campo de futebol	1
Quadra de esporte	2
Pista de atletismo	1
Salas de setores administrativos	8
Depósitos	1
Laboratórios de Física	1
Laboratórios de Química	1
Laboratórios de Informática	1
Muro	1
Vestiário	2
Sala de reunião	1
Sala de videoconferência e teleconferência	1
Consultório médico	1
Consultório odontológico	1

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Consultório psicológico	1
Laboratório de Análise Química	1
Copa	1
Serviço Social	1
Gestão Ambiental	Quantidade
Salas de Aula	04
Salas de professores	1
Laboratório de Química e Biologia	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Informática	1

Fonte: Elaboração IFAL

f. Murici

Assim como os Campi Arapiraca e Maragogi, Murici também é um dos Campi instituídos pelo programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Foi fundado igualmente em 2010 e ainda não possui sede de funcionamento definitiva. Provisoriamente, em 2013, funciona na Escola Municipal Astolfo Lopes, prédio emprestado pela Prefeitura Municipal de Murici até que a estrutura do local esteja completa. Sua atual estrutura é a referida na **Tabela 10**:

Tabela 10. Caracterização da estrutura física – Campus Murici – sede provisória, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	1
Salas de professores	1
Salas de aula	8
Sanitários	5
Biblioteca	1
Salas de setores administrativos	1
Salas de apoio	1
Depósitos	2

Laboratórios de Química	1
Laboratórios de Informática	1
Banheiros especiais para portadores de necessidades	2

Fonte: Elaboração IFAL

g. Palmeira dos Índios

O Campus Palmeira dos Índios, inaugurado em 1993 após a abertura dos Campi Maceió e Satuba, é o mais antigo no complexo IFAL. Possui sede própria, contando com a estrutura física descrita na **Tabela 11**:

Tabela 11. Caracterização da estrutura física – Campus Palmeira dos Índios – sede própria, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	1
Salas de professores	1
Salas de aula	18
Sanitários	21
Refeitório	1
Cantina	1
Auditório	1
Miniauditórios	1
Biblioteca	1
Salas de pesquisa	2
Campo de futebol	1
Quadra de esporte	1
Pista de atletismo	1
Quadra de vôlei de praia	1
Salas de setores administrativos	15
Salas de apoio	1
Laboratório de Biologia ou Biotecnologia	1
Laboratórios de Física	2
Laboratórios de Química	1
Laboratórios de Informática	5

Laboratórios de Processos Industriais	1
Laboratórios de Eletrônica	1
Laboratórios de Redes	1
Laboratórios de Segurança do Trabalho	1
Laboratório de Construção Civil	1
Arquibancada	2
Vestiário	2
Sala de reunião	1
Sala de videoconferência e teleconferência	1
Consultório médico	1
Consultório odontológico	1
Consultório psicológico	1
Alojamento	2
Espaço cultural	1
Laboratório de Desenho	1
Laboratório de Auto CAD	1
Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório de Eletricidade	1
Laboratório de Máquinas Elétricas	1
Laboratório de Robótica	1
Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	1
Sistemas Elétricos	
Sala de Direção	1
Salas de Coordenação	1
Sala de Professores	1
Salas de Aulas	13
Laboratório de Informática	4
Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório de Eletricidade	1
Laboratório de Máquinas Elétricas/Automação	1
Laboratório de Eletrônica	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Química	1

Laboratório de Pesquisa	1
Engenharia Civil	
Sala de Coordenação	1
Sala de Professores	1
Salas de Aulas	10
Laboratório de Informática	3
Laboratório de CAD	2
Laboratório de Desenho	2
Sala de Pesquisa	2
Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório de Eletricidade	1
Laboratório de Solos e Materiais de Construção	1
Laboratório Casa Escola	1
Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	1
Laboratório de Topografia	1
Laboratório de Segurança do trabalho	1
Laboratório de Análises e Pesquisas Ambientais	1
Salas de Estudo e Pesquisa	1
Laboratório de Análises e Pesquisa em Desenvolvimento Ambiental	1
Laboratório de Química	1
Laboratório de Física	1

Fonte: Elaboração IFAL

h. Penedo

O Campus Penedo, assim como os demais que fizeram parte da expansão do IFAL, foi inaugurado em 2010. Durante dois anos, funcionou em instalações provisórias, indo para em sua sede definitiva em 2013. Por ter sido fruto do projeto da expansão, os espaços de Penedo foram projetados seguindo as orientações do MEC/SETEC no tocante à promoção de acessibilidade. A estrutura do Campus Penedo é composta dos espaços descritos na **Tabela 12**:

Tabela 12: Caracterização da estrutura física – Campus Penedo – sede própria, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	4
Salas de professores	2
Salas de aula	10
Sanitários	11
Refeitório	1
Cantina	1
Auditório	1
Biblioteca	1
Salas de setores administrativos	2
Depósitos	1
Laboratórios de Matemática	1
Laboratório de Biologia ou Biotecnologia	1
Laboratórios de Física	1
Laboratórios de Química	1
Laboratórios de Informática	2
Laboratórios de Processos Industriais	1
Banheiros especiais para portadores de necessidades	4
Ilhas de Impressão	1
Garagem	1
Muro	1
Sala de reunião	1
Sala de videoconferência e teleconferência	1
Consultório médico	1
Consultório odontológico	1
Consultório psicológico	1
Sala de Artes	1

Fonte: Elaboração IFAL

i. Piranhas

O Campus Piranhas foi concebido, considerando o programa de expansão do IFAL realizado pelo Governo Federal. Foi inaugurado em 2010 e funcionou dois anos em espaço provisório. Dos novos Campi do Instituto, foi um dos primeiros a possuir sede própria descrita na **Tabela 13**:

Tabela 13. Caracterização da estrutura física – Campus Piranhas – sede própria, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	14
Salas de professores	1
Salas de aula	9
Sanitários	15
Cantina	1
Auditório	1
Salas Multimeios	1
Biblioteca	1
Salas de pesquisa	1
Campo de futebol	1
Quadra de esporte	1
Salas de setores administrativos	10
Salas de apoio	2
Depósitos	1
Laboratórios de Matemática	1
Laboratório de Biologia ou Biotecnologia	1
Laboratório de Microbiologia	1
Laboratórios de Física	1
Laboratórios de Química	1
Laboratórios de Informática	2
Laboratórios de Processamento de Alimentos	1
Laboratórios de Solo e Geologia	1
Banheiros Especiais para Portadores de Necessidades	6

Sistema de segurança eletrônica	1
Controle automatizado nas portarias de acesso à instituição	2
Ilhas de impressão	1
Piscina semiolímpica	1
Muro	1
Vestiário	2
Sala de reunião	1
Sala de videoconferência e teleconferência	1
Espaço cultural	2
Sala de manutenção	1
Laboratório de Fitotecnia	1
Laboratório de Análise Sensorial	1
Sala de Preparação de Amostra	1
Laboratório de Produção Vegetal	1

Fonte: Elaboração IFAL

j. Santana do Ipanema

O Campus Santana Ipanema foi inaugurado no ano de 2010, em decorrência do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do sertão do Estado de Alagoas, o Campus iniciou suas atividades nas dependências da Universidade Estadual de Alagoas – Uneal, onde se manteve até 2013, aguardando a entrega de sua sede própria. A estrutura utilizada pelo referido Campus se encontra descrita na **Tabela 14**:

Tabela 14. Caracterização da estrutura física – Campus Santana do Ipanema – sede provisória, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	1
Salas de professores	1
Salas de aula	8
Sanitários	4

Cantina	2
Auditório	1
Biblioteca	1
Quadra de esporte	1
Salas de setores administrativos	1
Salas de direção e apoio pedagógico	1
Depósitos	1
Laboratórios de Informática	1
Laboratórios de Eletrônica	1
Estufa de Hidroponia	1

Fonte: Elaboração IFAL

k. São Miguel dos Campos

O Campus São Miguel dos Campos também foi criado como uma iniciativa do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Campus funciona provisoriamente na Escola Municipal Mário Soares Palmeira, cedida provisoriamente pela prefeitura, até que as obras de construção de sua sede definitiva sejam concluídas. A estrutura em 2013 do Campus está descrita na **Tabela 15**:

Tabela 15: Caracterização da estrutura física – Campus São Miguel dos Campos – sede provisória, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	1
Salas de aula	4
Salas de setores administrativos	1
Laboratórios de Informática	1
Laboratórios de segurança do trabalho	1

Fonte: Elaboração IFAL

I. Satuba

O Campus Satuba surgiu como sucessor direto da antiga Escola Agrotécnica. Foi inaugurado em 1911 e ao lado do Campus Maceió constitui a ala mais

antiga do IFAL. No que tange a Política de acessibilidade adotada pela Instituição, o Campus Satuba tem buscado a promoção desta através de reformas nas suas estrutura. É política do IFAL que ao longo do presente PDI, a acessibilidade de infraestrutura seja concluída com sucesso no referido Campus, respeitando as particularidades históricas de seus espaços. Visto que este é um Campus centenário. Possui estrutura própria, distribuída conforme informações expostas na **Tabela 16**:

Tabela 16: Caracterização da estrutura física – Campus Satuba – sede própria, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Salas de Coordenação	2
Salas de professores	9
Salas de aula	25
Sanitários	98
Refeitório	1
Cantina	1
Auditório	1
Salas Multimeios	1
Biblioteca	1
Campo de futebol	1
Ginásio de esporte	2
Quadra de esporte	2
Quadra de vôlei de praia	2
Salas de setores administrativos	36
Depósitos	10
Banheiros Especiais para Portadores de Necessidades	4
Setor de Arquivo	3
Garagem	1
Muro	1
Arquibancada	2
Vestiário	3
Sala de reunião	2

Consultório médico	1
Consultório odontológico	1
Consultório psicológico	1
Alojamento	15
Residências funcionais	23

Tecnologia em Laticínios

Laboratório de Física	1
Laboratório de Biologia e Microbiologia	1
Laboratório de Físico-Química e Química	1
Laboratório de Análise Sensorial	1
Laboratório de Informática	1
Unidade de Processamento de Produtos Lácteos	1
Laboratórios de Processamento de Alimentos	4

Fonte: Elaboração IFAL

m. Campus padrão

Dando prosseguimento a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAL já está funcionando em sedes próprias em dois de seus novos Campi: Penedo e Piranhas. Cinco Campus estão em fase de construção – Arapiraca, São Miguel dos Campos, Maragogi, Santana do Ipanema e Murici. No decorrer do período de vigência do presente PDI, está prevista a construção de mais quatro Campus: Coruripe, Rio Largo, União dos Palmares e Batalha. Em todos esses oito Campus, o IFAL adotou o projeto padrão do MEC, fazendo as devidas adaptações frente às condições de terreno. Cada um desses espaços possui área que permite uma expansão futura. O projeto do Campus padrão cumpre da melhor forma possível, as recomendações no que tange a acessibilidade e infraestrutura acadêmica. O Campus padrão oferece espaços para laboratórios cujas temáticas são definidas pelo Campus quando da escolha dos cursos a serem ofertados. Os ambientes que constam nesse projeto são descritos na **Tabela 17**:

Tabela 17. Caracterização da estrutura física – Campus Padrão, dezembro de 2013.

Caracterização da estrutura física	Quantidade
Guarita para vigilantes, BWC e sala técnica	1
Bicicletário	1
Estacionamento para motos	1
Estacionamento para carros	1
Auditório ¹⁴	1
Biblioteca com mezanino	1
Área comum entre a biblioteca, auditório e bloco pedagógico	1
Bloco pedagógico	
Administração	
Protocolo e Secretaria	1
Coordenação Pedagógica	1
Coordenação de Gestão de Pessoas	1
Apoio à Direção	1
Direção	
Recepção	1
Diretoria	1
Bloco de banheiros	1
Copa	1
Sala dos professores	1
Espaço Multimídia	1
Departamento acadêmico ¹⁵	1
Departamento administrativo ¹⁶	1
Sala de TI	1

¹⁴ Estão inclusos no espaço do auditório: Plateia com capacidade para 164 pessoas, sendo 2 vagas para pessoas obesas e 4 espaços reservados para P.C.R.; espaço multiuso e 1 banheiro atrás do palco (4m²); Palco (54,37 m²); sala técnica (8,7m²); 3 Banheiros para o público: feminino (5,9), masculino(5,9) e acessível (4,55).

¹⁵ Sala com: 3 Coordenações de Curso, 1 Coordenação de Pesquisa e Extensão, 1 Direção de Ensino e 1 recepção

¹⁶ Sala com: Coordenação de Suprimentos, Coordenação de Contabilidade e Finanças, Sala do Diretor Administrativo, Coordenação de Materiais, Coordenação de Administração e Manutenção e Recepção.

Laboratórios de Química/ Biologia e Física/ Matemática com um Almoxarifado	1
Laboratórios de Línguas e Informática com um almoxarifado	1
Sala da Assistência Social	1
Sala da Psicologia	1
Sanitários (masculino, feminino, acessível) e DML (dispensa de material de limpeza)	1
Área comum de circulação entre o bloco	1
Área de vivência	
Espaço para refeição	1
Dispensa para material de limpeza	1
Cantina	1
Cozinha	1
Área para lavagem de utensílios	1
Lixo	1
Grêmio	1
Vestiário	2
Despensa	1
Despensa fria	1
Carga e descarga (área interna)	1
Depósito/ manutenção de mobiliário	1
Central de gás	1
Área de circulação externa	1
Ginásio	
Quadra com arquibancada	1
Vestiário	2
Vestiário para pessoas com necessidades especiais	1
Depósito de materiais esportivos	1
Coordenação de Educação Física	1
Sala Multiuso	1
Laboratórios especiais	
Salas amplas para laboratórios	2

Bloco de banheiros	1
Anfiteatro	1
Pavimento superior	
Salas	12
Área de circulação	1
Banheiros	2
Banheiro para portadores de necessidades especiais	1
Subestação	1

Fonte: Elaboração IFAL

n. Polos da Universidade Aberta – UAB

Os dados informados abaixo possibilitam uma visão geral dos ambientes acadêmicos, denominados pela Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES, como Polos de Apoio Presencial, espaços esses onde são ofertados cursos superiores na modalidade a distância pelo IFAL, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Salienta-se que para tal fim, a CAPES realiza criteriosamente, antes das ofertas, uma análise desses centros educativos, apoiados por um instrumento de avaliação, que permite classificá-los em **AA (Apto)- AP (Apto pendência) e NA (Não apto)**.

Nesta lógica, dos 07(sete) polos que ofertam cursos em EAD pelo IFAL, até o presente momento, apenas 01(um) encontra-se com perfil AP no SISUAB (Sistema gestão UAB), haja vista na última avaliação, realizada no final de 2012, a conectividade com a internet apresentar-se precária. Sobre isto esclarece-se que, já foi sanado o problema detectado e estamos aguardando para este ano, um retorno da DED/CAPES para reavaliar o polo, mudando assim o perfil para **AA(Apto)**.

Para o ano de 2014, mais dois polos, no Estado da Bahia (Ilhéus e Vitória da Conquista) foram aprovados pela CAPES para oferta de cursos em EAD/IFAL. Sublinha-se que esses polos são mantidos pelo Instituto Anísio Teixeira (órgão estadual) com estrutura adequada ao perfil exigido pela CAPES, na situação **AA (APTO)**.

Destaca-se que o desenho estrutural dos Polos de Apoio Presencial, mesmo quando alocados no prédio do IFAL, ocupa apenas as dimensões apontadas neste documento discriminadas abaixo.

n.1. Polo de Santana Do Ipanema

- 1.1 Mantenedor : Município
- 1.2. Logradouro: Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 242.
- 1.3. Bairro: Monumento
- 1.4. CEP: 57500-000
- 1.5. Coordenadora Polo - Margarete Vaz da Costa Matos
- 1.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de Coordenação	01
Sala dos Professores	01
Sala para Atividade Presencial	09 utilizadas pelo Polo (o prédio possui 16 salas)
Sala de Multimeios (*)	
Auditório	01
Sala de Tutoria	01
Biblioteca	01
Secretaria X Recepção	01
Laboratório de Matemática	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório de Ensino de Física	02
Banheiro Feminino	04
Banheiro Masculino	05
Banheiro Com Acessibilidade	01

(*) Não existe sala específica para multimeios, utilizam-se as nove salas de acordo com a necessidade dos professores. Este polo oferta outras demandas de cursos provenientes de IES públicas conveniadas a Diretoria de Educação da CAPES.

n.2. Polo Maceió (Campus IFAL) - AL

- 2.1. Mantenedor: IFAL
- 2.2. Logradouro: Mizael Domingues, 75.
- 2.3. Bairro: Centro
- 2.4. CEP: 57020-600

2.5. Coordenador Polo – Sílvio Leonardo Nunes de Oliveira

2.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial (*)	-
Sala de multimeios	
Auditório (*)	01
Sala de tutoria	01
Biblioteca (*)	01
Secretaria x recepção ¹⁷	01
Laboratório de informática	01
Laboratório de ensino de Biologia	01
Banheiro feminino ²	04
Banheiro masculino	04
Banheiro com acessibilidade	04

(*) O Polo de Apoio Presencial situado no Campus do IFAL, em Maceió, atende todas as exigências de infraestrutura da CAPES (vide anexo), tendo em vista que esse espaço acadêmico, já foi avaliado e aprovado pelo MEC, em todas as instâncias administrativas, tecnológicas e humanas para ofertar cursos na modalidade presencial.

² Bloco com 3 banheiros - 1 banheiro masculino ($5,3m^2$), 1 banheiro feminino ($6,10$) e banheiro para portadores de necessidades específicas ($3,7m^2$) – além de $76 m^2$ de circulação.

¹⁷ Funciona na sala da Coordenação do Polo.

n.3. Polo Penedo/AL .

- 3.1. Mantenedor: IFAL
- 3.2. Logradouro: Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, 2300.
- 3.3. Bairro: Dom Constantino
- 3.4. CEP: 57.200-000
- 3.5. Coordenador Polo – Manuel Henrique Pereira Santos
- 3.6. Estrutura física:

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial (*)	
Sala de multimeios	
Auditório (*)	01
Sala de tutoria	01
Biblioteca (*)	01
Secretaria x recepção	01
Laboratório de informática	01
Laboratório de ensino de biologia	01
Banheiro feminino	02
Banheiro masculino	02
Banheiro com acessibilidade	02

(*) O Polo de Apoio Presencial situado no Campus do IFAL, em Maceió, atende todas as exigências de infraestrutura da CAPES (vide anexo), tendo em vista que esse espaço acadêmico, já foi avaliado e aprovado pelo MEC, em todas as instâncias administrativas, tecnológicas e humanas para ofertar cursos na modalidade presencial.

Esta quantidade refere-se ao andar (1º) que abriga as turmas em EAD, nos finais de semana (aula presencial)

n.4. Polo Arapiraca/AL

- 4.1. Mantenedor: UFAL
- 4.2. Logradouro: Av. Manoel Severino Barbosa, s/n.
- 4.3. Bairro: Bom Sucesso
- 4.4. CEP: 57309-005
- 4.5. Coordenador Polo – Willamys Cristiano Soares Silva
- 4.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial (*)	
Auditório (*)	01
Sala de tutoria	01
Biblioteca (*)	01
Secretaria x recepção	01
Laboratório de informática	01
Laboratório de ensino de biologia	01
Banheiro feminino	06
Banheiro masculino	06
Banheiro com acessibilidade	05

(*) O Polo de Apoio Presencial situado no Campus da UFAL, em Arapiraca, atende todas as exigências de infraestrutura da CAPES (vide anexo), tendo em vista que esse espaço acadêmico, já foi avaliado e aprovado pelo MEC, em todas as instâncias administrativas, tecnológicas e humanas para ofertar cursos na modalidade presencial.

n.5. Palmeira dos Índios

- 5.1. Mantenedor: IFAL
- 5.2. Logradouro: Av Alagoas, s/n
- 5.3. Bairro: Palmeira de Fora
- 5.4. CEP: 57601-220
- 5.5. Coordenador Polo: Walter Calheiros Pereira
- 5.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial (*)	
Auditório (*)	01
Sala de tutoria	01
Biblioteca (*)	01
Secretaria x recepção	01
Laboratório de informática	02
Laboratório de ensino de biologia	01
Banheiro feminino	04
Banheiro masculino	04
Banheiro com acessibilidade	02

(*) O Polo de Apoio Presencial situado no Campus da UFAL, em Arapiraca, atende todas as exigências de infraestrutura da CAPES (vide anexo), tendo em vista que esse espaço acadêmico, já foi avaliado e aprovado pelo MEC, em todas as instâncias administrativas, tecnológicas e humanas para ofertar cursos na modalidade presencial.

n.6 Polo Maragogi

- 6.1. Mantenedor: município
- 6.2. Logradouro: Praça Maridite Acioli, s/n
- 6.3. Bairro: Centro
- 6.4. CEP: 57955-000
- 6.5. Coordenador Polo: Ana Cristina Almeida
- 6.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial	05
Sala de tutoria	01
Biblioteca	01
Secretaria x recepção	01
Laboratório de informática	02
Laboratório de ensino de biologia	01
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro com acessibilidade	02

n.7. Polo Mata de São João/BA

- 7.1. Mantenedor: município
- 7.2. Logradouro: Rua marechal Deodoro s/n
- 7.3. Bairro: Centro
- 7.4. CEP: 48289 000
- 7.5. Coordenador Polo: Anivan Ferreira Nery
- 7.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial	04
Sala de tutoria	01
Biblioteca	01
Secretaria x recepção	01
Laboratório de informática	02
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro com acessibilidade	02
Cozinha	01

n.8. Polo Vitória da Conquista - BA

- 8.1. Mantenedor: estado - Instituto Anísio Teixeira
- 8.2 Logradouro: Rua Sifredo Pedral Sampaio, s/nº
- 8.3 Bairro: Recreio Vitória da Conquista – BA
- 8.4 CEP: 45.020-190
- 8.5 Coordenadora do Polo: Soraia Campos Santos
- 8.6 Estrutura Física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial	05
Sala de tutoria	01
Biblioteca	01
Secretaria x recepção	01
Laboratório de informática	02
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro com acessibilidade	02
Auditório	01
Cozinha	01

n.9. Polo Ilhéus - BA.

- 9.1. Mantenedor: estado - Instituto Anísio Teixeira
- 9.2. Logradouro: Rua Eptácio Pessoa, s/nº.
- 9.3. Bairro: Alto de São Sebastião, Ilhéus – BA
- 9.4. CEP: 46.659-050
- 9.5. Coordenadora do Polo: Jussara de Lima Clement Ferreira
- 9.6. Estrutura física

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de coordenação	01
Sala dos professores	01
Sala para atividade presencial	03
Sala de tutoria	01
Biblioteca	01
Secretaria	01
Laboratório de informática	01
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro com acessibilidade	-
Auditório	00
Cozinha	01

o. Novas unidades do IFAL

Durante o primeiro ano de vigência deste PDI, estarão em funcionamento as unidades Batalha, Coruripe, Rio Largo e Viçosa, as quais terão início de funcionamento em sedes provisórias, fruto de parcerias com os governos municipais das localidades ou estadual.

o.1. Batalha

Funcionará provisoriamente nas instalações do Polo Tecnológico Agroalimentar de Batalha que possui 1.900 m² de área total e está em fase final de construção. Ao IFAL será disponibilizado o bloco de treinamento do

Polo Tecnológico, que possui um grande auditório (141,48 m²), duas salas de treinamento e um laboratório de informática. Essas áreas estão sendo estudadas para transformação em quatro salas de aula e uma sala administrativa. O bloco de laboratórios e área de agropecuária, que existe no polo, está em negociação para ser cedido ao IFAL para utilização nos cursos de Agroindústria e Agropecuária.

O terreno onde será construído o campus definitivo do IFAL fica na Avenida Governador Muniz Falcão. Está sendo feita a adequação do projeto do campus padrão para que seja dado início ao processo licitatório da obra de construção do campus.

o.2. Coruripe

Funcionará provisoriamente em instalações do pavimento inferior da Escola Nelson Araújo Lessa, possuindo área total de 3.452,04 m² com 2.384,29 m² de área construída. A área disponibilizada no município é constituída por seis salas de aula, um laboratório, dois ambientes administrativos e uma biblioteca.

O terreno onde será construído o campus definitivo do IFAL fica na rodovia Eng.^º Guttemberg Breda Neto (AL 101 Sul), Km 82, no bairro Alto do Cruzeiro. A obra de construção do campus está em fase de licitação.

o.3. Rio Largo

Funcionará provisoriamente nas instalações do Projeto Reviver da Infraero, localizado na BR 104, Km 91, Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. A edificação conta com seis salas de aula, um bloco de banheiros masculino e feminino, duas salas administrativas com banheiro, cozinha, área de serviço/ apoio, pátio interno e externo.

O terreno onde será construído o campus definitivo do IFAL em Rio Largo está sendo negociado com a Aeronáutica. Os projetos só poderão ser iniciados após a definição do terreno.

o.4. Viçosa

Funcionará definitivamente nas instalações da Escola São José localizada próximo a principal via de acesso do município, a rodovia AL 210, na Rua

Mota Lima, s/n. A escola possui dez salas de aula, com área média de 53,40m² cada, três salas administrativas, um bloco de banheiros masculino e feminino, uma sala de professores, auditório para cerca de 105 pessoas, com área de apoio, biblioteca/sala de vídeo, um laboratório de informática, cozinha, despensa, depósito de material de limpeza, e pátio coberto. A construção está dividida em dois níveis, interligados por rampa de acesso.

o.5. União dos Palmares

Em 2014 será feita a licitação da obra de construção do Campus União dos Palmares, o qual será construído na Rua em Projeto, Distrito Industrial, União dos Palmares, Alagoas.

o.6. Benedito Bentes

Devido à necessidade de mais uma unidade do IFAL na capital alagoana, está sendo feita uma negociação com a Prefeitura Municipal de Maceió para que o município disponibilize uma escola para o funcionamento provisório de um Campus avançado no bairro do Benedito Bentes, além de um terreno para a construção do Campus definitivo na mesma região.

p. Reitoria – novo prédio

Com a implantação de novos Campi do IFAL e a ampliação da oferta de cursos e vagas da Educação a Distância (EaD) torna-se necessária a aquisição de um novo prédio para instalação de setores que hoje estão limitados a atuação no prédio atual da Reitoria. A proposta é a transferência da EaD e alguns setores administrativos para o novo espaço, o que permitirá a utilização dos espaços hoje ocupados por esses setores por outras coordenações que estão estranguladas nos seus espaços atuais. Atualmente está em fase de pesquisa de espaço adequado para a demanda da Reitoria para aquisição. Após a aquisição do novo imóvel será feito o projeto de reforma e adequação desses espaços.

7.11.5. Ações¹⁸

Ao longo do período de vigência deste PDI, as ações de infraestrutura, de forma geral, pretendem atender às matizes projetadas em seus princípios. Assim, são ações gerais da gestão de infraestrutura:

1. Atender às demandas das unidades do IFAL no tocante à infraestrutura necessária para a implantação dos novos cursos, bem como de atividades acadêmicas advindas destes.
2. Atender às demandas das unidades do IFAL no tocante à infraestrutura necessária para a manutenção e desenvolvimento dos cursos já existentes, bem como das atividades acadêmicas que advenham destes.
3. Adaptar a estrutura existente com vistas a promover a acessibilidade nos espaços do instituto.
4. Elaborar projetos de obras que desenvolvam espaços ambientalmente corretos e que estimulem práticas sustentáveis por parte de seus usuários.
5. Dar suporte a expansão do IFAL, através da adaptação de projetos executivos; e monitoramento da execução e da entrega das obras a serem realizadas.

As ações de melhoria na infraestrutura física de cada campus ao longo do período de vigência deste PDI está descrita nos quadros abaixo, com o cronograma de início das obras.

Quadro 7: Ações específicas dos Campi e Reitoria.

REITORIA						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Reforma – pintura e acessibilidade	X	-	X	-	-	-

¹⁸ As demandas de Infraestrutura previstas nos quadros da página seguinte, estão representadas pela seguinte legenda: x – reformas; Números – construção de novas dependências considerando as quantidades especificadas,

ARAPIRACA

Necessidade	Quanti-tativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Construção de novo Bloco administrativo	1	-	-	X	-	-
Sala de reunião	1	-	-	01	-	-
Sala de videoconferência	1	-	-	01	-	-
Sala para Serviço Social	2	-	-	02	-	-
Ambulatório de enfermagem	2	-	-	02	-	-
Sala de atendimento psicológico	1	-	-	01	-	-
Sala para o NAPNE	1	-	-	01	-	-
Sala para Programas Especiais (Mulheres Mil, E-tec, Pronatec e UAB)	6	-	-	06	-	-
Sala para o servidor central (Rede Lógica/Telefonia)	1	-	-	01	-	-
Sala para Departamento de Administração e Planejamento	1	-	-	01	-	-
Sala para arquivo morto	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Administração e Manutenção	1	-	-	01	-	-
Sala de estúdio para a rádio	1	-	-	01	-	-
Sala de Coordenação de Protocolo	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Contabilidade	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de suprimentos / pregoeiro / compras	1	-	-	01	-	-
Sala da Auditoria Interna	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Tecnologia da Informação	1	-	-	01	-	-
Sala de Comunicação e Jornalismo	1	-	-	01	-	-
Setor gráfico (ilha de impressão)	1	-		01	-	-
Coordenação de Projetos e Obras	1	-	-	01	-	-
Sala de monitoramento do sistema de vigilância eletrônica	1	-	-	01	-	-
Sala para Qualivida Servidor	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Integração Escola – Empresa (estágios e emprego)	1	-	-	01	-	-
Copa	1	-	-	01	-	-

Setores acadêmicos						
Sala para o Departamento Acadêmico	1	-	-	01	-	-
Sala de Espaço Cultural (artes / dança / música / teatro)	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Ensino / Coordenações de Cursos Técnicos	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação Pedagógica	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Pesquisa	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação de Extensão	1	-	-	01	-	-
Sala da Coordenação dos Cursos Superiores	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Redes de Computadores	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Automação Industrial	2	-	-	02	-	-
Laboratório de Manutenção de Hardware	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Desenvolvimento de Software e de Banco de Dados	1	-	-	01	-	-
Sala de apoio ao ensino	1	-	-	01	-	-
Sala de Multimeios	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Robótica	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Práticas Comerciais	1	-	-	01	-	-
Sala para telecentro (30 computadores)	1	-	-	01	-	-
Sala de aula	15	-	-	15	-	-
Laboratório de Mecatrônica	02	-	-	02	-	-
Laboratório de Segurança do Trabalho	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Ensaios de Empreendedorismo	1	-	-	01	-	-
Laboratório de Desenho Técnico e Cad	1	-	-	01	-	-
Sala de Implantação do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – NEABI	1	-	-	01	-	-
Construção da Casa-Escola (laboratórios)	1	-	-	01	-	-
Reforma/Adaptação dos Laboratórios	X	-	X	-	-	-
Infraestrutura de obras						

Construção de poço artesiano	1	01	-	-	-	-	-
Construção do Complexo Esportivo	1	-	-	01	-	-	-
Construção de quadra de vôlei de praia	1	-	-	01	-	-	-
Construção de auditório (350 pessoas)	1	-	-	-	-	-	01
Construção de muro em torno do terreno do Campus	1	01	-	-	-	-	-
Instalação de Gerador de energia de 360 kVA acoplado a motor estacionário	1	-	-	01	-	-	-
Construção de Sala para almoxarifado; Depósito (bens inservíveis / doações externas); garagem com sala da coordenação de transporte e sala de apoio para os motoristas.	X	-	X	-	-	-	-
Alojamento de alunos visitantes (20 pessoas) com minicopa.	1	-	-	01	-	-	-
Construção do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	1	-	-	01	-	-	-

MACEIÓ							
Necessidade	Quantitativo	Ano					
		2014	2015	2016	2017	2018	
Reforma das guaritas	X	X	-	-	-	-	-
Reforma das calçadas	X	X	-	-	-	-	-
Bloco administrativo							
Reforma/expansão da Coordenação de Compras	1	X	-	-	-	-	-
Sala da Assessoria de Comunicação e Eventos/reforma	1	X	-	-	-	-	-
Reforma/ expansão da sala de Coordenação de Contabilidade e Finanças	X	X	-	-	-	-	-
Sala da Coordenação de Contabilidade e Finanças	1	1	-	-	-	-	-
Reforma/ expansão da Coordenação de Protocolo e Arquivo	X	X	-	-	-	-	-
Construção de elevador ou	1	1	-	-	-	-	-

plataforma para acesso de PNE ao auditório							
Direção de Assuntos Acadêmicos							
Reforma/ expansão da Diretoria de Assuntos Acadêmicos	X	x	-	-	-	-	-
Sala para atendimento psicológico/Construção em novo bloco	1	-	-	-	1	-	-
Sala para Coordenação de Alimentação e Nutrição/Construção em novo bloco	1	-	-	-	1	-	-
Sala de recepção da Coordenação de Serviço Social/Construção em novo bloco	1	-	-	-	1	-	-
Coordenação de Serviço Social/Construção em novo bloco	1	-	-	-	1	-	-
Sala da Coordenação de Serviço Social	1	-	-	-	1	-	-
Copa da Coordenação de Serviço Social	1	-	-	-	1	-	-
Química							
Salas de aula – novas	5	-	-	-	5	-	-
Reforma das salas de aula existentes	X	-	x	-	-	-	-
Reforma/ expansão do almoxarifado da química	X	x	-	-	-	-	-
Sala de almoxarifado - nova	1	-	-	-	1	-	-
Construção de Laboratórios de Ensino de Pesquisa de Química	10	-	-	-	10	-	-
Construção de Sala para professores	8	-	-	8	-	-	-
Sala dos técnicos de laboratório/Reforma	1	-	1	-	-	-	-
Construção de Laboratórios de processamento de alimentos	4	-	4	-	-	-	-
Reforma da Sala de equipamentos (MEV e AFM)	1	1	-	-	-	-	-

Estradas							
Construção do novo bloco de Estradas	1	1	-	-	-	-	-
Eletrotécnica							
Reforma de Sala para professores	6	-	6	-	-	-	-
Sala para pesquisa	4	-	4	-	-	-	-
Reforma da Sala para arquivo	1	-	1	-	-	-	-
Eletrotécnica							
Reforma da Sala de Pesquisa e Desenvolvimento	X	x	-	-	-	-	-
Construção de Sala de Pesquisa e Desenvolvimento	1	-	1	-	-	-	-
Reforma/ Expansão do miniauditório	X	x	-	-	-	-	-
Reforma do almoxarifado	X	x	-	-	-	-	-
Construção de Sala para professores	10	-	-	10	-	-	-
Construção de Sala de Coordenação (curso técnico e superior)	4	-	-	4	-	-	-
Construção de Sala de aula para cursos superiores	12	-	-	-	12	-	-
Construção do Canteiro de GTDE	1	-	-	1	-	-	-
Mecânica							
Reforma e ampliação do bloco de Mecânica	1	1	-	-	-	-	-
Informática							
Construção de Laboratório de Informática	3	-	3	-	-	-	-
Sala do grupo de pesquisa	5	-	5	-	-	-	-
Sala de projetos - expansão	2	-	2	-	-	-	-
Elevador ou plataforma de acesso PNE	1	1	-	-	-	-	-
Edificações e Design							
Construção do novo bloco de Edificações e Design	1	-	1	-	-	-	-
Turismo e Hotelaria							
Reforma/ Expansão do Laboratório de Hospedagem	X	x	-	-	-	-	-
Construção de Laboratório de Alimentos e Bebidas/Restaurante	1	-	1	-	-	-	-
Linguagens e códigos							
Construção do Laboratório de Línguas	1	-	-	1	-	-	-

Construção do Anfiteatro- Bloco novo	1	-	-	1	-	-
Reforma das Salas da monitoria	2	2	-	-	-	-
Construção de Salas das oficinas e ensaios	2	-	-	2	-	-
Reforma da Sala de professores	1	1	-	-	-	-
Reforma da Biblioteca setorial	1	-	-	1	-	-
Reforma/Adaptação para Sala Multimídia	1	1	-	-	-	-
Reforma dos sanitários	X	X	-	-	-	-
Área comum						
Aquisição de terreno de 2.500m ² , com distância máxima de 300m do Campus Maceió, para ampliação da estrutura atual.	1	1	-	-	-	-
Aquisição de terreno de 3.000m ² , com distância máxima de 300m do Campus Maceió, para ampliação da estrutura atual.	1	1	-	-	-	-
Implantação de subestação semienterradas de 500kVA	2	2	-	-	-	-
Aquisição de gerador cabinado de 500kVA	2	2	-	-	-	-
Educação Física						
Complexo poliesportivo	1	1	-	-	-	-
Coordenação de Registro Acadêmico						
Reforma da Sala da Coordenadoria	X	X	-	-	-	-
Reforma da Sala do arquivo	1	1	-	-	-	-
Reforma da Sala de servidores	1	1	-	-	-	-
Reforma da Recepção	X	X	-	-	-	-
Reforma da Copa	1	1	-	-	-	-
Reforma dos Sanitários	2	2	-	-	-	-
Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação						
Reforma para adaptação de Sala da Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação	1	1	-	-	-	-
Reforma para adaptação de Sala da Coordenação de Extensão	1	1	-	-	-	-
Reforma para adaptação de Sala de Programas Especiais (convênio)	5	-	-	5	-	-

Petrobrás-IFAL, Programa Mulheres mil, Pronatec)							
Construção de Salas de incubadoras do CIEE	4	-	-	4	-	-	-
Diretoria de Administração e Planejamento							
Reforma da Sala da Coordenadoria de Vigilância	1	1	-	-	-	-	-
Reforma da Sala para Coordenadoria de Infraestrutura, Projetos e Obras	X	x	-	-	-	-	-
Laboratório Núcleo de Computação Gráfica e Prototipagem	2	2	-	-	-	-	-
Construção da sala de Coordenadoria de Patrimônio (armazenamento de bens)	1	-	1	-	-	-	-
Reforma da Sala da Coordenação de Licitação	X	x	-	-	-	-	-
Reforma da Coordenação de Tecnologia da Informação	X	x	-	-	-	-	-
Reforma da Copa para Bloco Administrativo	1	1	-	-	-	-	-
Reforma/Expansão da Sala de Cadastro, Pagamento, Gestão de Pessoas e Arquivo	1	1	-	-	-	-	-
Coordenadoria de Licenciatura: Biologia, Letras, Matemática, Química e Física							
Construção de Salas de aula – bloco novo	40	-	-	40	-	-	-
Construção/reforma de Laboratórios de Ensino	10	-	10	-	-	-	-
Construção de Auditório – bloco novo	1	-	-	1	-	-	-
Reforma dos Laboratórios de Informática	4	4	-	-	-	-	-
Construção de Salas de estudos	2	-	-	2	-	-	-
Coordenadoria de Segurança no Trabalho							
Reforma da Sala da Coordenação	X	x	-	-	-	-	-
Construção de Sala para os professores	3	-	3	-	-	-	-
Construção do Laboratório de Equipamento de Proteção Individual	1	-	-	1	-	-	-
Construção do Laboratório de	1	-	-	1	-	-	-

Ergonomia							
Construção do Laboratório de Informática	1	-	-	1	-	-	-
Biblioteca Central							
Construção da Biblioteca – bloco novo	1	-	-	1	-	-	-
Núcleo de cultura							
Reforma/ Expansão do Núcleo de Cultura	X	X	-	-	-	-	-
Reforma/ Expansão de sala de aula	X	X	-	-	-	-	-
Reforma das Salas de aula	3	3	-	-	-	-	-
Reforma da Sala de ensaio do coral	1	1	-	-	-	-	-
Reforma/ Expansão da sala de ensaio da orquestra	X	X	-	-	-	-	-
Reforma do Almoxarifado	1	1	-	-	-	-	-
Reforma/ Expansão do depósito	X	X	-	-	-	-	-
Reforma do Depósito	1	1	-	-	-	-	-

MARAGOGI

Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Construção de novo Bloco administrativo	1	-	-	1	-	-
Construção de novo Bloco de ensino (salas de aula)	12	-	-	12	-	-
Ampliação do parque esportivo (campo de futebol com pista de atletismo oficial, piscina semiolímpica com vestiário e arquibancada)	X	-	-	X	-	-
Construção de espaço para grandes eventos (Espaço coberto de 1500 m ²)	X	-	-	X	-	-
Construção dos Laboratórios de Edificações, Hospedagem e Agroecologia	8	-	-	8	-	-
Reforma/Adequação dos Laboratórios	X	-	-	X	-	-
Construção de Bloco para Atividades de Pesquisa, Extensão	X	-	-	X	-	-

e Empreendedorismo							
Construção do Hotel Escola	1	-	-	-	-	-	1
Construção do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	1					1	
Construção da garagem com sala da coordenação de transporte e sala de apoio para os motoristas.	x		x				

MARECHAL DEODORO						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico e de SPDA	x	x	-	-	-	-
Reforma/Adequação do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	x	x	-	-	-	-
Construção de salas de aula	6	6	-	-	-	-
Reforma dos banheiros e vestiários	x	x	-	-	-	-
Construção dos laboratórios multidisciplinares (Gestão Ambiental, Gastronomia /Cozinha, e Hospedagem)	3	3	-	-	-	-
Construção do complexo esportivo	1	-	1	-	-	-
Reforma da portaria	x	x	-	-	-	-
Construção de área de convívio e lazer	1	-	-	1	-	-
Ampliação: bloco administrativo, auditório e biblioteca	x	-	-	x	-	-
Reforma/adaptações necessárias para instalação do gerador de energia	x	x				
Construção da garagem com sala da coordenação de transporte e sala de apoio para os motoristas.	x		x			

MURICI		
Necessidade	Quantitativo	Ano

		2014	2015	2016	2017	2018
Construção de Novo bloco administrativo/Ensino	1	-	-	1	-	-
Construção do Complexo esportivo	1	-	-	1	-	
Reforma/adequação dos Laboratórios	1	-	-	1	-	
Construção do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	1				1	
Construção da garagem com sala da coordenação de transporte e sala de apoio para os motoristas.	X		X			

PALMEIRA DOS ÍNDIOS						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Sala de acondicionamento temporário de bens permanentes (conferência e tombamento)	1	1	-	-	-	-
Diretoria de Ensino						
Sala de reuniões	1	1	-	-	-	-
Copa	1	1	-	-	-	-
Sanitário	1	1	-	-	-	-
Coordenação de Registro Acadêmico						
Sala de Arquivo	1	-	1	-	-	-
Ampliação da Biblioteca	X	-	X	-	-	-
Hall de exposições	1	1	-	-	-	-
Sala de vídeo	1	-	1	-	-	-
Sala de pesquisa online	1	-	1	-	-	-
Coordenação de Transportes						
Garagem	1	-	-	1	-	-
Sala dos motoristas	1	-	-	1	-	-
Sala da Coordenação	1	-	-	1	-	-
Serviço Social						
Ampliação da Sala de Serviço Social	X	-	X	-	-	-

Sala de Coordenações do Ensino Superior	1	-	1	-	-	-
Sala de professores	1	-	1	-	-	-
Sala de reuniões	1	1	-	-	-	-
Construção do Novo Bloco de Ensino						
Salas de aula	10	-	10	-	-	-
Laboratórios	3	-	3	-	-	-
Salas de pesquisa	3	-	3	-	-	-
Salas de monitoria	1	-	1	-	-	-
Salas de professores	1	1	-	-	-	-
Reforma da copa	X	-	X	-	-	-
Reforma da sala de espera da Direção Geral	X	X	-	-	-	-
Coordenadoria de Apoio ao Ensino						
Sala de apoio ao discente	1	-	1	-	-	-
Construção do complexo esportivo	1	-	-	1	-	-
Arquivo da Coordenadoria de Protocolo e Arquivo	1	-	1	-	-	-
Ampliação e adequação do almoxarifado	X	X	-	-	-	-
Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico e de SPDA	X	X	-	-	-	-
Construção do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	1	-	-	1	-	-

Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Adaptação de Salas para Contabilidade e Orçamento, Compras, Contratos e Licitação; Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio.	X	-	X	-	-	-
Construção de Auditório	X	-	-	-	-	X
Construção de Salas de aula	24	-	24	-	-	-
Adequação do Laboratório de	1	1	-	-	-	-

Álcool e de Fabricação de Açúcar							
Construção do Laboratório de Processos Industriais	1	-	1	-	-	-	-
Construção do complexo esportivo	1	-	-	1	-	-	-
Construção de Laboratório de Aquicultura 1, 2, 3 e 4.	1	1	-	-	-	-	-
Adequação do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	X	X					

PIRANHAS						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Adequação do Laboratório de Agroecologia e agroindústria	x	X	-	-	-	-
Reforma do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	X	-	X	-	-	-
Reforma/Adequação dos Laboratórios Acadêmicos	X	X	-	-	-	-
Construção de Salas de aulas	10	-	-	10	-	-
Construção da cantina (próximo às salas de aula)	1	-	1	-	-	-
Construção do complexo esportivo	1	-	-	1	-	-
Adequação da quadra (com reforma de banheiros)	X	-	X	-	-	-
Construção de Área de convívio	1	-	-	1	-	-
Construção da garagem com sala da coordenação de transporte e sala de apoio para os motoristas.	x		X			

SANTANA DO IPANEMA						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
BLOCO ADMINISTRATIVO/PEDAGÓGICO						
Construção de Sala de reuniões	1	-	-	-	-	1
Construção de Sala de videoconferência	1	-	-	1	-	-
Construção de Sala do Setor de Serviço Social	1	-	-	1	-	-
Construção do Ambulatório de enfermagem	1	-	-	1		-
Construção de Sala de Atendimento Psicológico	1	-	-	1		-
Construção de Sala para o NAPNE	1	-	-	1		-
Construção de Sala para os Programas Especiais	6	-	-	3		3
Construção de Sala do servidor central (rede lógica / telefonia)	1	-	-	1		-
Construção de Sala do Departamento Acadêmico	1	-	-	1		-
Construção de Sala do Departamento de Administração e Planejamento	1	-	-	1		-
Construção de Sala de almoxarifado	1	-	-	1		-
Construção de Sala de arquivo morto	1	-	-	1		-
Construção de Sala do telecentro	1	-	-	1		-
Construção de Sala de Apoio ao Ensino	1	-	-	1		-
Construção de Sala de Multimeios	1	-	-	1		-
Construção de Sala da Coordenação de	1	-	-	1		-

Administração e Manutenção						
Construção de Sala da Coordenação de Suprimentos, Pregoeiro, Compras.	1	-	-	1		-
Construção de Sala da Coordenação de Patrimônio	1	-	-	1		-
Construção de Sala de Coordenação de Protocolo	1	-	-	1		-
Construção de Sala da Coordenação de Recursos Humanos	1	-	-	1		-
Construção do Depósito	1	-	-	1		-
Construção de – sala de reuniões no Gabinete da Direção Geral	1	-	-	1		-
Construção de Sala da Auditoria Interna		-	-	1		-
Construção de Sala da Comunicação e Jornalismo	1	-	-	1		-
Construção de Sala para a Qualivida Servidor	1	-	-	1		-
Construção de Sala para o Setor gráfico (Ilha de impressão)	1	-	-	1		-
Construção de sala para a Coordenação de Projetos e Obras	1	-	-	1		-
Construção de Sala para monitoramento do sistema de vigilância eletrônica	1	-	-	1		-
Construção de Alojamento para alunos visitantes	1	-	-	1		-
Construção de Copa	1	-	-	1		-
Setores acadêmicos						
Construção de Sala do Departamento Acadêmico	1	-	-	-	1	-
Construção de Espaço Cultural - multieventos	1	-	-	-	1	-
Construção de Sala da	1	-	-	-	1	-

Coordenação de Ensino e Apoio ao Ensino						
Construção de Sala das Coordenações de Cursos Técnicos e Tecnológicos	1	-	-	-	1	-
Construção de Sala da Coordenação Pedagógica	1	-	-	-	1	-
Construção de Sala da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação	1	-	-	-	1	
Construção de Sala da Coordenação de Pesquisa	1	-	-	-	1	-
Construção de Sala da Coordenação de Extensão	1	-	-	-	1	-
Construção de Sala da Coordenação dos Cursos Superiores	1	-	-	-	1	-
Construção de Sala da Coordenação de Integração Escola – Empresa	1	-	-	-	1	-
Construção de Salas de aula	12	-	-	12	-	-
Construção de Laboratório de Informática	2	-	-	-	2	-
Construção de Laboratório de Topografia	1	-	-	-	1	-
Laboratórios de Agropecuária – Novos laboratórios - Construção						
Laboratório de Fertilidade do Solo	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Física do Solo	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Análise Foliar	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Fitopatologia	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Microbiologia	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Fitotecnia	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Análise e Tecnologia de Sementes	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Tecnologia de Produtos Agrícolas	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Nutrição Animal	1	-	-	-	1	-

Laboratório de Apicultura	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Avicultura	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Forragicultura	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Anatomia Animal	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Desenho Técnico	1	-	-	-	1	-
Reforma/Adequação dos Laboratórios	1	-	-	1	-	-
Laboratórios de Alimentos e Química – Novos laboratórios - Construção						
Laboratório de Análise Sensorial	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Produção Alimentícia	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Biologia	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Análise Térmica	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Análise Elementar	1	-	-	-	1	-
Laboratórios de Irrigação e Drenagem – Novos laboratórios - Construção						
Laboratório de Hidráulica	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Máquinas e Implementos	1	-	-	-	1	-
Laboratório de Geologia	1	-	-	-	1	-
Outros						
Construção da garagem (com sala da Coordenação de Transportes e Apoio aos motoristas)	1	-	-	1	-	-
Construção do Poço artesiano com caixa d'água	1	-	-	-	1	-
Construção do complexo esportivo	1	-	-	1	-	-
Quadra de vôlei de praia	1	-	-	-	1	-
Ampliação da subestação de energia para 550 kVA	1	-	-	-	1	-
Construção de novo Auditório	1	-	-	-	-	1
Construção do muro	1	-	1	-	-	-
Adaptações para instalação	1	-	-	-	1	-

do Gerador de energia de 360 kVA acoplado a motor estacionário							
Construção do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	1					1	

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Construção de novo Bloco Administrativo e Bloco de Ensino	1	-	-	1	-	-
Reforma/Adequação dos Laboratórios	x	-	-	x	-	-
Construção do Complexo esportivo	1	-	-	1	-	-
Construção do Laboratório de Petróleo e Gás	1	-	1	-	-	-
Construção do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)	1	-	-	-	1	-
Construção da garagem com sala da coordenação de transporte e sala de apoio para os motoristas.	x	-	x	-	-	-

SATUBA						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Reforma e adequação do prédio central	x	-	-	x	-	-
Reforma/adequação e ampliação dos laboratórios de campo	x	-	x	-	-	-
Reforma/adequação da residência estudantil	x	-	x	-	-	-
Reforma do Setor de	x	x	-	-	-	-

Alimentação e Nutrição Escolar (cozinha/refeitório)							
Construção da Piscina	X	-	-	X	-	-	-
Reforma/Construção dos banheiros e vestiários do campus	X	-	-	X	-	-	-
Construção do Pavilhão de Ensino							
Construção de Salas de aula	12	-	12	-	-	-	-
Salas dos Coordenadores de Curso	5	-	5	-	-	-	-
Reforma/Adequação do Departamento de Ensino e Apoio Acadêmico, Setor Pedagógico, Estágio e Egressos, e Reprografia.	X	X	-	-	-	-	-
Reforma da sala de aula do curso de Agroindústria	X	X	-	-	-	-	-
Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico	X	X	-	-	-	-	-
Reforma e ampliação da rede elétrica	X	X	-	-	-	-	-
Construção do complexo de laboratórios, sala de estudo e mini auditório.	X	-	X	-	-	-	-
Ampliação e modernização da rede hidrossanitária	X	X	-	-	-	-	-
Reforma da portaria, agenciamento, praças, alamedas e estacionamento.	X	-	-	-	X	-	-
Almoxarifado e patrimônio	X	-	-	X	-	-	-
Construção da garagem, sala da coordenação e apoio dos motoristas.	X	-	-	X	-	-	-
Reforma e ampliação da sede do Departamento de Infraestrutura e Materiais	X	-	-	-	-	-	X

VIÇOSA						
Necessidade	Quantitativo	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Ampliação/Reforma do prédio	X	-	X	-	-	-

Fonte: IFAL

7.12. INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

7.12.1. Biblioteca

7.12.1.1. Concepção

As bibliotecas no IFAL ocupam um papel de destaque no apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas necessárias à realização dos cursos. Todas as bibliotecas funcionam nos dias e horários das aulas do Campus ao qual está alocada. Seus serviços são variados, destacando-se o empréstimos de livros aos alunos, auxílio na observância de normas técnicas, especialmente para trabalhos acadêmicos, além da oferta de espaço para a prática de estudos e pesquisas bibliográficas. Os Campi padrão possuem uma estrutura própria para bibliotecas composta por armários para guardar volumes, espaço para consulta individual em computador, área de recebimento e entrega de livros, área para acervo, área com mesas para estudo em grupo, plataforma para pessoas com mobilidade reduzida, sala técnica e baias para estudo individual.

O IFAL possui acesso a biblioteca online “e-brary”, que contém um arcabouço composto por mais de setenta mil títulos entre livros acadêmicos, periódicos e outros documentos das diversas áreas de conhecimento. Essa plataforma possui caráter internacional e pode ser acessada de forma simples, por meio de link disponibilizado no site do IFAL. A comunidade acadêmica goza dos serviços web de plataformas de pesquisa e disponibilização de artigos, providas pela Capes. Com vistas a incitar o seu uso, bem como facilitá-lo, esse acesso pode ser feito no sítio virtual do Instituto, na página da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, de modo

que, além do desenvolvimento do ensino, sejam estimuladas e tenham suporte apropriado as atividades de pesquisa e extensão.

7.12.1.2. Acervo

O acervo do IFAL em 2013 é de cerca de 20.000 livros, distribuídos entre os 11 Campus do Instituto, composto por diferentes títulos necessários ao programa do curso, conforme apontado na **Tabela 18**:

Tabela 18: Levantamento de acervo de livros dos Campi em funcionamento, dezembro de 2013.

ÁREA CnPQ	Ciências Exatas		Ciências Biológicas		Engenharias		Ciências de Saúde		Ciências Sociais Aplicadas		Ciências Humanas		Linguística, Letras e Artes		Ciências Agrárias		OUTROS		TOTAL DE EXEMPLARES
	CAMPUS	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES
Arapiraca	43	225	5	20	26	182	0	0	12	41	3	15	110	156	0	0	83	117	756
Maceió	1217	2400	217	376	1652	3885	96	154	1195	2872	1675	2654	2629	3382	73	144	498	1095	16962
Maragogi	1	3	2	6	3	5	3	13	19	81	1	5	0	0	1	1	0	0	114
Marechal Deodoro	244	913	244	871	332	1215	0	0	500	1413	760	1762	1109	2184	35	68	692	1240	9666
Murici	40	168	20	76	3	4	10	25	23	69	15	60	27	257	35	85	0	0	917
Palmeira dos Índios	437	1534	72	232	481	1423	31	48	236	621	330	793	343	661	21	35	30	72	5419
Penedo	13	33	6	16	2	4	10	19	7	17	6	14	8	16	5	6	1	5	130
Piranhas	116	470	16	78	11	52	35	206	28	109	65	294	52	338	118	597	0	0	2144
Santana do Ipanema	12	24	7	19	8	46	6	22	21	78	7	24	12	51	90	344	0	0	608
São Miguel	39	118	8	23	8	34	1	6	8	26	7	17	13	36	1	3	0	0	263

Satuba	289	431	206	274	28	60	29	48	210	335	547	608	992	1374	773	903	16	25	4058
TOTAL	2444	6309	800	1980	2547	6866	215	519	2247	5604	3416	6236	5285	8407	1082	1904	1320	2554	40552

Fonte: Elaboração IFAL

Desde 2013, todos os Campi possuem um espaço dedicado à manutenção do acervo e serviços de biblioteca com pelo menos um bibliotecário, como demonstrado na **Tabela 19**.

Tabela 19: Quantidade de bibliotecas por campus, dezembro de 2013.

Campus	Quantidade
Arapiraca	1
Maceió	1
Maragogi	1
Marechal Deodoro	1
Murici	1
Palmeira dos Índios	1
Penedo	1
Piranhas	1
Santana do Ipanema	1
São Miguel	1
Satuba	1
Campus Padrão	1

Fonte: Elaboração IFAL

7.12.1.3. Diretrizes de formação do acervo

As diretrizes que norteiam a formação do acervo bibliográfico do IFAL são:

1. Direcionamento do uso racional de recursos financeiros disponíveis.
2. Priorizando das principais demandas das bibliotecas no tocante a seu desenvolvimento.
3. Estabelecimento de contratos com distribuidoras que se responsabilizam por conseguir os livros de que o Instituto necessita.
4. Atendimento das demandas em menor período de tempo.
5. Garantia das versões mais recentes dos pedidos requeridos.

7.12.1.4. Ações

As ações que viabilizam as diretrizes de formação do acervo bibliográfico do IFAL são:

- Possibilitar que o acervo obrigatório do IFAL seja suprido, em sua totalidade, conforme as necessidades previstas nos projetos de curso, considerando os cursos desenvolvidos em cada Campus.
- Possibilitar que o acervo complementar do IFAL seja suprido, em sua totalidade, conforme as necessidades previstas nos projetos de curso, considerando os cursos desenvolvidos em cada Campus.
- Implementar o sistema de gestão de acervo em todas as bibliotecas do IFAL.
- Instituir a Biblioteca Virtual do IFAL.
- Aprimorar os serviços disponibilizados pelas bibliotecas como forma de auxiliar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estreitar o relacionamento das bibliotecas junto aos seus usuários.
- Desenvolver condições de acessibilidade em todas as dependências das bibliotecas.
- Garantir que haja acervo e serviços disponíveis a portadores de necessidades específicas observando suas demandas.
- Instituir o uso de práticas sustentáveis no âmbito dos serviços oferecidos pelas bibliotecas em todo o Instituto.

7.12.2. Laboratórios de ensino

7.12.2.1. Concepção

Os laboratórios são ambientes necessários à complementação do ensino. São concebidos com a finalidade de promover o desenvolvimento científico por meio de atividades aplicadas de cunho prático e de estudos com caráter experimental. São espaços onde o aluno pode ter maior contato, ainda que em ambiente controlado, com os assuntos que lhe são mostrados de maneira teórica.

7.12.2.2. Distribuição dos laboratórios

Todos os Campi do IFAL em funcionamento possuem laboratórios distribuídos de acordo com os cursos ofertados. Em 2013, o IFAL possuía 130 laboratórios, sendo sua maioria concentrada no Campus Maceió, conforme **Tabela 20**:

Tabela 20: Distribuição dos laboratórios por Campus, dezembro de 2013.

Campus	Quantidade
Arapiraca	5
Maceió	68
Maragogi	1
Marechal Deodoro	4
Murici	2
Palmeira dos Índios	21
Penedo	7
Piranhas	12
Santana do Ipanema	2
São Miguel dos Campos	2
Satuba	6
TOTAL	130

Fonte: Elaboração IFAL

7.12.2.3. Regulamentação

O Comitê Gestor de Laboratórios foi instituído como forma de garantir maior governança nas decisões e diretrizes concernentes aos laboratórios. Composto por representantes de todas unidades do Instituto e dos setores centrais que lidam diretamente com as definições, gestão, compras e projeções de elementos ligados aos laboratórios

7.12.3. Laboratórios de informática

7.12.3.1. Concepção

Para prover acesso ao mundo digital, o IFAL conta com laboratórios de informática em todos os seus Campus. Apesar de considerados multidisciplinares, esses laboratórios têm finalidades específicas para os cursos da área de TI. Logo, os Campi que ofertam tais cursos possuem uma quantidade maior de laboratórios de informática.

7.12.3.2. Laboratórios dos Campi

Nos Campi que funcionam em sedes provisórias, o número de laboratórios e sua consequente expansão limitam-se ao espaço que lhes são cedidos para funcionamento, o tende a mudar em razão das entregas das sedes definitivas e do cronograma de implantação de novos cursos previstos neste PDI. Mais de 8.500 equipamentos de diferentes tipos fazem parte desses laboratórios, não considerado, neste caso, o mobiliário existente. A previsão é que com a instalação dos novos Campi e expansão dos cursos do Instituto este número aumente consideravelmente durante o período de vigência deste PDI. A descrição desses laboratórios pode ser consultada na **Tabela 21**:

Tabela 21: Descrição dos laboratórios de informática por Campus, dezembro de 2013.

Campus	Quantidade	Monitor de vídeo	CPU	Estabilizador	Outros equipamentos
Arapiraca	3	70	73	51	3
Maceió	14	189	172	106	35
Maragogi	1	21	20	29	0
Marechal Deodoro	1	49	46	48	3
Murici	1	24	24	21	4
Palmeira	5	152	152	130	5

dos Índios					
Penedo	2	35	35	25	0
Piranhas	2	39	39	15	0
Santana do Ipanema	1	20	20	11	0
São Miguel	1	21	20	18	1
Satuba	1	40	40	35	0

Fonte: Elaboração IFAL

7.12.3.3. Ações

Para garantir o adequado funcionamento dos laboratórios estão previstas as seguintes ações:

1. Consolidar o Comitê Gestor de Laboratórios como instância atuante e representativa dos laboratórios do IFAL.
2. Prover equipamentos necessários ao funcionamento dos laboratórios, considerando os cursos a que atendem e sua regularidade.
3. Garantir suprimentos necessários ao funcionamento dos laboratórios, permitindo seu uso satisfatório como espaço de aprendizagem e desenvolvimento de pesquisa e extensão.
4. Implantar novos laboratórios no IFAL, observadas as necessidades dos novos cursos e atualização dos cursos existentes, priorizando o planejamento existente neste PDI.
5. Garantir a manutenção e reforma dos laboratórios do IFAL, considerando suas necessidades.

7.12.4. Tecnologia da informação e da comunicação

7.12.4.1. Concepção

O IFAL dispõe de infraestrutura de rede privada, com a tecnologia de rede MPLS interligando todos os Campi e a Reitoria. A maioria das unidades possui também redundância de link com o objetivo de diminuir o tempo de parada do serviço.

Tabela 22: Distribuição de redes de internet do IFAL, dezembro de 2013.

Campus	Rede privada MPLS	Link RNP	Projeto Veredas [Em implantação]	RAAVE
Reitoria	30Mb	-	-	1Gb
Arapiraca	2Mb	4Mb	100Mb	-
Maceió	2Mb	-	-	1Gb
Maragogi	2Mb	4Mb	-	-
Marechal Deodoro	2Mb	6Mb	-	-
Murici	2Mb	4Mb	100Mb	-
Palmeira dos Índios	2Mb	4Mb	100Mb	-
Penedo	2Mb	4Mb	-	-
Piranhas	2Mb	-	-	-
Santana do Ipanema	2Mb	-	-	-
São Miguel dos Campos	2Mb	-	-	-
Satuba	2Mb	4Mb	100Mb	-

Fonte: Elaboração IFAL

7.12.4.2. Serviços

Com a consolidação da rede MPLS, foi possível iniciar a implantação do serviço de Voip (Voz sobre IP), de modo a possibilitar que todos os Campi possam realizar chamadas telefônicas utilizando o link próprio da rede privada, o que levará a uma economia nos custo de telefonia fixa do IFAL. Está prevista para o primeiro trimestre de 2014 a implantação dos equipamentos de videoconferência e a implantação do serviço de rede WiFi Institucional. Esses dois serviços já estão em funcionamento no prédio da Reitoria. A implantação da rede WiFi em todos os Campi permitirá que os servidores possam acessar a

rede sem fio, a partir dos seus dispositivos móveis – notebooks, tablets e smartphones – utilizando seus dados de acesso do SIPAC.

7.12.4.3. Sistemas

O parque tecnológico do IFAL conta hoje com os seguintes sistemas:

a. ERP

Foi dado início em 2012 a implantação do ERP, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, composto pelos módulos SIGAdmin, SIPAC, SIGRH e SIGAA. Esse ERP visa à unificação das informações gerenciais do Ifal em um único ambiente.

b. SIPAC

Oferece diversos módulos para viabilizar o melhor ambiente de trabalho para a administração do IFAL, bem como seus usuários. Nele é encontrado sistema de protocolo de documentos, memorandos eletrônicos, catálogo de materiais, almoxarifado, patrimônio, compras, licitações, gestão de contratos, liquidação de despesas, boletim de serviços, bolsas, financeiro e infraestrutura.

c. SIGRH

Oferece os seguintes módulos para a gestão de recursos humanos: cadastro, férias, plano de saúde, serviços e auxílios, frequência, colegiados e comissões, aposentadoria, banco de vagas e concursos, dimensionamento, assistência ao servidor.

d. SIGAA

Sistema acadêmico, disponibilizado para atender às demandas de todos os cursos ofertados pelo IFAL, teve sua implantação iniciada no segundo semestre de 2013 com os cursos superiores. Para os cursos de nível técnico, a meta é iniciar as atividades no início do ano letivo de 2014 para todo o Instituto.

7.12.4.4. Regulamentação

Respeitando os períodos de vigência legal, o IFAL elabora o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, com representantes de todos os Campi e das diversas Pró-reitorias, para planejar as políticas do Instituto no que diz respeito à Tecnologia da Informação e da Comunicação, bem como a aquisição de serviços e bens. Tais membros constituem o Comitê de Tecnologia da Informação – CTI.

7.12.4.5. Ações

Para garantir a qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação e da Comunicação estão previstas as seguintes ações:

1. Implantar equipamentos de videoconferência em todos os Campi do Instituto.
2. Implantar serviço de rede WiFi Institucional em todos os Campi do Instituto.
3. Fazer cumprir as definições delimitadas no PDTI.
4. Zelar para que os PDTI's previstos para o período de vigência deste PDI, sejam elaborados de acordo com o que versa a legislação pertinente.

7.13. GESTÃO FINANCEIRA

7.13.1. Aspectos orçamentários e financeiros

7.13.1.1. Concepção

Na condição de autarquia federal, o IFAL é vinculado diretamente à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC e apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada primordialmente em recursos oriundos da União, que é sua mantenedora.

Os recursos orçamentários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de lei específica, a Lei Orçamentária Anual – LOA, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira, com foco no Exercício Financeiro. O orçamento inicial do IFAL para 2013, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de duzentos milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal, ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos. Além desses recursos, o IFAL conta com recursos adicionais decorrentes de receita própria – recursos diretamente arrecadados, emendas parlamentares, convênios e termos de cooperação com órgãos públicos, que permitem fazer face à crescente despesa com a manutenção e a necessidade de ampliação no nível de investimentos.

Os recursos diretamente arrecadados são captados por meios de ações como prestação de serviços educacionais diversos, aluguel de ambientes, realização de concursos e outros, compondo uma parcela que corresponde a menos de 0,5% do valor oriundo da União, conforme apresentado na **Tabela 23**:

Tabela 23: Lei Orçamentária Anual – LOA 2013 - Recursos do Tesouro Nacional, dezembro de 2013.

Despesa	LOA 2013 (R\$)
Pessoal ativo	70.410.866,00
Aposentados e pensionistas	29.578.933,00
Encargos sociais	14.666.630,00
Benefícios aos servidores	6.262.422,00
Despesas Correntes	41.584.276,00
Despesas de Capital	25.145.716,00
TOTAL	187.648.843,00

Fonte: Elaboração IFAL

Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, obtidos de outros órgãos públicos, em sua grande maioria são firmados por meio de Termos de Cooperação com a SETEC/MEC, que subsidia em maior volume as ações de expansão e melhoria da educação tecnológica e construção dos Campi, cujos montantes chegaram a 5%, comparado com o orçamento total no exercício de 2013. Os recursos oriundos de assinatura de convênios representaram 1,50% da LOA - 2013.

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo, pessoal inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – SPO/MEC, o que, de certa forma, independe da gestão do IFAL.

A abertura de concursos públicos para viabilizar o aumento do número de servidores depende de autorização do Ministério da Educação, vinculada à comprovação de existência de disponibilidade orçamentária. O aporte de recursos, nesse caso, é consequência do número de servidores do quadro e da política salarial do Governo Federal. Fica evidente que a projeção de expansão do quadro de pessoal para os próximos cinco anos independe das ações do IFAL na área orçamentária, mas é resultado das políticas governamentais para expansão da educação profissional e para o funcionalismo público, o que inviabiliza sua previsibilidade no âmbito da Instituição.

Entretanto, a parcela do orçamento referente às despesas de custeio e capital (exceto benefícios aos servidores e emendas parlamentares), oriunda da União, é repartida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz CONIF. Essa matriz é um modelo matemático, elaborado numa parceria entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração – FORPLAN e a Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação

– SETEC/MEC.

Sendo o IFAL uma instituição pública, a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros deve ser submetida aos princípios, procedimentos e normas da Administração Pública, em especial, à Lei 8666/93.

7.13.1.2. Matriz CONIF

A metodologia utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para o exercício de 2013, considerou, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz foi composta por blocos: pré-expansão, expansão, reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados foram os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, referentes aos períodos do segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), categoria dos Campi e tipo e pesos dos cursos.

A lógica da composição da Matriz considera essencialmente as matrículas dos alunos dos cursos de nível médio, graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação a distância (EAD) por Campus de cada Instituição da Rede Federal. Não foram consideradas as matrículas de alunos associados a programas que recebem recursos próprios e de cursos pagos. Dessa forma, a principal variável, que impacta no valor destinado a cada instituição é a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados.

Com a aplicação desta metodologia, o IFAL tem seu orçamento definido e posteriormente aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA. Além da LOA, a Instituição conta também com os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos, os convênios e as emendas parlamentares. Porém, desde a implementação dessa metodologia de alocação de recursos

orçamentários, anualmente são realizadas atualizações e adaptações, visando à melhoria contínua e a dinâmica do sistema.

Em setembro de 2010, com o propósito de institucionalizar novos parâmetros para utilização nas matrizes de distribuição de recursos orçamentários, foi promulgado o Decreto nº 7.313. Esse Decreto define critérios para a elaboração da proposta orçamentária dos Institutos Federais.

Os critérios que devem ser considerados são:

a. Matrículas e quantidade de alunos

Número de matrículas e quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período.

b. Número de alunos e de docentes

Relação entre número de alunos e número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado.

c. Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos

Diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados.

d. Apoio às instituições públicas de ensino

Apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

e. Programas de extensão e certificação

Existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento.

f. Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e

artístico

Produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente.

g. Núcleos de inovação tecnológica

Existência de núcleos de inovação tecnológica.

h. Registro e comercialização de patentes

Número de registro e comercialização de patentes.

i. Resultados das avaliações

Resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado.

j. Sistemas de informação e programas do MEC

A adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo, instituídos pelo Ministério da Educação; e

k. Programas de mestrado e doutorado

Existência de programas de mestrado e doutorado, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

7.13.1.3. Estratégia de gestão econômico-financeira

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFAL a adotar metodologia para distribuição interna dos recursos orçamentários e a descentralização de sua execução, respeitando a indicação do valor destinado a cada Campus pela Matriz CONIF, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre

outras.

A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da Instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades. Visa, também, instrumentalizar o contínuo caminho para um orçamento verdadeiramente participativo, e, sobretudo, buscar maior eficiência, eficácia e efetividade na gestão da despesa pública. Assim, a projeção orçamentária para a manutenção das Unidades do Ifal, considerando Recursos do Tesouro, pode ser observada nas tabelas a seguir:

Tabela 24: Projeção orçamentária, 2014 a 2018, por unidades do Ifal, dezembro de 2013.

UNIDADE	VALORES EM REAIS (R\$)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Arapiraca	2.206.077,00	2.757.596,00	3.446.995,00	4.308.743,00	4.739.618,00
Maceió	12.670.913,00	13.304.459,00	13.969.682,00	14.668.166,00	16.134.983,00
Maragogi	2.357.890,00	2.947.363,00	3.684.204,00	4.605.255,00	5.065.780,00
Marechal Deodoro	2.489.039,00	3.111.299,00	3.889.124,00	4.861.405,00	5.347.545,00
Murici	2.482.556,00	3.103.195,00	3.878.994,00	4.848.742,00	5.333.616,00
Palmeira dos Índios	4.809.359,00	5.049.827,00	5.302.318,00	6.627.897,00	7.290.687,00
Penedo	2.428.868,00	3.036.085,00	3.795.107,00	4.743.883,00	5.218.271,00
Piranhas	2.399.113,00	2.998.891,00	3.748.614,00	4.685.768,00	5.154.344,00
Santana do Ipanema	2.415.535,00	3.019.419,00	3.774.274,00	4.717.843,00	5.189.627,00
São Miguel dos Campos	1.890.255,00	2.362.818,00	2.953.523,00	3.691.904,00	4.061.094,00
Satuba	5.503.814,00	5.779.005,00	6.067.955,00	6.371.353,00	7.008.488,00
Reitoria	4.161.430,00	4.369.502,00	4.587.977,00	4.817.375,00	5.299.113,00
Batalha	1.100.000,00	1.994.780,00	2.493.474,00	3.116.843,00	3.428.527,00
Coruripe	300.000,00	1.750.835,00	2.188.544,00	2.735.680,00	3.009.248,00

Rio Largo	300.000,00	1.750.835,00	2.188.544,00	2.735.680,00	3.009.248,00
União dos Palmares	1.100.000,00	1.750.835,00	2.188.544,00	2.735.680,00	3.009.248,00
UEP-Reitoria	400.000,00	500.000,00	625.000,00	781.250,00	859.375,00
TOTAL	49.014.850,00	51.839.459,00	59.098.766,00	68.948.334,00	75.843.168,00

Tabela 25: Projeção do orçamento destinado às políticas institucionais – matriz CONIF, por unidades do Ifal, dezembro de 2013.

POLÍTICA INSTITU- CIONAL	VALORES EM REAIS (R\$)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Assistência ao Estudante	8.375.604,00	10.469.505,00	13.086.881,00	16.358.602,00	20.448.252,00
Pesquisa	2.727.433,00	3.409.291,00	4.261.614,00	5.327.018,00	6.658.772,00
Extensão	2.458.560,00	3.073.200,00	3.841.500,00	4.801.875,00	6.002.344,00
Qualificação	500.000,00	625.000,00	781.250,00	976.563,00	1.220.703,00
Capacitação	500.000,00	625.000,00	781.250,00	976.563,00	1.220.703,00
EAD	192.866,00	241.083,00	301.353,00	376.691,00	470.864,00
Acervo Bibliográfico	1.068.785,00	1.335.981,00	1.669.977,00	2.087.471,00	2.609.338,00
TOTAL	15.823.248	18.201.996	22.752.495	28.440.619	35.550.774

Fonte: Elaboração IFAL

Para o Programa de expansão, o Instituto prevê um aporte de recurso distribuído da seguinte maneira:

Tabela 26: Projeção do orçamento destinado para reestruturação e expansão – Matriz CONIF, dezembro de 2013

ANO	LOA
2014	41.358.000

2015	20.000.000
2016	20.525.000
2017	22.577.500
2018	25.964.125
TOTAL	130.424.625

Fonte: Elaboração IFAL

7.13.2. Programas externos de qualificação

A construção de novos Campi e o aumento do número de alunos fazem com que as despesas com o funcionamento também aumentem. Contratação de serviços de pessoal terceirizado para atender às necessidades crescentes de vigilância, limpeza e higienização, apoio administrativo, manutenção, aquisição de materiais de consumo para atividades acadêmicas e de gestão, correspondem cerca de 80% do valor destinado pela Matriz CONIF para os Campi.

Em resumo, após garantir as despesas com o funcionamento da Instituição, o orçamento é alocado para atender as políticas institucionais, preferencialmente as dispostas no Planejamento Institucional e no Acordo de Metas. Essas matrizes são avaliadas anualmente, numa análise conjunta da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento com os Campi e demais Pró-Reitorias. Ao adotar essa metodologia, o IFAL pratica uma gestão orçamentário-financeira compartilhada com os dirigentes das várias unidades na definição da importância e priorização dos gastos em bens e serviços destinados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

7.13.3. Plano de investimentos

Além da dotação definida na *Lei Orçamentária Anual*, o IFAL necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a

qualificação dos servidores e a assistência ao educando, durante a vigência do PDI.

Nos últimos anos, o IFAL recorreu ao Ministério da Educação para obter suplementação orçamentária, por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. Essa providência tem ocorrido em função do aumento das despesas do IFAL nas rubricas material de consumo, serviços de pessoa jurídica e terceirização de mão-de-obra, confirmando o desequilíbrio entre a dotação orçamentária autorizada para a Instituição e sua crescente despesa. Este desequilíbrio foi causado pela expansão que vem ocorrendo na educação profissional e tecnológica e tem impactado mais fortemente a despesa do que a captação de recursos orçamentários da Matriz CONIF. A fim de minimizar essa situação, o IFAL necessitará aumentar suas receitas próprias, por meio da prestação de serviços e da realização de convênios e parcerias, além de melhorar a qualidade do gasto pela eliminação do desperdício e melhoria contínua da gestão dos processos.

A previsão de recursos extraorçamentários do Ifal, bem como suas possíveis fontes seguem explicitadas na Tabela 25:

Tabela 25: Projeção dos recursos extraorçamentários do Ifal, dezembro de 2013.

ORIGEM	VALORES EM REAIS (R\$)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Recursos Diretamente Arrecadados	958.066	1.245.486	1.619.132	2.104.871	2.736.332
Convênios	2.830.800	1.415.400	3.538.500	3.715.425	3.901.196
Termos de Cooperação	15.855.338	16.648.105	17.480.511	18.354.536	19.272.263
TOTAL	19.644.204	19.308.991	22.638.142	24.174.832	25.909.791

Fonte: Elaboração IFAL

7.13.4. Orçamento participativo

O orçamento participativo é um processo pelo qual a comunidade do Instituto Federal de Alagoas decide, de forma direta, a aplicação de recursos em investimentos e custeio, executados pela Administração. Para sua elaboração, será utilizado um método participativo para a construção da metodologia, a ser adotada nos próximos anos, em conjunto com representantes dos diversos segmentos e órgãos colegiados.

Os diversos segmentos da Instituição decidem, em fórum próprio, a alocação de recursos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, infraestrutura, tecnologia, gestão e qualificação, sempre com foco nas definições deste PDI. Esse processo tem como objetivo sistematizar e integrar três processos fundamentais da gestão administrativa: o planejamento, a execução e o acompanhamento orçamentário para cada exercício. Visa proporcionar maior eficiência e transparência ao ciclo orçamentário anual do IFAL, envolvendo os gestores e a comunidade da Instituição no seu processo. Ação será desenvolvida em conjunto pela PRAP e PRDI.